



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

PAISAGENS NAS RUÍNAS DO DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO

NARRATIVAS CARTOGRÁFICAS ENTRE OS MUNICÍPIOS DE
TRIUNFO (RS) E MONTENEGRO (RS)

DOUGLAS SILVEIRA MARTINI

CIP - Catalogação na Publicação

Martini, Douglas Silveira
Paisagens nas ruínas do desenvolvimento
metropolitano: Narrativas cartográficas entre os
municípios de Triunfo (RS) e Montenegro (RS) / Douglas
Silveira Martini. -- 2022.
167 f.
Orientadora: Daniele Caron.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa
de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional,
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Paisagem. 2. Narrativa. 3. Desenvolvimento
Metropolitano. 4. Cartografia. 5. Urbanização. I.
Caron, Daniele, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

PAISAGENS NAS RUÍNAS DO DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO

NARRATIVAS CARTOGRÁFICAS ENTRE OS MUNICÍPIOS DE
TRIUNFO (RS) E MONTENEGRO (RS)

DOUGLAS SILVEIRA MARTINI

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR-UFRGS), na linha de pesquisa Cidade, Cultura e Política, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Profa. Dra. **Daniele Caron**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. **Paulo Edison Belo Reyes** (Avaliador Interno - PROPUR/UFRGS)

Profa. Dra. **Letícia Castilhos Coelho** (Avaliadora Externa - UFRJ)

Profa. Dra. **Marília Floôr Kosby** (Avaliadora Externa - UNIPAMPA)

Esse trabalho foi realizado com o apoio de bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Porto Alegre, 2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por me apoiar em tudo que inventei até aqui, em especial à minha mãe Leila, ao meu pai Fábio e às minhas avós Anilda e Nira.

Aos meus vizinhos e vizinhas das localidades de vida e de pesquisa, por compartilharem comigo décadas de histórias fora dos mapas.

Ao povo da Morada, em especial à Yalase Yashodhan Abya Yala, ao Baogan Bábà Kínní, à Yakékèrè Yamoro ÒmóAyóÒtùnjá, à Yabace Mako'Yilè e à Ekédi Elemojó Karamy ãdetta, por semearem em mim desde pequeno a certeza de que um outro mundo é possível.

Ao Marcelo, pela escuta, pelo carinho e pelas trabalhadoras gostosas que envolvem cultivar uma relação de amor.

Às amigas e amigues pela construção de outros sentidos de casa e de comunidade durante este trabalho, em especial à Edilene, Hayane, Raíssa, Bárbara, Jamille e Karol.

Aos colegas, amigos e amigas do EMAV, do Margem_lab e do Kombit, pela amizade, parceria, leituras, mutirões, experimentações e contribuições nos últimos anos.

À Daniele Caron, pelas orientações e desorientações que possibilitaram essa cartografia acontecer, encarando os desafios sempre junto comigo com generosidade e sensibilidade.

À Lívia Teresinha Salomão Piccinini, pelas contribuições atentas na etapa de qualificação deste trabalho. Ao Paulo Edison Belo Reyes, à Letícia Castilhos Coelho e à Marília Floôr Kosby, por serem referências de trajetória acadêmica e por aceitarem participar da avaliação do trabalho.

Aos amigues da Okupa Kalissa, da Jibóia e do Centro de Referência Indígena-Afro, por experimentarem modos de desembrutecer a cidade, em especial ao Muni, Dan e à cacica Kerexu Takuá.

Ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), suas professoras e professores, alunas e alunos. Às funcionárias e funcionários da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

À CAPES, pelo apoio financeiro durante toda a pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa faz parte de uma experiência cartográfica vivida enquanto habitante e pesquisador, cujo objetivo foi apreender e refletir sobre as paisagens às margens da BR-386, entre os municípios de Triunfo e Montenegro, a oeste da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS (RMPA). Nesse contexto de estudo, próximo ao complexo industrial do III Pólo Petroquímico, são desenvolvidas atividades de comércio, serviço, extrativismo, silvicultura, indústria, logísticas, monoculturas, entre outras, que dão a ver as complexidades de um intenso processo de urbanização da paisagem metropolitana engendrado nas últimas décadas. Através da abordagem teórico-metodológica da narrativa, a paisagem é aqui entendida a partir de uma perspectiva contemporânea, onde as paisagens são um acontecer de vários acontecimentos, visíveis e invisíveis, entrelaçados ao longo do tempo e do espaço, em meio a práticas cotidianas e histórias das e dos habitantes. A cartografia nesta pesquisa é entendida tanto como cartografia da ação social quanto como cartografia sentimental. Sendo assim, não se trata de representar uma paisagem emoldurada, mas de dar atenção aos materiais e às forças que se movem em meio à paisagem. Seguindo os rastros de dois grandes projetos de escala metropolitana e regional, a ampliação da BR-386 e o Aterro Industrial na localidade de Pesqueiro, produzo dois ensaios cartográficos inspirados pelas operações metodológicas da montagem, cuja disposição de fragmentos de um acervo narrativo em movimento faz emergir sintomas de uma paisagem arruinada. É através desses sintomas que busco emaranhar as estratégias dos empreendimentos, suas arenas políticas, as operações que mobilizam e seus impactos, ao mesmo tempo em que disponho as experiências cotidianas de vizinhas e vizinhos que narram sobre modos de resolver a vida que escapam e/ou interpelam as lógicas desse desenvolvimento metropolitano. Chego, por fim, à "paisagem brutalista" e à "paisagem de sacrifício", duas pistas que deslocam a paisagem da sua tradicional objetificação e convocam seu entendimento enquanto expressão de uma permanente disputa de forças, a ser incorporada nos estudos urbanos e regionais.

Palavras-chave: Paisagem; Narrativa; Desenvolvimento Metropolitano; Cartografia; Urbanização.

ABSTRACT

This research is part of a cartographic experience lived as an inhabitant and researcher, whose objective was to apprehend and reflect on the landscapes on the roadsides of the BR-386 highway, between the municipalities of Triunfo and Montenegro, west of the Metropolitan Region of Porto Alegre/RS (RMPA). In this context of study, adjacent to the industrial structure of the III Petrochemical Complex, practices such as commerce, service, extractivism, forestry, industry, logistics and monoculture activities are developed, which reveal the complexities of an intense process of urbanization of the metropolitan landscape engendered along recent decades. Through a theoretical-methodological approach of the narrative, the landscape is understood here from a contemporary perspective, where landscapes are a happening of several happenings, visible and invisible, entangled over time and space, in the midst of everyday practices and stories of the inhabitants. The cartography in this research is understood both as a cartography of social action and as a sentimental cartography. Therefore, it is not a question of representing a framed, static landscape, but of paying attention to the materials and forces that act throughout a landscape. Following in the trails of two projects on a metropolitan and regional scale, the expansion of the BR-386 highway and the Industrial Landfill in the locality of Pesqueiro, I produce two cartographic essays inspired by the methodological operations of montage, whose arrangement of fragments of an ongoing narrative collection brings out symptoms of a ruined landscape. It is through these symptoms that I seek to entangle the strategies of the enterprises, their political stages, the operations they mobilize and their impacts, at the same time that I present the daily experiences of neighbors who tell stories about ways of solving life that escape and/or question the logics of this metropolitan development. Finally, I arrive at "brutalist landscape" and "sacrifice landscape", two landscape sayings that displace landscape from its traditional objectification and summon its understanding as an expression of a permanent dispute of forces, to be embodied in urban and regional studies.

Keywords: Landscape; Narrative; Metropolitan Development; Cartography; Urbanization.

LISTA DE IMAGENS

Figura 01 - Terraplanagem em terreno de uso industrial, Vendinha, Triunfo (RS), 2020. Fonte: Autor.....	14
Figura 02 - Mapa de urbanização da RMPA (IBGE, 2010). Fonte: Elaborado pelo autor..	18
Figura 03 - Mapa de contexto de estudo, as localidades em Triunfo (RS) e Montenegro (RS), 2021. Fonte: Elaborado pelo autor.....	20
Figura 04 - Empresa de extração de areia, Triunfo (RS), 2021. Fonte: Autor.....	28
Figura 05 - Caminhada no acostamento da BR-386, Vendinha, Triunfo (RS), 2022. Fonte: Autor.....	44
Figura 06 - Shopping da Sucata, Montenegro (RS), 2021. Fonte: Autor.....	50
Figura 07 - Mapa dos percursos de derivas de 2021. Fonte: Autor.....	52
Figura 08 - Diagrama de organização da pesquisa, 2022. Fonte: Autor.....	54
Figura 09 - Terreno de uso industrial, Vendinha, Triunfo (RS), 2020. Fonte: Autor.....	58
Figura 10 - Notícia da viagem dos políticos ao Pólo Petroquímico de Camaçari. Fonte: SANT'ANNA (2015).....	72
Figura 11 - Construção do Pólo Petroquímico, Triunfo (RS), 1975. Fonte: Acervo do autor.....	73
Figura 12 - Panfletos eleitorais de Triunfo (RS). Fonte: SANT'ANNA (2015).....	74
Figura 13 - Pólo Petroquímico do Sul, Triunfo (RS). Fonte: Braskem, 2016.....	75
Figura 14 - BR-386, Triunfo (RS). Fonte: Google Earth, 2021.....	76
Figura 15 - Central de distribuição de energia, Tapera Queimada, Triunfo (RS), 2020. Fonte: Autor.....	77
Figura 16 - Torre de antena telefônica, Montenegro (RS), 2021. Fonte: Autor.....	78
Figura 17 - Empresa de logística, Pólo Petroquímico, Triunfo (RS), 2020. Fonte: Autor....	79
Figura 18 - Canteiro de obras na BR-386, Montenegro (RS), 2022. Fonte: Autor.....	80
Figura 19 - Mapa da Rodovia Leonel de Moura Brizola (BR-386), 2022. Fonte: Autor.....	83
Figura 20 - Viaduto RS-124 com BR-386, Montenegro (RS), 2022. Fonte: Autor.....	89
Figura 21 - Peça de automóvel na beira da BR-386, Montenegro (RS), 2022. Fonte: Autor.....	90
Figura 22 - Canteiro de obras na RS-124, Calafate, Montenegro (RS), 2021. Fonte: Autor.....	91

Figura 23 - Pedreira Vila Rica, Vendinha, Triunfo (RS). Fonte: Google Earth (2020).....	92
Figura 24 - Cobra atropelada, Tapera Queimada, Triunfo (RS), 2020. Fonte: Autor.....	93
Figura 25 - Propriedade rural, Vendinha, Montenegro (RS), 2021. Fonte: Autor.....	94
Figura 26 - Comércio de lenha, Fazenda Izidoro, Triunfo (RS), 2020. Fonte: Autor.....	105
Figura 27 - Propriedade agropecuária, Esquina da Sorte, Triunfo (RS), 2021. Fonte: Autor.....	106
Figura 28 - Acesso na localidade de Vendinha, Triunfo (RS), 2020. Fonte: Autor.....	107
Figura 29 - Vendinha, Triunfo (RS), 1994. Fonte: Acervo do autor.....	108
Figura 30 - Banhado, Vendinha, Triunfo (RS), 2016. Fonte: Autor.....	109
Figura 31 - Casal de carroça, Esquina da Sorte, Triunfo (RS), 2020. Fonte: Autor.....	110
Figura 32 - Rodovia TF-10 , Equina da Sorte, Triunfo (RS), 2021. Fonte: Autor.....	111
Figura 33 - Reservatório abandonado, Porto Batista, Triunfo (RS), 2017. Fonte: Autor.....	112
Figura 34 - Ferro-velho, Fazenda Quadros, Montenegro (RS), 2021. Fonte: Autor.....	121
Figura 35 - Acostamento, Vendinha, Montenegro (RS), 2021. Fonte: Autor.....	122
Figura 36 - Shopping da Sucata, Fazenda Quadros, Montenegro (RS), 2021. Fonte: Autor.....	123
Figura 37 - Pedreira, Calafate, Montenegro (RS), 2022. Fonte: Autor.....	124
Figura 38 - Mapa de localização do terreno do Aterro Industrial. Fonte: Elaborado pelo autor.....	127
Figura 39 - Shopping da Sucata, Fazenda Quadros, Montenegro (RS), 2015. Fonte: Autor.....	140
Figura 40 - Shopping da Sucata, Fazenda Quadros, Montenegro (RS), 2022. Fonte: Autor.....	141
Figura 41 - Cortando restos de alimento, Porto Batista, Triunfo (RS), 2020. Fonte: Autor.....	142
Figura 42 - Composteira, Porto Batista, Triunfo (RS), 2020. Fonte: Autor.....	143
Figura 43 - Horta, Vendinha, Triunfo (RS), 2015. Fonte: Autor.....	144
Figura 44 - Horta, Triunfo (RS), 2020. Fonte: Autor.....	145
Figura 45 - Diagrama: da cartografia aos dizeres-paisagem, 2022. Fonte: Autor.....	149

SUMÁRIO

parte 1	
1. INTRODUÇÃO	15
parte 2	
2.1 UMA PAISAGEM DE ONDE NÃO POSSO REALMENTE SAIR	29
1.2 NARRANDO UMA PAISAGEM VIVA	36
2.3 CAMINHANDO ÀS MARGENS DO DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	45
2.4 OPERANDO OS FRAGMENTOS DA PAISAGEM	51
parte 3	
3.1 URBANIZAÇÃO EXTENSIVA E O FEITIÇO PELO ASFALTO	59
3.2 AS ARQUITETURAS BRUTAIS DO PROCESSO DE AMPLIAÇÃO DA BR-386	81
3.3 HABITAR AS RUÍNAS DO DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	95
parte 4	
4.1 ALTERNATIVAS INFERNAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	113
4.2 O ATERRO INDUSTRIAL COMO UMA CAMINHADA DE LUTA PELA PAISAGEM	125
4.3 LIDANDO COM AS NOSSAS PRÓPRIAS SUJEIRAS	133
parte 5	
5. DOIS DIZERES-PAISAGEM METROPOLITANOS	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
BIBLIOGRAFIA	160



Fig. 01 - Terraplanagem em terreno de uso industrial, Vendinha, Triunfo (RS), 2020. **Fonte:** Autor.

PARTE 1

1. INTRODUÇÃO

Ao iniciar as reflexões do que viria a se tornar esta dissertação, no final de 2019, eu estava em processo de finalização do meu trabalho de conclusão de curso que falava em meio a esta mesma paisagem, nos municípios de Triunfo e Montenegro, por décadas às margens dos estudos urbanos e regionais¹. Nessas semanas finais de 2019, onde escrevi o anteprojeto de pesquisa, próximo à conclusão de uma jornada de mais de sete anos de vida em práticas de aprendizagem sobre o que é entendido como arquitetura e urbanismo, uma parte de mim já estava escorrendo para fora desses espaços de práticas de produção de conhecimento, enquanto outra parte estava se agarrando a oportunidade do mestrado como a única alternativa, como quem se apoia em um despenhadeiro que se desmorona pelos tempos de crise institucional que estamos vivendo. Nessa trajetória, do início para o fim da graduação, fui me presentificando cada vez com mais intensidade nas experiências e experimentações de produzir e pensar o espaço que surgia desde as demandas dos empobrecidos, dos corpos que vivem em luta por sobrevivência, de coletivos vivendo junto a ameaças de despejo, de pessoas que resolvem a vida se desdobrando em processos de violência estatal e de alunas e alunos das classes baixas se fortalecendo frente a processos de violência institucional e epistêmica.

Esses processos de aprendizado e abertura de perspectivas tam-

1. No meu trabalho de conclusão de curso construí um panorama de apresentação histórica e de dados sociodemográficos sobre o contexto de estudo que pode ser interessante como apoio da leitura do trabalho. MARTINI, Douglas Silveira. **Estudo de sobrevivência de centralidades rurais de Triunfo - RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/217980>>. Acesso em: 27 de Junho de 2022.

bém foram densos em desilusão dos caminhos que outrora se anunciaram como sucesso profissional, pois eu vinha sentindo que boa parte dos métodos e modos de fazer arquitetura e planejamento urbano que aprendi estavam empobrecidos, amortecidos e carentes de potência. As colegas e colegas arquitetos que me acompanharam nesses anos já estavam em sua maioria se orientando a caminho de futuros empregos em escritórios elitistas ou para vagas concorridas de concursos públicos. Fui me sentindo cada vez mais sozinho e sem perspectivas nas possibilidades que se anunciavam profissionalmente, e entre esses que eram os meus pares e amigos.

Foi retornando cada vez mais para a casa de minha mãe e minha avó, em Triunfo, e ficando cada vez mais dias por aqui, a partir das obrigações de uma temporada difícil de saúde para mim e para elas, que fui encontrando outros caminhos para seguir pensando arquitetura, urbanismo, planejamento e paisagem de modo atento ao que me ocorria, acolhendo a inseparabilidade entre sujeito e mundo, entre pesquisador e pesquisa, de inspiração fenomenológica. Retornar para Triunfo, desde que eu saí daqui para ir morar em Porto Alegre, não tem sido fácil. Ao embarcar na rodoviária de Porto Alegre a caminho das localidades rurais de Triunfo onde moram meus pais, é necessário estar disposto a uma peregrinação imprevisível que envolve baldeações, caronas de vizinhos, motoristas particulares, caminhadas na beira da rodovia e etc. Tim Ingold (2015), defendendo o “mundo habitado”² ao invés da noção de espaço, diz que os habitantes “conhecem conforme prosseguem, conforme atravessam o mundo *ao longo* de trajetos de viagem”, são peregrinos, diferente dos passageiros transportados, que “mal roçam a superfície do mundo” (Ibidem, p. 222).

Os primeiros meses da crise sanitária foram uma experiência de isolamento social difícil, onde sofri pelas tomadas de decisão dos governos federais e municipais, lamentei pela simplificação das coreografias cotidianas, pelos encontros calculados e protegidos, enfim, pela suspensão dos diversos mundos que eu habitava até então. Por outro lado, foi onde decidi morar coletivamente com amigas e amigos, e onde fiz uma imersão densa em espaços de reflexão, estudo e diálogo atentos a cartografar as catástrofes do capitalismo e o colapso sistêmico em curso no Brasil e no mundo. Entre fases de peregrinação e paralisação nas paisagens de Triunfo e Montenegro, com a emergência da pandemia do Coronavírus (COVID-19), ficou evidente um fato que eu já estava sentin-

2. Em relação a convenção adotada na dissertação: as aspas foram utilizadas para apresentar conceitos trazidos de outros autores ou para destacar termos. As palavras e expressões em itálico foram utilizadas para representar falas de vizinhas e vizinhos, grifos de outros autores ou algum termo em idioma estrangeiro. As palavras em negrito são para destacar pontos importante mais gerais e apoiar a leitura da estrutura da pesquisa.

do há algum tempo nos territórios existenciais onde eu habitava: de que as coisas não podem mais ser como antes.

A ideia do “fim do mundo como o conhecemos”, como sugere Denise Ferreira da Silva (2019), é um investimento pelo fim deste mundo colonial capitalista racial que domina hoje, e como a pensadora, penso que “não vejo como poderemos existir de outra maneira” (Ibidem), sem dar um fim a este mundo, reconstruir e recuperar paisagens onde possam germinar todo tipo de vida. As coisas, em sentido amplo, não podem mais ser como elas são, e isso inclui o planejamento urbano e regional que trata a terra como mercadoria, e os planos e projetos que gentrificam, segregam, higienizam, expulsam, descartam e devastam a vida. Para quem atua em práticas de planejamento urbano “pé no barro”, nos territórios populares, o planejamento urbano como o conhecemos e como acabei de citar já dá sinais de que está carente de legitimidade, de confiança e precisa ficar para trás junto com este mundo, e essa tarefa é uma tessitura coletiva a qual me engajo. Entretanto, esse fim do mundo como o conhecemos, não envolve as saídas utópicas e paradisíacas de grandes projetos de futuro onde todos os problemas estarão supostamente resolvidos. Os caminhos para enfrentar essa crise são múltiplos e singulares, mas acontecem, como Donna Haraway vem falando, quando comparamos aos encontros de composições de resistência, quando participamos de articulações coletivas cotidianas para resolver a vida em meio às dificuldades do dia a dia, quando estamos dispostos a fazer outros parentes e aliados, de contar e escutar nossas histórias, de cuidar das feridas de cada um (HARAWAY, 2014), criando juntos territórios existenciais onde outro mundo pode ser possível.

Em Triunfo, em uma das caminhadas que fiz pelas margens da rodovia BR-386, entre as localidades de Rua Nova e Pesqueiro, o que encontrei no percurso, em um primeiro olhar, foram caminhões de grande porte entrando e saindo de grandes portais industriais. Passando a localidade de Bom Jardim, vejo letreiros elegantes pousando sob imensos gramados verdes anunciando empresas que, em uma primeira associação de pensamento, não me dizem quase nada sobre sua história, a não ser a ideia de que não pertencem originalmente àquele contexto: *Supplex, Dräger Service, Texlan, Hexion, Ecofusion*, entre várias outras expressões estrangeiras, me fazendo perceber o modo como as narrativas da globalização, seus símbolos e suas imagens impõem suas texturas a esses lugares, texturas e poluição. As atividades industriais e de

logística parecem não ter uma história. Olhando com outra atenção, em visitas a parentes, idas ao mercado ou à pecuária, começo a notar uma ecologia intensa em movimento: os aterros, as concretagens e as pavimentações acontecendo em grandes lotes; os pássaros desorientados procurando refúgio e os répteis atropelados na rodovia e nas estradas vicinais. Vejo acontecendo uma velocidade violenta de transformações, como Ailton Krenak costuma falar, do capitalismo e da urbanização, “em sua ânsia por engolir o mundo”. Somado a isso, noto que as paisagens vão sendo substituídas: os galpões de costaneira sendo modernizados em pavilhões pré-fabricados de concreto e metal; os campos e coxilhas preparados em cortes planos, para receberem concretagens; o que restou dos matos de acácia sendo queimados para o próximo plantio, formando uma grelha de ponto pretos no chão.

Mesmo sem rastrear os fluxos de capital e de práticas que participam dessas malhas de produção em movimento pelo oeste da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) (Figura 02), tomo como uma pista que a urbanização nessas paisagens é, aparentemente, uma expansão veloz de capital de fora dali pela região, mas talvez não só.

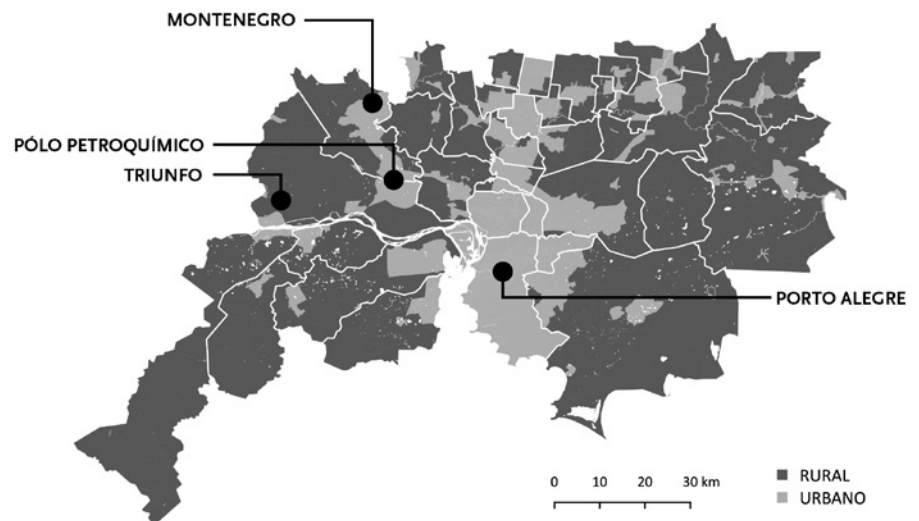


Fig. 02 - Mapa de urbanização da RMPA (IBGE, 2010). **Fonte:** Autor.

Bem próximo a Porto Alegre, nessas paisagens entre Triunfo e Montenegro, meu **contexto de estudo** (Figura 03), entender como a urbanização sob uma lógica extensiva (MONTE-MÓR, 1994), a expansão do capitalismo e os processos de globalização se entrelaçam ou se diferenciam é uma tarefa complexa. Os impactos desses fenômenos “externos” junto ao cotidiano das pessoas dessas localidades, que sobrevivem

na região entre práticas de ruralidade e urbanidade, entre empregos temporários nas multinacionais, vínculos de apoio familiares e tentativas de empreender, podem parecer um panorama simples de se analisar ou de descrever. Entretanto, como Ana Clara Torres Ribeiro (2012) sempre alertava, as respostas simples e os consensos rápidos sempre envolvem riscos sociais, e o conflito entre rural e urbano, ou mesmo da cidade e do urbano, hoje, não é algo dado. Nossa lacuna do conhecimento, que também é uma lacuna de conhecimento sobre este contexto espacial, se encontra por aqui: no cruzamento dos estudos da paisagem, do planejamento urbano e regional e da abordagem narrativa para entender o que vem acontecendo nas localidades de Triunfo e Montenegro, às margens da BR-386 e próximo ao complexo industrial do III Pólo Petroquímico do Sul.

O cotidiano nesse contexto de estudo me desafia a pensar uma paisagem híbrida, constituída de práticas rurais, comerciais e industriais de difícil separação. O desafio se intensifica pela invisibilização e pela falta de reconhecimento dessas paisagens de beira-de-estrada, de atividades industriais e de logística metropolitana enquanto paisagem, tanto nos instrumentos técnicos de planejamento, como nas próprias pesquisas científicas sobre o tema. Isso acontece, em grande medida, pela problemática que é o entendimento da paisagem enquanto um conceito-categoria objetificante, idealizada e purificada, distanciada da vida vivida e dos palcos centrais das práticas urbanas das zonas metropolitanas, como vem falando Daniele Caron (2017) e outras pesquisadoras.

Joan Nogué (2006) aponta que os atuais processos de urbanização estão produzindo paisagens fraturadas, desordenadas, cada vez mais medíocres. Para o autor, nessas paisagens híbridas, de transição entre grandes centros urbanos e contextos mais rurais, “a sensação de caos e de desconcerto se vive com mais intensidade”, e, por outro lado, ele aposta que são nesses contextos que estão “novos elementos para se pensar e se imaginar (...) novas estéticas, novas concepções do espaço e do tempo, novos valores, e quiçá, uma nova ética” (Ibidem, p. 141). Suspeito que parte da invisibilização dessas muitas outras paisagens às margens do desenvolvimento urbano metropolitano acontece, como Ana Clara Torres Ribeiro dizia, pelas “imagens-síntese de desenvolvimento”, onde alguns modelos de paisagem são propagados e vendidos como um arranjo excludente de enunciados e significantes, difundindo

imaginários de “desenvolvimento urbano” e de “desenvolvimento” sem lugar para toda a miríade de práticas que não se encaixam nos padrões, que chamamos aqui de sujeira debaixo do tapete metropolitano.

Essas “imagens-síntese de desenvolvimento urbano”, funcionam como uma operação da “feitiçaria capitalista”, conforme vêm sugerindo Isabelle Stengers e Philippe Pignarre (2011), pois são esquematizadas

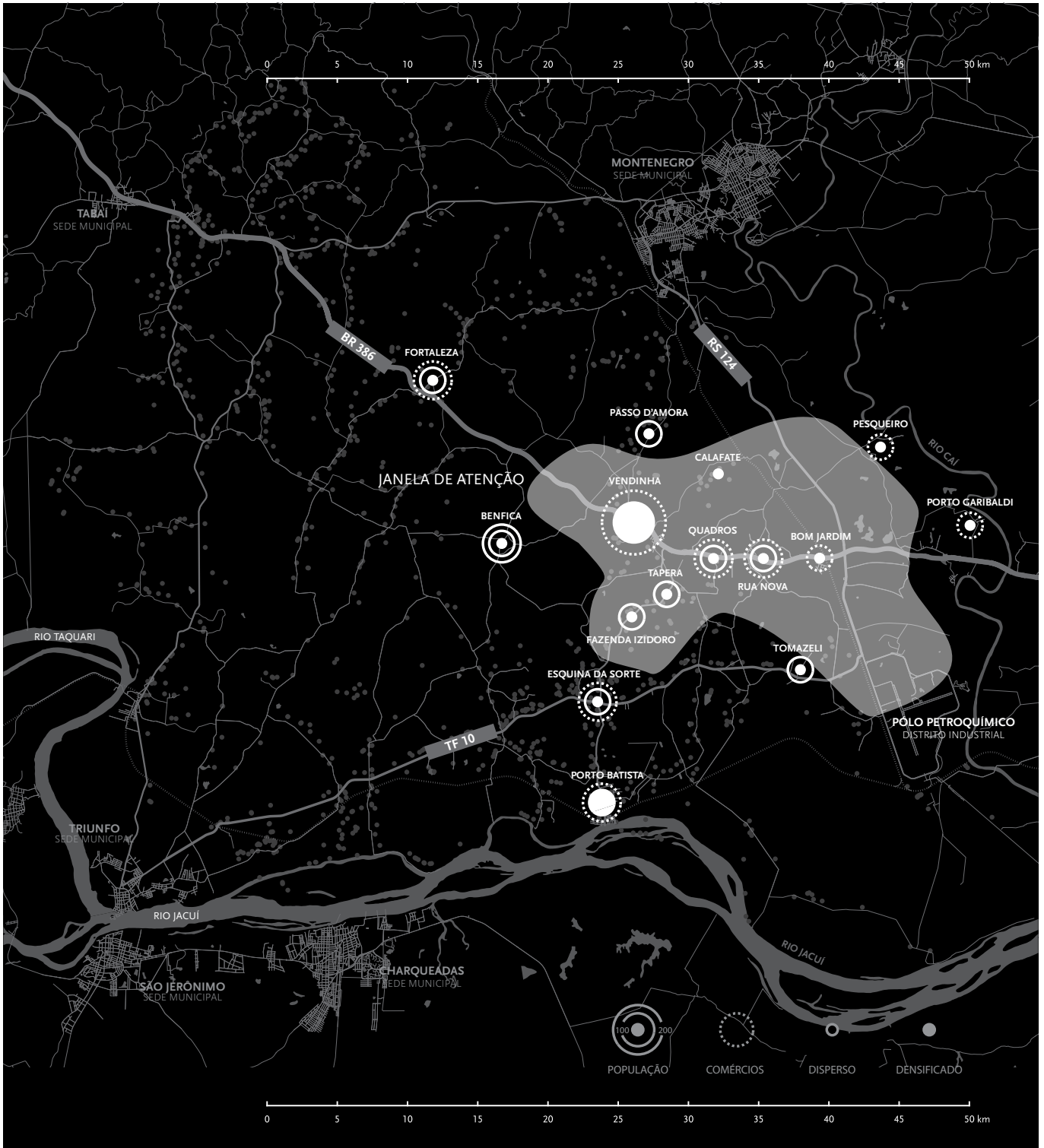
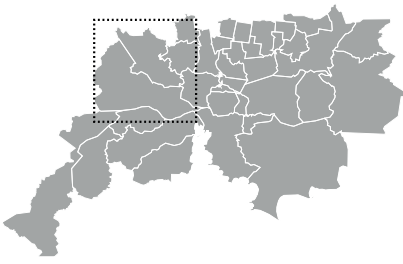


Fig. 03 - Mapa de contexto de estudo, as localidades em Triunfo (RS) e Montenegro (RS), 2021. **Fonte:** Autor.

e propagadas pelos grupos de interesse que mantém processos de dominação e de opressão, sejam eles parte da administração pública, da mídia, do empresariado, do agronegócio, entre outros.

Falo, então, de uma “**paisagem nas ruínas**”, inspirado principalmente pelas “Teses sobre o conceito de História” (1940) de Walter Benjamin, para compartilhar uma hesitação: sobre como percebemos e nos enfeitamos pelas paisagens que materializam e representam certo desenvolvimento urbano, e como esses modelos de desenvolvimento são talvez parte da ruína que são as práticas e os monumentos da burguesia, como o autor falava. E, nessa mesma linha, como esse mesmo desenvolvimento arruína muitas paisagens. Contudo, habitar esses contextos envolve perceber que as ruínas agora são os nossos jardins, e seguindo as histórias desses jardins há uma diversidade biológica e social, como vem falando Anna Tsing (2015). Há aqui **perguntas de pesquisa**: Como olhar para as práticas cotidianas que perfazem a paisagem e constituem a sujeira que vai para baixo do tapete metropolitano? Como narrar essas paisagens?

Construindo um “estado da arte” e aprofundando uma **lacuna de conhecimento**, ao investigar melhor os trabalhos de colegas, fui percebendo que as pesquisas que buscam interpretar a paisagem a partir de uma abordagem narrativa, corporificada às experiências cotidianas dos habitantes, são recentes e pouco utilizadas se considerarmos todo o campo dos estudos urbanos e regionais. Servindo como referências de partida, as pesquisas produzidas por Daniele Caron (2010; 2017) são importantes para a minha pesquisa: ao abordar a paisagem como uma “*clave* de interpretação” do território de Paraty/RJ, por exemplo, a pesquisadora realizou encontros com diferentes interlocutores com o objetivo de apreender os conflitos, as demandas e os desejos das pessoas da cidade, contribuindo com problematizações e possíveis estratégias de planejamento urbano.

Nos trabalhos que transitam entre paisagem e narrativa, encontrei algumas pesquisas que se situam entre os estudos urbanos e o campo das artes visuais, que, em sua maioria, objetivam construir narrativas visuais da paisagem (ROCHA FILHO, 2017; OLIVEIRA, 2019; MARRANHÃO, 2019), a partir da perspectiva autoral da produção de artistas, no percurso de um entendimento da paisagem enquanto experiência estética. O trabalho de Marco Antônio Santos da Rocha Filho (2017), por exemplo, busca construir uma narrativa fotográfica e documental sobre

o vilarejo de Tainhas, no nordeste do estado do Rio Grande do Sul, ao experimentar algo semelhante ao que faço. Entre registros de derivas, ensaios visuais e memórias pessoais, o pesquisador busca responder à pergunta que também me move na pesquisa: como contar uma história da paisagem?

Um outro modo de operar através da paisagem, tomando partido da abordagem narrativa, mas menos relacionado aos estudos urbanos, se dá através da análise de narrativas visuais, de produções cinematográficas ou textuais, de ficção literária (NETO, 2012; ZECHINATTO, 2017; MACEDO, 2019; BENEVIDES, 2010). Ao se movimentar no entorno da questão “O que pode a paisagem?”, Carolina Leardine Zechinatto (2017) convida os leitores à análise de um filme do diretor pernambucano Camilo Cavalcante, filmado nas paisagens do sertão brasileiro, em busca de refletir sobre as linhas afetivas e as possibilidades de uma experiência paisagística de corpo inteiro, algo que também me interessa. Diferente das produções narrativas ficcionais da paisagem, os estudos da paisagem também são realizados em diversas pesquisas pelos registros de fotos antigas, desenhos de viajantes e mapas históricos (MARTINS, 2008; PIMENTEL, 2010; COELHO, 2011; PASTORE, 2014; PINTO, 2015; VELLARDI, 2017; CAMARGO, 2019). Ao revelar a paisagem de Porto Alegre vista do Guaíba, Letícia Castilhos Coelho (2011) compõe montagens de imagens fotográficas da paisagem como vestígios de uma experiência sensível do mundo, enquanto analisa forma, função e estrutura da paisagem em radiografias de diferentes tempos históricos.

Sobre paisagem e urbanização em contextos metropolitanos, recolhi trabalhos interessantes que abordam a paisagem através de suas morfologias, formas, funções e estruturas (RANGEL, 2008; PASSOS, 2015; BIER, 2016; LINCK, 2017). João Luís Maciel Linck (2017) me apresenta algo que se aproxima em algumas linhas de minha pesquisa, apesar de fazer o uso de outros métodos de apreensão e de percepção da paisagem. O autor realizou uma pesquisa que investiga os impactos da implantação da BR-448 no município de Canoas (RS), através de registros fotográficos e entrevistas, considerando formas, funções, estruturas e dinâmica, para então comparar os resultados às zonas e diretrizes previamente definidas pelo Plano Diretor do município. Em pesquisas próximas a meu contexto de estudo, na paisagem oeste da Região Metropolitana de Porto Alegre, destaco o trabalho de uma conterrânea de Triunfo: Roberta Silveira Volkweis (2011), que fez uma pesquisa de mes-

trado historiográfica no mesmo programa sobre as origens açorianas do município, entretanto, mais voltada para o núcleo histórico. Quando recorro as pesquisas mais próximas ao meu contexto de estudo, nas localidades de Triunfo e Montenegro, no III Pólo Petroquímico do Sul e nas imediações da BR-386, os trabalhos se distanciam do campo dos estudos socioespaciais ou das ciências sociais aplicadas. No que diz respeito à BR-386, foi realizada uma monografia com enfoque nos impactos da construção da estrada no Vale do Taquari (ZANCHET, 2013).

As pesquisas produzidas pela comunidade kilombola Morada da Paz, um território feminino de resistência e de promoção da vida localizado na localidade de Vendinha (SANTOS, 2011; FLORES, 2018; 2019; LABREA, 2020; LABREA; KIEKOW; DORNELLES, 2019) são consideráveis e ocupam a maior parte dos trabalhos que encontrei envolvendo as localidades do contexto de estudo. O trabalho de extensão e pesquisa desenvolvido pelo Coletivo de Pesquisadoras Kilombolas Okaran (2020) realizou um acompanhamento dos processos cotidianos do povo da Morada, como também são chamados, no território da localidade de Vendinha, denominado pelas pesquisadoras como uma “cartografia subjetiva”, em uma metodologia similar a minha. A partir da constatação de que, para além da produção da Morada da Paz, não encontro outras pesquisas socioespaciais sobre o contexto de estudo e acerca dos importantes fenômenos de industrialização e de urbanização emergentes por aqui nas últimas décadas, busco contribuir com os estudos urbanos e regionais ao preencher parcialmente essa lacuna.

Na malha de movimentos heterogêneos ocorrendo em Triunfo e Montenegro, às margens da BR-386, que misturam pessoas empobrecidas com diferentes trajetórias, grandes empresas multinacionais, economias familiares, arquiteturas de grande porte, cultivo de silvicultura, práticas de agropecuária, entre outras atividades, emerge uma **questão** que me orienta pelo caminhar da pesquisa: Essas práticas e narrativas que se inscrevem na paisagem corporificam os modos mais hegemônicos como a urbanização metropolitana vem acontecendo, ou nos contam sobre algum outro modo de habitar a paisagem?

Por fim, abordando a paisagem enquanto uma “*clave* de interpretação” (CARON, 2017, p. 97), qualquer pressuposto apressado exige certa cautela. Da mesma forma que ninguém vive em todo o lugar, que todos estão situados em um local, as linhas que se entrelaçam nessas paisagens das localidades de estudo - aparentemente homogêneas,

de atividades funcionais, atendendo às demandas do desenvolvimento metropolitano capitalista - também não se encaixam por completo em um diagnóstico estabelecido a partir de outro lugar. Complexidade e diferença são inerentes às paisagens da urbanização metropolitana, e essa constatação, junto às diferentes artes de resolver a vida das e dos habitantes afetados por esses fenômenos, é um dos pontos de partida que nos permite uma tomada de responsabilidade com essas paisagens. Tentar “perceber as costuras é um lugar para se começar” (TSING, 2005; 2015).

Concluindo essa apresentação da pesquisa, a **justificativa** sobre a importância deste trabalho parte desde este lugar, isto é, de um pesquisador afetado pelas experiências que lhe ocorreram tanto nos espaços de estudos urbanos, de extensão universitária, de lutas pelo direito à cidade, como das paisagens vividas por 31 anos em meio às margens da urbanização metropolitana. Acredito que os estudos da paisagem podem me ajudar a atar alguns fios soltos das histórias vividas até aqui, e emaranhar os diversos - assim denominados - campos disciplinares envolvidos nas práticas que acontecem nesse contexto. E abordar isso metodologicamente a partir das narrativas da paisagem (CARON, 2017), em uma cartografia atenta às experiências cotidianas que ocorrem no contexto de estudo (KASTRUP, 2013; RIBEIRO, 2009), pode enriquecer os estudos urbanos e regionais e as políticas de planejamento urbano e regionais ao incluir outras vozes, outros relatos e outras imagens. Por se tratarem de paisagens que fazem parte da minha vida, fui entendendo que há muitas histórias da paisagem a serem contadas e registradas de outro ponto de vista, como a abertura da BR-386, a implementação do Pólo Petroquímico do Sul e outros empreendimentos urbano-industriais de grande impacto na região.

Atento a ampliação da BR-386 no horizonte, e outros grandes projetos que assustam as/os habitantes, tenho enquanto **objetivo geral** a responsabilidade de participar da construção de uma memória coletiva que reconheça as paisagens vividas pelos impactados por esses processos de desenvolvimento sócioespacial. Então, desejo problematizar as paisagens às margens da urbanização metropolitana, ao cartografar, nas localidades de Triunfo (RS) e Montenegro (RS), as linhas de produção, os enunciados narrativos e os movimentos táticos de ação cotidiana que tensionam a lógica de desenvolvimento metropolitano vigente. Enquanto **objetivos específicos**, desejo: (a) refletir teoricamente sobre

a paisagem enquanto fenômeno vivo de relações entre os habitantes e os seus entornos, (b) cartografar as paisagens de Triunfo e Montenegro a fim de construir um acervo narrativo e (c) produzir ensaios cartográficos sobre as paisagens de estudo. A visibilização dessas histórias nos espaços de saberes científicos pode vir a nos fazer hesitar na tomada de decisões de futuras políticas públicas, além de nos sensibilizar pelas paisagens complexas que compartilhamos juntos.

Então, apresentando a estrutura da dissertação. Na **parte 2**, faço uma problematização do modo objetificado como a categoria-conceito de "paisagem" vem sendo entendida, a partir de exemplos de uso no planejamento urbano e nos estudos urbanos e regionais. Apresento, em resposta, a abordagem teórica de uma paisagem narrada (CARON, 2017) como modo de produção de conhecimento nos estudos urbanos. Na sequência, percorro o método cartográfico de pesquisa (ROLNIK, 2006; KASTRUP, 2013; RIBEIRO, 2009) que construí e aprofundo sobre a experiência e os desafios que enfrentei enquanto habitante, pesquisador e cartógrafo, sobre os tipos de vínculos estabelecidos, os focos de atenção da pesquisa, as operações com os fragmentos narrativos inspiradas pela montagem que sustentam os dois ensaios cartográficos e a organização geral da pesquisa e da dissertação.

Na **parte 3**, a partir do projeto de ampliação da BR-386 que se anuncia, percorro algumas teorias sobre a urbanização que estão implicadas em meu contexto (MONTE-MÓR, 1994; 2003; LEFEBVRE, [1970], 2019; MUÑOZ, 2016), operações e sintomas que emergem nesses processos, como o "feitiço pelo asfalto", de modo a montar um panorama histórico e dispor a arena ideológica da disputa. Na sequência, a partir da noção de "infraestruturas brutalistas" (TRUSCELLO, 2020), vou enredando experiências da cartografia com as histórias da paisagem que foram sendo inscritas na região nos últimos anos. Ao dispor parte das histórias que escutei sobre os impactos da abertura da rodovia na década de 60, vou percebendo que o novo projeto de ampliação repete uma "receita" de desenvolvimento metropolitano que envolve diversos impactos socioambientais. Ao fim do ensaio, evoco fragmentos narrativos sobre diferentes modos de habitar as paisagens de beira-de-estrada que minhas vizinhas e vizinhos encontraram em meio às ruínas do desenvolvimento metropolitano.

Na **parte 4**, em um gesto similar à parte 3, voltado agora a seguir os rastros do projeto do Aterro Industrial, percorro as teorias do desen-

volvimento sustentável, os "estudos do descarte" (LIBOIRON, 2021) e detalho as inconsistências do processo de aprovação do projeto. Ao dispor a arena ideológica da disputa, vou notando que o projeto opera na lógica das "alternativas infernais" (STENGERS e PIGNARRE, 2011). Na sequência, ao montar com o que escutei nas caminhadas relacionadas ao projeto, problematizo o modo como as sociedades modernas tapam os olhos ao mundo do lixo (FUÃO, 2015) e às "arquiteturas do descarte" que produzem, confrontando com as denúncias e os receios de meus vizinhos e vizinhas. Ao fim do ensaio, a partir da disposição de histórias e práticas cotidianas que envolvem uma multiplicidade de saberes, vou percebendo os modos como vizinhas e vizinhos se responsabilizam pelos resíduos e descartes que produzem e vejo o lixo nas paisagens da região transformado em "sucata" (CERTEAU, 1994), em gestos que atentam aos seus próprios efeitos em meio a paisagem.

Na **parte 5**, a partir dos caminhos pelos quais a cartografia me levou e dos ensaios cartográficos que produzi, retomo parte das autoras e dos autores dos estudos da paisagem e proponho uma discussão a partir de dois dizeres-paisagem: "paisagem brutalista" e "paisagem de sacrifício".

Este trajeto de pesquisa foi guiado pelo desejo de fazer ver e fazer sentir as histórias das paisagens que seguem ignoradas pelos planos e projetos de planejamento urbano e regional, que por vezes, em épocas de esquecimento, ficaram de fora dos meus pensamentos e das minhas narrativas. Agora, essas paisagens, através de seus habitantes e de suas histórias, que constituem a minha própria história, conduzem essa pesquisa.

* * *

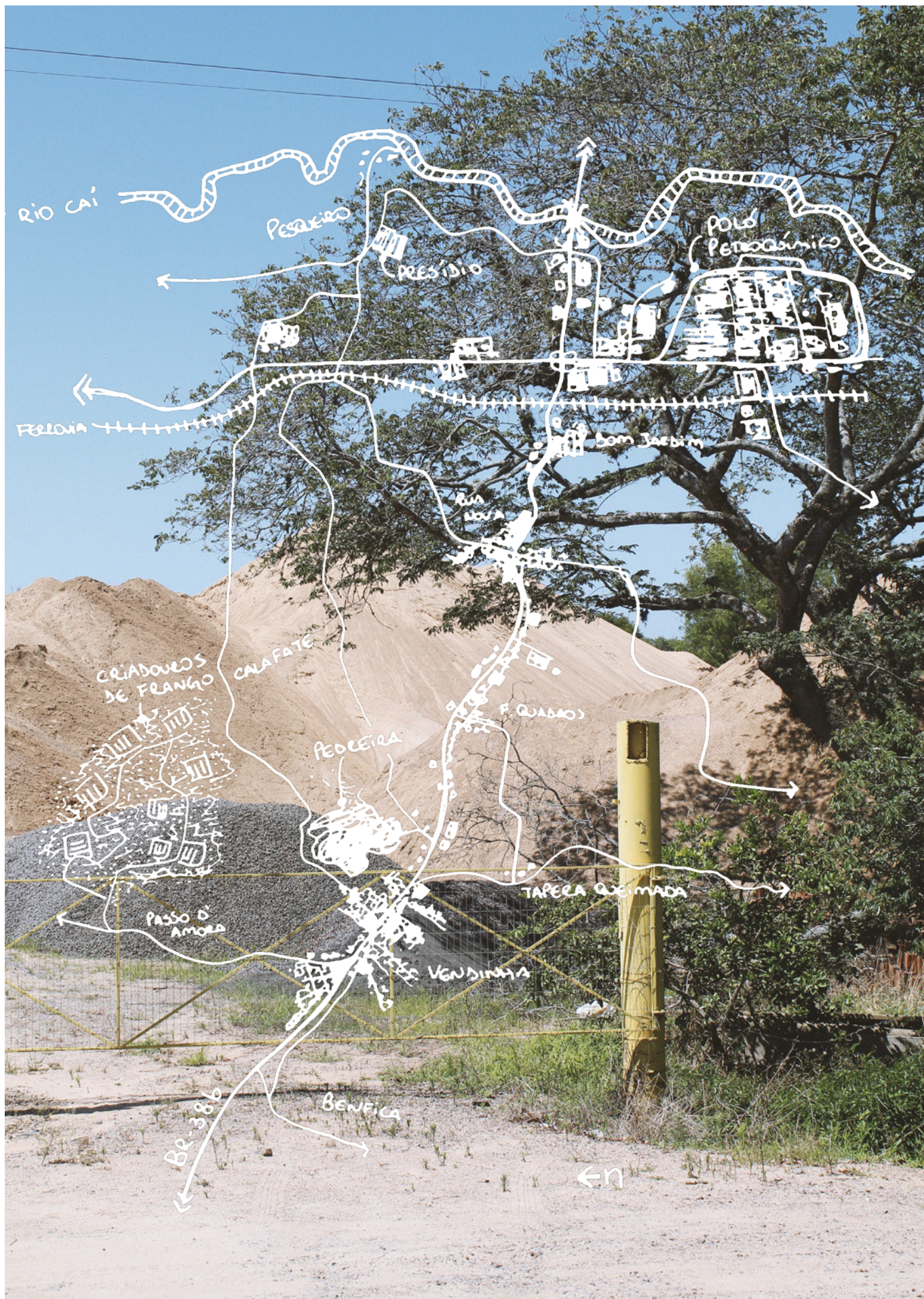


Fig. 04 - Empresa de extração de areia, Porto Batista, Triunfo (RS), 2021. Fonte: Autor.

PARTE 2

Se você abrir uma pessoa, irá achar paisagens.

Se me abrir, encontrará praias.

Agnès Varda (2008)

2.1 UMA PAISAGEM DE ONDE NÃO POSSO REALMENTE SAIR

Ao organizar o que seria parte importante da problemática que percorre esta pesquisa, mergulhei de modo não-linear junto a textos de outras e outros pensadores, de diversas disciplinas, que compartilham do interesse pela paisagem que nutro com os colegas do Margem_lab. Essas reflexões que reuni aqui tem o objetivo de apresentar um solo teórico da pesquisa, questionar e problematizar certo entendimento “mais duro” da categoria da paisagem, por vezes objetificante, que vem ocupando um bom espaço dos estudos urbanos e das práticas de planejamento, e me levam, como alternativa, para um entendimento da paisagem enquanto um fenômeno vivo de relações: de uma paisagem com pessoas dentro³, inspirado pela abordagem ecológica de Tim Ingold.

Iniciado no ocidente ao menos desde a invenção da perspectiva por Brunelleschi, o entendimento objetificado da paisagem é transversal a toda minha pesquisa. Como já foi analisado por Daniele Caron (2017), o planejamento urbano, desde sua origem moderna no século XIX, conduziu a paisagem urbana através de reformas estéticas e higienistas, sobretudo desfavorecendo as classes pobres e oprimidas (CARON, 2017, p. 29). Mais recentemente, nas últimas quatro décadas, a categoria da paisagem voltou a participar das políticas de planejamento urbano, sobretudo a partir das demandas de iniciativas de preservação ambiental e cultural (Ibidem, p. 30). No Brasil, com a criação da *Chancela da Pai-*

3. Tim Ingold (2015) me apresenta o entendimento de uma “antropologia com pessoas dentro”.

sagem Cultural Brasileira, que é uma espécie de “selo de qualidade” reivindicado pelos coletivos organizados, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) passa a reconhecer e valorizar a relação de determinados habitantes com o ambiente, com suas paisagens. Além disso, o documento que estrutura o instrumento alerta para os riscos que os fenômenos de “expansão urbana, globalização e massificação” podem apresentar a contextos de vida e tradições locais⁴.

4. A Chancela da Paisagem Cultural Brasileira foi aprovada como instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro em 30 de Abril de 2009, por meio da Portaria nº 127. Segundo o geógrafo Danilo Celso Pereira (2020), o instrumento não tem tido sucesso, visto que foi mobilizado apenas onde o Iphan já atua por meio do tombamento.

5. Jamais Fomos Modernos (1994), de Bruno Latour, é uma leitura que merece constar aqui, pois me abriu perspectivas para pensar a produção do conhecimento científico e suas contradições históricas.

Entre as muitas categorias-conceito de análise espacial, a paisagem tem sido uma das mais compreendidas a partir da divisão “entre natureza e sociedade, se mobilizarmos o legado do pensamento moderno Ocidental⁵. Entendo, ao me aproximar das reflexões de Augustin Berque (2011), que parte dos estudos sobre a paisagem podem ser aproximadas de uma das duas concepções ou pólos mais hegemônicos de entendimento: uma “materialista” e uma “subjetivista”. Na primeira, a categoria-conceito é interpretada através de operações onde se compreende a paisagem a partir de suas características materiais, de seus aspectos morfológicos, geomorfológicos, geológicos e de aspectos do relevo. Nesse caso, uma assim chamada ideia de natureza e suas formas estariam tomando frente aos aspectos culturais. Na segunda, mais “subjetivista”, a paisagem é evocada pelos geógrafos culturais e é centrada no sujeito individual, que se projeta, age e representa sobre uma natureza externa ao seu corpo. As duas abordagens, entretanto, parecem ficar apegadas a alguns dualismos, como natureza/cultura, físico/simbólico e objetivo/subjetivo, excluindo os fenômenos e acontecimentos híbridos complexos, as coordenações interespecíficas, e a muitas outras relações visíveis e invisíveis entre as pessoas, as coisas e os materiais. Levando isso em conta, o autor então sugere que a paisagem está “entre” sujeito e objeto (BERQUE, 1994).

Em reflexões sobre a docência em arquitetura e urbanismo para as práticas do que é chamado de paisagismo, Vladimir Bartalini (2018) desenvolve uma tese sobre os usos e os entendimentos históricos da noção de paisagem e defende que mais interessante que o conceito de paisagem, interessa a “experiência de paisagem”. O autor, pensando essa noção, adere parcialmente ao pensamento do início do século XX de Georg Simmel, que no ensaio “Filosofia da paisagem”, diz que:

A paisagem (...) nasce a partir do momento em que fenômenos naturais justapostos sobre o solo terrestre são reagrupados num

modo particular de unidade, diferente daquela que o erudito e seu pensamento causal, o adorador da natureza e seu sentimento religioso, o trabalhador ou o estrategista com seus finalismos poderiam abarcar em seus campos de visão (SIMMEL, 1988, p. 240) (apud BARTALINI, 2018, p. 22).

Entretanto, Bartalini demonstra um incômodo quando Augustin Berque (1994), em certo momento de sua produção teórica, define a paisagem como a “relação de uma sociedade com seu ambiente”. Bartalini (2018) responde, em contraposição, algo mais próximo do que diz Georg Simmel, que entende o ambiente e a natureza como um “ser global”, como “uma unidade fluida de devir”. O argumento de Jean-Marc Besse (2009), que defende uma terceira via aos entendimentos subjetivistas e materialista (ou realista, como nomeiam alguns pensadores) também têm importância para a “experiência de paisagem”, ao pensar pelo “entre”:

“A paisagem seria, na realidade, uma articulação da natureza e da sociedade, uma integração dos dados naturais e dos projetos humanos, uma realidade sintética (...)” (BESSE, 2009, p. 44) (apud BARTALINI, 2018, p. 25).

Nos dois entendimentos da paisagem que falo até aqui, um mais “materialista” e um mais “subjetivista”, percebo que em vários estudos e projetos se delimitou, planejou e mapeou as paisagens em zonas estanques categorizadas, além de também ser comum em projetos urbanísticos, a paisagem ser pensada a partir de um ponto de vista romântico, idílico ou espetacularizado (CARON, 2017, p. 60-2), simplificado enquanto um pano de fundo para a ação humana (TSING, 2019, p. 94). No Brasil, por exemplo, as iniciativas do que é chamado de planejamento estratégicos das últimas décadas reforçaram essa concepção da paisagem, que “deve ser atrativa para ser consumida pelo mercado” (CARON, 2017, p. 84). Dessa forma, ao tomarmos a paisagem enquanto uma construção objetificada, o que constato com as autoras e os autores é uma paisagem mais frequentemente preservada enquanto patrimônio ou uma paisagem vendida e consumida como mercadoria.

Voltando a patrimonialização da paisagem, é no entorno de questões como “o que preservar dentro de processos dinâmicos?”, a

partir da ideia de paisagem como fenômeno fluído e processual, que Luisa Durán Rocca e Eber Pires Marzulo (2016) contribuem com reflexões sobre a noção, segundo eles amplamente adjetivada, ainda que restrita a especialistas do patrimônio nas últimas décadas. Em países como o Brasil, o patrimônio apresenta certa polissemia de sentidos e de práticas, que incluem iniciativas voltadas para expandir o turismo ambiental e histórico, valorizar espaços públicos e edificações pela autoria de arquitetas e arquitetos notáveis, e reconhecer os processos de transformação espacial como, por exemplo, as antigas áreas industriais. Entretanto, percebo que em várias dessas abordagens há uma relação narrativa implícita entre patrimônio e desenvolvimento econômico. Outra linha importante no debate sobre a patrimonialização é a contínua disputa de memórias e de valores sobre um mesmo contexto, como no caso da *Tava, Lugar de referência do povo Guarani*, registrado em 2014 e as *Ruínas de São Miguel das Missões*, tombadas em 1938. Para os autores, há uma possibilidade mais interessante de pensar a paisagem a partir do patrimônio, que seria:

“(...) interdisciplinar por pressupor seu reconhecimento desde distintos campos do conhecimento estabelecido, mas também, talvez acima de tudo, pelo reconhecimento e relevância atribuída pelos saberes populares e tradicionais.” (Ibidem, p. 14)

Anne Cauquelin (2007) esboça uma tese nesse sentido, ao investigar a “perspectiva” enquanto “forma simbólica”, como e quando a paisagem “surgiu como noção, como conjunto estruturado, dotado de regras próprias de composição, como esquema simbólico de nosso contato próximo com a natureza” (Ibidem, p. 35), como uma continuidade das culturas de percepção da renascença. Para a autora, esse processo de constituição de um tecido uniforme é parte de uma pedagogia do ocidente sobre os modos de ver e de sentir a “realidade” e a “natureza”. Essa paisagem perspectivada, de uma natureza enquadrada, retomando as linhas de Daniele Caron e de colegas do Margem_lab, também passa a tomar os holofotes através de um “excesso de design” que manifesta novidades de consumo e enunciados homogeneizantes, invisibilizando a multiplicidade de práticas que compõem e constroem as cidades brasileiras (CARON et al., 2019). Esse incômodo nos faz refletir com a pensadora que, se

(...) por um lado, temos a necessidade de incluir a paisagem como objeto de planejamento, apontando que os instrumentos para sua gestão devem ser mais incisivos, condicionando as políticas territoriais, por outro lado, os instrumentos de gestão da paisagem são não só limitados, mas frequentemente inadequados ou ineficazes. (CARON, 2017, p. 94)

Assim, tanto a *Chancela da Paisagem Cultural Brasileira*, como os instrumentos mais utilizados nas práticas e projetos de planejamento urbano, frequentemente parecem ignorar as paisagens que não se encaixam nas categorias de patrimônio histórico e cultural ou de zonas de preservação ambiental (CARON, 2017, p. 90). Outras **questões de interesse** para a pesquisa saltam dessa problemática: Qual o lugar, nos estudos de paisagem, para as paisagens à margem da urbanização metropolitana? Como trazer, para o campo de estudos urbanos e para os instrumentos de planejamento urbano, as paisagens vividas por pessoas comuns, em um cotidiano junto a atividades de beira-de-estrada, comércio, serviço, extrativismo, silvicultura, indústria, logísticas etc. que se proliferam a partir de grandes centros metropolitanos, como Porto Alegre?

Para quem está de passagem na região, essas paisagens das bordas da urbanização metropolitana podem não apresentar diferenças e singularidades. Em um primeiro olhar, o que frequentemente se vê são paisagens que reproduzem uma “homogeneização formal e funcional”, com atividades “banais” que se encontram na periferia de outras regiões metropolitanas do planeta (MUÑOZ, 2016, p. 299). Diferente da apreensão que fazemos dos centros históricos urbanos, de orlas de lazer, de reservas naturais, ou mesmo de vilas e favelas, a paisagem nesses contextos às margens da urbanização metropolitana não configura status e legibilidade como uma paisagem de cotidiano, de reprodução da vida de humanos e não-humanos e de acúmulo de saberes e de histórias vividas. Parece ser uma paisagem disforme, difícil de ler, apesar de sua suposta homogeneidade, dado a padronização das infraestruturas e das arquiteturas de produção industrial; parece ser uma paisagem indifferente, porque figura o que nos é banal, de pouca importância. Logo, essas paisagens não nos dizem respeito, registramos poucas imagens e nem merecem a posição de paisagem.

Apesar da posição secundária que essas paisagens ocupam nos modos de percepção que informam os planos e projetos, entendo que essas paisagens das margens e das bordas metropolitanas são complexas e merecem uma atenção maior aos detalhes e às histórias que se acontecem. Nessas paisagens, ocorrem a mistura de padrões rurais e urbanos, naturais e industriais, que “causam tensões e rupturas que exigem uma leitura aberta à diversidade e à complexidade” (CARON, 2010, p. 72), o que dificilmente acontece para quem transita no ritmo dos automóveis, por exemplo. Segundo Daniele Caron (2010), em nossa dificuldade de interpretação desses espaços:

(...) algumas paisagens desaparecem da percepção, como se grandes blocos de território se apagassem durante os nossos deslocamentos. São como lugares desconhecidos e vazios, que habitualmente o ser humano relega como marginais, tanto do ponto de vista geográfico como do ponto de vista social. (CARON, 2010, p. 73)

Como parte desse processo de simplificação e de invisibilização, parte das colegas e colegas recorrem com mais frequência aos dados sociodemográficos e socioambientais nos estudos desses contextos. Ao procurar saber mais sobre essas paisagens que habito entre os estudos urbanos, só encontro elas mapeadas em manchas cinzas nos diagnósticos ambientais, em tabelas com indicadores econômicos ou em esquemas pouco detalhados de atlas socioambientais.

Desde a inauguração do complexo industrial do Pólo Petroquímico do Sul, por exemplo, não ocorreram pesquisas que objetivaram entender os efeitos dessa implantação na vida dos moradores das localidades de Triunfo, Montenegro e Nova Santa Rita, ou mesmo pesquisas que buscassem compreender os “impactos ambientais”, sob qualquer que seja o entendimento de paisagem. Sendo assim, sinto a urgência de mergulhar com essa atenção nessas paisagens para ver o que está acontecendo.

Ainda que nem mesmo pesquisas baseadas em dados secundários foram realizadas na região de estudo, entendo que os estudos da paisagem com dados geomorfológicos e mapas regionais, em grande escala, podem ser úteis em muitas situações de urgência, seja quando instrumentalizados por coletivos em luta, ou em políticas de planeja-

mento estatal e/ou monitoramento ambiental. Na busca por uma objetividade científica da paisagem, nos esforços das práticas de zonear e classificar, acabam ficando de fora vários fenômenos e práticas ordinárias que provavelmente seguem acontecendo junto às transformações e permanências das periferias metropolitanas, em linhas que os estudos urbanos muitas vezes não conseguem dar conta.

Nesse sentido, o modo “mais duro” como a categoria-conceito espacial da paisagem vem sendo entendida é uma problemática dessa pesquisa porque entendo que muitas vizinhas e vizinhos vem sofrendo com os efeitos dessa invisibilização. Como lembra Isabelle Stengers (2021), “um problema é sempre um problema prático, nunca um problema universal que é importante para todos”. Assim, entendo que há importância em produzir um conhecimento que não dê conta da totalidade de determinados fenômenos, períodos e contextos. Um entendimento parcial da paisagem que escape das armadilhas de uma produção do conhecimento totalizante, em muitos casos sob um olhar a partir de um lugar urbano, requer assumirmos que não conseguimos apreender as paisagens como um todo. A autora me lembra que o sentido de “parcial” é tanto o de “não completo”, como o de “tomar partido”. Os estudos feministas, a partir da *standpoint theory*, me atentam que já passamos da época de uma produção de conhecimento alçada no truque de deus, de “ver tudo de lugar nenhum” (HARAWAY, 1995).

Portanto, parte do pensamento que alicerça essa pesquisa se apoia em uma noção de paisagem que entende que: não há modos de separar o pesquisador do habitante, ou o habitante do cartógrafo; não há como separar as práticas, das paisagens onde ocorrem, modificam e mundificam; não há como separar as histórias e as narrativas das paisagens onde se inscrevem. Essa é uma paisagem de onde não posso realmente sair.

* * *

Se puede proyectar una ciudad, sus edificios, calles, plazas, servicios, con las mejores intenciones-y quizá es muy bueno que eso suceda-, pero nunca podrá anticiparse la multiplicidad de sus usos, su esplendor o su decadencia, los modos del habitar, los tránsitos, las trayectorias.

Leonor Arfuch (2013)

Hay que construir un complot contra el complot.

Ricardo Piglia (2007)

2.2 NARRANDO UMA PAISAGEM VIVA

No primeiro impulso para organizar uma abordagem teórico-metodológica de pesquisa que dê conta da paisagem enquanto um fenômeno vivo de relação das pessoas em meio aos seus contextos, preciso escrever sobre algumas escolhas de caráter epistemológico que fui traçando nesse percurso. Seguindo as pistas de Daniele Caron (2017), começo a pensar a paisagem enquanto uma *clave de interpretação* da urbanização metropolitana. A partir disso, sinto a necessidade de refletir sobre algumas implicações da abordagem narrativa para a experiência de pesquisa.

No processo de pesquisa, ao habitar o contexto de estudo, ao seguir os rastros na paisagem, ao traçar as linhas envolvidas nas práticas cotidianas, ao perceber certas costuras, ao narrar sobre essas experiências e comunicar parte dos resultados nos lugares de conhecimento científicos, sempre me deparei com o receio de estar praticando algum tipo de objetificação ou de simplificação do mundo infinito de práticas de vida dessas pessoas. Levar a sério esse problema significa reconhecer e lembrar, em diversas situações, que o peso que eu coloco sobre determinados enunciados ou o detalhamento que faço sobre algumas das linhas traçadas e não de outras, se refere, sobretudo, ao que me afetou enquanto pesquisador e habitante em cada uma dessas situações.

Como em qualquer processo de pesquisa, as mobilizações teó-

ricas, as comparações acadêmicas, as relações de escalas estabelecidas e os comentários críticos de tom pessimistas ou otimistas que realizo podem ser problematizados tanto entre os pares acadêmicos, como também pelas habitantes e habitantes do contexto de estudo. As histórias da paisagem, da maneira como venho entendendo, se cruzam e se agitam aqui (TSING, 2019, p. 84). Desse modo, enquanto habitante do contexto de estudo, estou assumindo uma produção de conhecimento sobre a paisagem que é parcial, situada e corporificada- e que pode ser chamada a prestar contas sobre os futuros desdobramentos dos movimentos da pesquisa e de seus produtos (HARAWAY, 1995), a partir de *saberes localizados*, em uma pesquisa que se assume enquanto parcial. Carrego, então, um acúmulo diversas histórias, de conhecimentos objetivos, uma sacola⁶ de objetividades parciais que mundificam no meu dia a dia e nos encontros com as pessoas daqui.

Entretanto, nas universidades brasileiras, ao evocar a noção de “fenômeno”, de uma paisagem entendida enquanto “fenômeno vivo”, posso desaguar no risco da mesma separação entre natureza e cultura que comentei antes, mas agora em direção a um entendimento cultural demais da paisagem: a paisagem-fenômeno, que é pensada a partir de seus significados simbólicos e da representação cultural que constroem a partir dos indivíduos humanos (INGOLD, 2000, p. 208). Embora esse tipo de abordagem metodológica seja produzida sob uma epistemologia que, na maior parte das vezes, se faz parcial e situada e, sob práticas científicas que resgatam o valor de uso da paisagem para os envolvidos, trazendo mais vozes para as disputas políticas e para os registros historiográficos, ele dá a entender que a paisagem é uma noção capaz de ser apreendida apenas a partir de humanos, de suas significações, de suas práticas e de suas mediações. O problema nisso, como diversas pensadoras e pensadores vêm falando, é que a paisagem - onde eu habito, onde participo e me presentifico, em meio a onde me movo e escrevo essa dissertação- é um trabalho em andamento, um “acontecer” de vários acontecimentos, visíveis e invisíveis, entrelaçados ao longo do tempo e do espaço, apesar de nós e também além da nossa ação (INGOLD, 2000; 2012). Insistindo nisso, Tim Ingold (2012) me lembra que:

Embora nós possamos ocupar um mundo repleto de objetos, para o ocupante os conteúdos do mundo parecem já se encontrar trancados em suas formas finais, fechados em si mesmos. É como se

6. Ursula Le Guin (2020) me faz repensar a história cultural das tecnologias através das sacolas (carrier bag) como um dispositivo cultural onde carregamos junto ao corpo nossas histórias e culturas. A ideia da autora é romper com o entendimento historiográfico da cultura e das tecnologias como uma história do que “mata” e “corta”, narrada nas dominações heróicas e masculinas, e pensar no que abrigamos e guardamos em nossas sacolas, como as ervas e as sementes.

eles tivessem nos dado as costas. Habitar o mundo, ao contrário, é se juntar ao processo de formação. (INGOLD, 2012, p. 31)

Algo próximo a esse sentido profundo de habitar é proposto por Augustin Berque (1996) quando ele busca retomar um certo “pensamento paisageiro” em nossa relação com o que construímos e habitamos⁷. O autor conta que, diferente da abordagem da paisagem mais enraizada no pensamento moderno Ocidental, em alguns outros contextos onde não havia uma palavra para “paisagem”, havia certo sentido de paisagem, em afetos que se movem em relação à paisagem. Esse sentido de paisagem consistiria de uma relação contínua entre pensamento e paisagem que não necessariamente configura um “pensamento da paisagem” objetivo e estruturado, mas um sentido que se exerce através das nossas artes de viver com a Terra. O entendimento breve do geógrafo Eric Dardel ([1952], 1990) sobre a paisagem se avizinha a esse:

7. Tanto Tim Ingold quanto Augustin Berque são influenciados pelas reflexões sobre o habitar de Martin Heidegger, em especial pelo texto “Construir, habitar, pensar”, de 1954. Um amigo que nos introduziu a essas linhas de reflexões dentro do atelier de projeto arquitetônico da UFRGS, nos sensibilizando para entender as “falas do mundo”, foi o professor-militante Fernando Fuão. Para mais reflexões sobre o habitar na arquitetura, ver Fernando Fuão (2016).

Ela põe em jogo a totalidade do ser humano, seus vínculos existenciais com a Terra, ou, se quisermos, sua geograficidade original: a Terra como lugar, base e meio de sua realização (DARDEL, 1990, p. 42).

A pensadora Ana Francisca Azevedo (2012) vem desenvolvendo uma produção de conhecimento que mistura arte, ciência e tecnologia que em alguns momentos ela nomeia de “experiência de paisagem”. Ao reivindicar um entendimento material-semiótico da paisagem, enquanto presença material e enquanto representação e narração, ela alerta aos pesquisadores e pesquisadoras da paisagem que há “uma miríade de expressões de múltiplos sujeitos”, e que para pensar a paisagem a partir de saberes situados e relacionais:

A interpretação torna-se menos hermenêutica e mais intersubjetiva, porque fundada numa empatia imaginativa. Por isso, a interpretação da paisagem não pode circunscrever-se à observação ou à análise textual clássicas, por se alargar aos circuitos de conexão que põem em contacto o figurativo e as práticas quotidianas da paisagem. (Ibidem, p. 29)

Anna Tsing (2019), mais recentemente, demonstra que a geo-

grafia cultural e a ecologia precisam agora andar juntas para responder aos problemas sérios da diminuição gradativa da habitabilidade na terra para todos nós, nos tempos que ela e outras pesquisadoras chamam de *Antropoceno*, a começar por perceber que toda a paisagem é “mais que humana”. Em suas pesquisas e colaborações, ela defende um entendimento da paisagem como “assembleias (multiespécies) trabalhando em coordenação dentro de uma dinâmica histórica”, ou como “biografias comunitariamente entrecruzadas” (Ibidem, p. 92). Nessa mesma direção, apreender o emaranhado de rastros na paisagem, que inclui nossas práticas, nossas histórias, nossas linhas e texturas (INGOLD, 2012) é um dos objetivos contínuos desta pesquisa. E nesse sentido, a urbanização metropolitana e o desenvolvimento metropolitano tal como o conhecemos, sob uma lógica extensiva, sob um regime de acumulação capitalista e de contínua degradação ecológica é, sobretudo, o arranjo de muitas linhas de vida de natureza nossa e de nossos parentes humanos, embora mais produzida por alguns do que por outros. É em meio a este solo teórico onde tentarei me apoiar para tentar seguir algumas das linhas que compõem as paisagens da urbanização metropolitana. Sempre lembrando que a natureza humana é uma relação multiespécies (TSING, 2015, p. 184).

Ainda, abrindo os caminhos da abordagem narrativa⁸, ao longo do texto me refiro às “linhas” frequentemente: linhas de produção, linhas de práticas, linhas de conexão, linhas de relações, linhas de pensamento, linhas de enunciados, linhas de fuga etc. Pensar pelas linhas é pensar em tudo que pode estar entre nós e entre como nos envolvemos uns com os outros, em como nos movimentamos com as coisas nas paisagens que habitamos. É uma lógica ao mesmo tempo materialista e subjetivista de organizar a minha percepção junto ao mundo e intencionalizar as nossas ações, de trazer as coisas à vida (INGOLD, 2012). As linhas evocam o entre, a relacionalidade que partilhamos ao viver, ao nos envolver e ao narrar. Ao habitar a paisagem, estamos sempre atando laços que não se encerram, como as trilhas que fazemos ao andar (INGOLD, 2015, p. 90) ao tecermos as texturas do mundo. E essas linhas, nas relações com a paisagem, se estendem em outras linhas, que tramam contornos, fricções, perturbações, curto-circuitos e formas de vida sempre singulares. “Habitar é escrever, é se narrar a partir da terra. É o que ainda podemos ouvir na palavra geo-grafia” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 242).

8. Parte dessas reflexões foram desenvolvidas e apresentadas no XIX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (MARTINI, Douglas Silveira; CARON, Daniele, 2022).

Aprofundando essas implicações para a abordagem narrativa da pesquisa, vou considerar a paisagem enquanto uma *clave de interpretação* da urbanização metropolitana, a partir de Daniele Caron (2017), primeiro, por um movimento de natureza ética. A partir de uma narração, podemos reconhecer nossos vínculos em comum, nossas paisagens habitadas em comum e aprendemos a conjugar mundos a partir de nossas partes, um eu-nós (RIBEIRO, 2010; HARAWAY, 2016). A abordagem narrativa entra, então, como uma aposta ética na produção de um conhecimento que busca pensar junto a outras pessoas (ARFUCH, 2010). Mesmo percebendo que eventualmente as plantas já brotam entre as rachaduras do concreto, acredito que podemos, a partir desses encontros narrativos, inventar formas de fazer-com mais e novas rachaduras, ou pelo menos nos reconhecermos uns aos outros enquanto participantes de uma comunidade, como correspondentes em meio a uma mesma paisagem. Responsabilidade, ou uma “habilidade para responder” (*response-ability*) como me lembra Donna Haraway (2016), é algo que diz respeito a uma prática ética, e é uma prática no sentido de que para que uma pesquisa narrativa assim seja realizada, é necessário que as pessoas que encontrei compartilhem de seu tempo para conversar, para colocarem seus corpos em outras posições, é necessário que motoristas estejam dispostas a dar caronas, que meus parentes tenham paciência para me recordar acontecimentos históricos, se esforçarem a pensar sobre o que não lembram bem etc.

Judith Butler (2004) chamaria a experiência desse encontro com os outros, onde passamos por uma estranheza em relação a si mesmo, como parte importante da construção de uma ética da alteridade. A partir desse contato com o outro, nas traduções instáveis e incertas entre mais de um mundo habitado, entre mais de uma paisagem- que buscam e precisam dialogar- surge um novo eu e o nascimento de um nós. Esse movimento de encontro com o outro, pode alterar as nossas perguntas de pesquisa, lançar novas problemáticas, perturbar nossas pistas e balançar nossas reflexões. Em nosso campo de estudo muitas vezes ocupado por uma “racionalidade instrumental” e por especialistas, é importante lembrar que os estudos urbanos e o planejamento urbano e regional são “muito sérios para ficar apenas nas mãos de técnicos”, ou para ficarem amarrados em uma única disciplina, em um mesmo solo ideológico (SOUZA, 2019). Narrar a paisagem é participar de uma prática coletiva.

Ao pensar a experiência e a narrativa como artefatos políticos de pesquisa, como fala Danichi Mizoguchi (2015), estou disposto a dar passagem às paisagens criadas e recriadas cotidianamente, mais do que revelar ou descobrir como estão constituídas. Assim, a abordagem narrativa trata a paisagem metropolitana como um devir. “Não há, portanto, duas narrativas iguais: não há dois mundos iguais, não há duas experiências iguais – não há dois atravessamentos territoriais iguais” (Ibidem, p. 206). As histórias narradas me permitem evocar a experiência- sempre singular- vivida no tempo e no espaço. Ao contar uma história, os narradores tecem os fios e as relações na paisagem que importam no agora, em encontros situados e corporificados, visto que palavras e linguagem estão materialmente participando das paisagens (HARAWAY, 2015).

Outro aspecto importante é que a abordagem narrativa me possibilita apreender os traços da paisagem que inscrevemos no cotidiano. Como me lembra Daniele Caron (2017), as histórias narradas me permitem acessar uma experiência vivida que é espaço-temporal, e produzem um conhecimento relacional, obtido através de nossas práticas:

Assumir a percepção da paisagem como parte do fenômeno significa assumir o próprio sujeito no processo, exigindo uma abordagem de sua forma de interpretar marcada pela experiência vivida. Assim, a narrativa, por suas qualidades relacionais, surge como meio para evocar a realidade vivida na paisagem. (CARON, 2017, p. 140)

Segundo Paul Ricoeur (2010), a narrativa carrega um tipo de conhecimento e, para nós, enquanto abordagem de interpretação da paisagem, esses momentos da narrativa nos permitem acessar aspectos da experiência vivida não possíveis por outros meios (CARON, 2017, p. 148). Logo, “pensar a cidade e seus processos constitutivos passa por assumir os aspectos narrativos que fizeram dela esse emaranhado de histórias” (REYES, P. ; CARON, D.; CIDADE, D.; 2021, p. 260). Narrar a paisagem é fazer, situado em um determinado espaço, uma história inacabada de um presente repleto de muitas “agoras”, como dizia Walter Benjamin ([1940], 2012). E é a partir das linguagens de uso ordinário, que não se fixam, que podemos apreender as ações do cotidiano, as táticas e estratégias que dão forma à vida (CERTEAU, [1994], 2014, p. 68) e que dão vida às coisas.

As narrativas da paisagem evocam acontecimentos onde a fala passa também a ser textura e onde as práticas cotidianas, seus modos de uso e improvisações se misturam em tramas que alteram o nosso sentimento em relação à paisagem. Não falo de diagramas de linhas de conexão delimitadas e classificadas, ou de uma rede com pontos de partida e de chegada: narrar a paisagem é como tramar práticas, desejos e dizeres em uma malha ou tecido (INGOLD, 2012), com continuidades e descontinuidades. As narrações também tem muitas pontas soltas que permitem à nossa vida seguir diferentes caminhos (INGOLD, 2016). E é nas margens desse tapete de urbanização metropolitana da RMPA, entre as contradições e complexidades de um capitalismo brutal, onde posso talvez encontrar uma diversidade biológica e social e suas artes de fazer, seus modos de resolver a vida (TSING, 2015).

Narrar a paisagem para “escovar a história a contrapelo”, como dizia Walter Benjamin. Nessas outras histórias, as experiências vividas me instigam a produzir narrativas de natureza/cultura em explicação conjunta, e esses fragmentos de narração passam a compor uma memória coletiva da paisagem (CARON, 2019). Walter Benjamin, nas “Teses sobre o conceito da história” de 1940, chama a atenção aos estilhaços e as ruínas que passam despercebidas pelas forças do progresso. A partir desse entendimento, ao revelarmos e trazermos à vida os fragmentos como estilhaços e ruínas de uma memória coletiva da paisagem, o “falso brilho de totalidade se extingue” (BENJAMIN, 1984, p. 198).

Cada época sonha não apenas a próxima, mas ao sonhar, esforça-se em despertar. Traz em si mesma seu próprio fim e o desenvolve – como Hegel já o reconheceu – com astúcia. Com o abalo da economia de mercado, começamos a reconhecer os monumentos da burguesia como ruínas antes mesmo de seu desmoronamento. (BENJAMIN, 2006, p. 51)

Entretanto, não são histórias de uma paisagem idílica para redimir os oprimidos e empobrecidos. São paisagens nas ruínas do desenvolvimento metropolitano capitalista, implicando uma série de desconfortos, mas sempre carregadas de conhecimento. Logo, as narrativas me contam sobre uma paisagem a partir das sobrevivências que se dão apesar do desenvolvimento metropolitano, de sobrevivências debaixo da sujeira do tapete da urbanização. Narro para “rasgar” e fraturar as

“imagens-síntese” da paisagem e fazer ver e fazer sentir imagens outras, abertas, inacabadas e dissensuais (DIDI-HUBERMAN, 2013; REYES, 2018). Como lembra Tim Ingold (2015), as narrativas reúnem o que as classificações separam. Assim, “não há nenhum ponto em que termine a história e a vida comece” (Ibidem, p. 237).

Desse modo, é nas ruínas do desenvolvimento metropolitano, entre a “urbanização extensiva”, a expansão do capitalismo e os processos de globalização onde buscaremos, a partir de uma abordagem narrativa, explorar os fragmentos e as linhas que promovem alguma forma de vida e possibilitam contarmos outras histórias. Dessa escolha da abordagem teórico-metodológica da narrativa, que mais me escolheu do que eu escolhi, emerge uma pergunta: Como a produção de narrativas da paisagem em meu contexto de estudo, às margens da urbanização metropolitana, podem tensionar os estudos e as práticas do planejamento?

Estarei atento a histórias onde agricultoras e agricultores, aposentadas, cortadores de mato, adoecidos, artesãos, catadoras, carroceiros, frentistas de posto, professoras, poetas, borracheiros, laçadores, pescadores etc. narram uma outra parte da paisagem metropolitana.

* * *

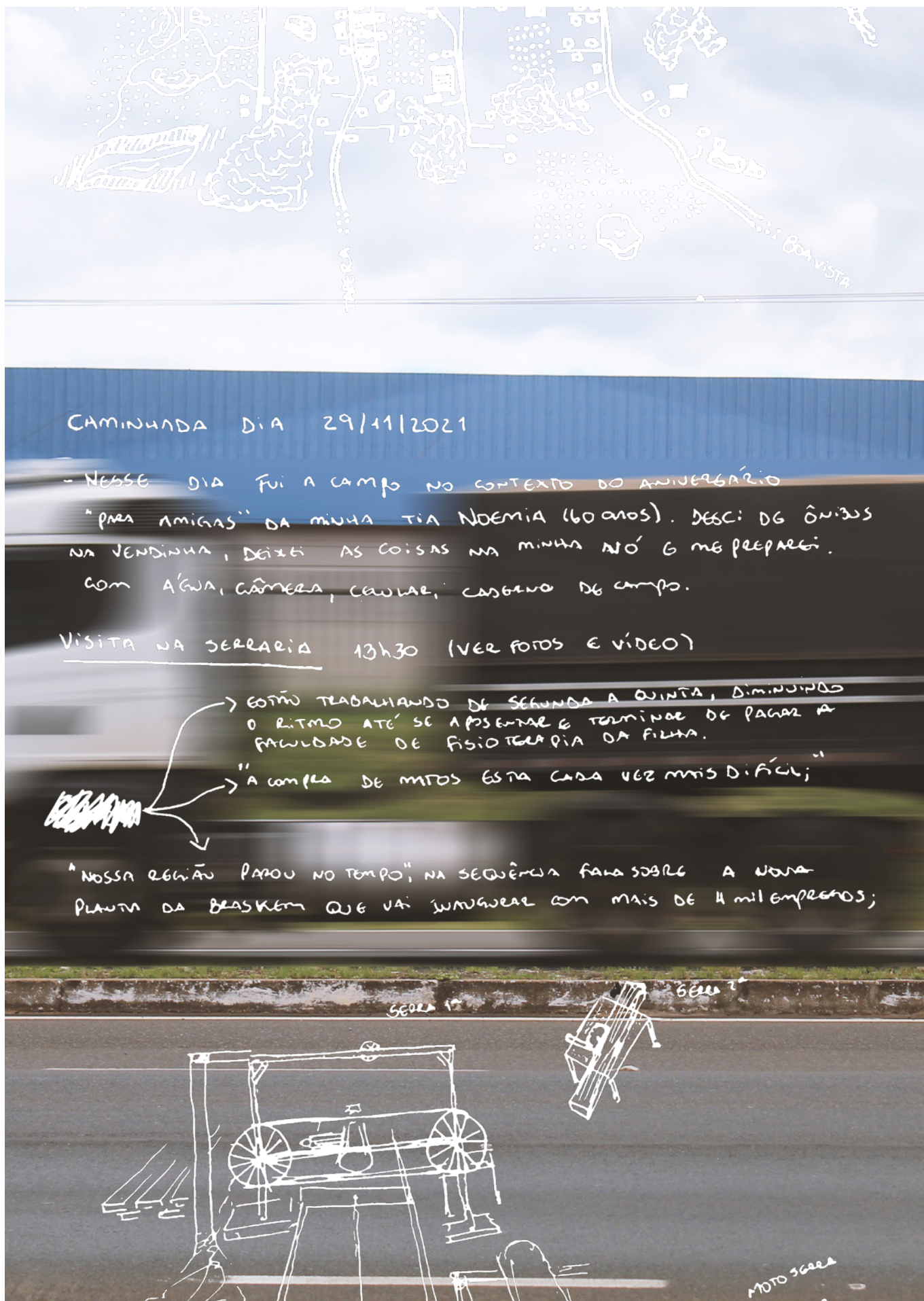


Fig. 05 - Caminhada no acostamento da BR-386, Vendinha, Triunfo (RS), 2022. Fonte: Autor.

Mas se alguém pudesse caminhar pela escritura como que por uma paisagem, então, em contrapartida, como geralmente na procissão litúrgica ou na peregrinação, poderia caminhar por uma paisagem como que pela escritura.

Tim Ingold (2015)

2.3 CAMINHANDO ÀS MARGENS DO DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO

A abordagem teórico-metodológica da pesquisa, como apresentei no subcapítulo anterior, é orientada pela narrativa enquanto epistemologia, e os métodos, as operações e as práticas de pesquisa são aproximados da observação participante ou da pesquisa-intervenção, que na minha pesquisa sistematizo pelo cruzamento de dois métodos já bastante utilizados nos estudos urbanos e regionais: a "cartografia sentimental" (ROLNIK, 2006; KASTRUP, 2013) e a "cartografia da ação" (RIBEIRO et al., 2001-2002).

Agora, busco aprofundar de que forma os meus procedimentos metodológicos e as narrativas da paisagem se emaranham para contar outra parcela da história metropolitana. Donna Haraway (2016), pensando com Marilyn Strathern, me atenta que "importa que estórias contamos para contar outras estórias (com)" (Ibidem, p. 12). Como nossas paisagens merecem outras histórias, preciso me preparar para as artes de apreender, montar e pensar com as narrativas da paisagem. Os caminhos de uma pesquisa como essa, segundo Tim Ingold (2016), são:

(...) como os da própria vida, dependem das circunstâncias, e não avançam rumo a um fim preestabelecido. E envolvem modos de levar a vida e de ser por ela levado, de viver uma vida junto com outros – humanos e não humanos – que reconhecem o passado,

atentam para as condições do presente e se abrem especulativamente a possibilidades futuras. (Ibidem, 2016, p. 409)

A primeira abordagem metodológica que me inspira é entendida enquanto uma espécie de “cartografia sentimental”, que vem sendo bastante utilizada nas pesquisas das ciências sociais aplicadas, onde compreendo que estou, em pesquisas da vida e em meio a vida de pesquisas, o tempo todo engajado na produção de subjetividade. Esse método, inicialmente compartilhado por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), foi na sequência divulgado pelas reflexões de Suely Rolnik (2006) e, alguns anos depois, pelos esforços de Virgínia Kastrup e Eduardo Passos (2013) que elaboraram algumas pistas do método. De acordo com essas pesquisadoras, o método da cartografia consiste no acompanhamento de processos e no acompanhamento das linhas de relações envolvidas junto a processos de produção (KASTRUP, p. 32), em meu caso, junto às relações complexas do habitar, de viver e morrer em paisagens nas ruínas do desenvolvimento metropolitano, em meio às localidades dos municípios de Triunfo e Montenegro.

Nessa cartografia, não se trata de representar um objeto, de representar uma forma, uma paisagem. O que trago como horizonte, então, não é narrar paisagens definidas, acabadas, emolduradas etc. “A forma é o fim, a morte”, como Tim Ingold lembra a retomar a frase de Paul Klee⁹. “Onde quer que estejam, os humanos estão humanando [...] Vivem vidas emaranhadas umas nas outras, que se estendem indefinidamente” (INGOLD, 2016, p. 409). Trata-se, então, de dar atenção ao encontro, aos materiais e as forças que se movem nesses encontros (KASTRUP, 2013, p. 38). Entretanto, o método cartográfico tensiona, para os estudos da paisagem, o domínio do ótico sobre o háptico, que é algo bastante presente no pensamento moderno. Enquanto a percepção ótica se moveria pelo registro e pela organização da paisagem em figura e fundo, frequentemente com o domínio do olhar distanciado, a percepção háptica é uma:

(...) visão próxima, onde não vigora a organização figura-fundo. Os componentes se conectam lado a lado, se localizando num mesmo plano igualmente próximo. O olho tateia, explora, rastreia, o mesmo podendo ocorrer com o ouvido ou outro órgão. (KASTRUP, 2013, p. 41)

9. As reflexões de Tim Ingold que utilizamos para trazer a paisagem de volta à vida partem de uma mesma matriz de pensamento que o método da cartografia, embora o autor se mobilize em torno de reflexões sobre condutas da etnografia. O autor é também influenciado pelo pensamento rizomático de Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Adotando o método da cartografia, incluo e reconheço também as minhas linhas enquanto pesquisador nos diagramas de relações que se desenham pelo trajeto da pesquisa, visto que estou implicado em intimidades de todo tipo com as vizinhas e vizinhos, que se posicionam entre amizades, inimizades, parentescos, alianças etc. A cartografia, segundo as autoras, também adiciona opacidades aos saberes transparentes herdados pela tradição do pensamento moderno ocidental, abrindo espaço para uma produção de conhecimento que surge como composição, a partir da invenção (KASTRUP, 2013, p. 49; GLISSANT, 2008). Ainda sobre a opacidade, diferente da busca por uma transparência do sujeito, a cartografia acolhe toda uma paisagem de “comunicação não verbal, não intencional e involuntária, ao surgimento e ao livre jogo de afetos desprovidos de representação” (SAADA, 2005, p. 161), logo, nem tudo que é vivido precisa se tornar uma representação. Além disso, tanto eu enquanto cartógrafo, como os praticantes enquanto narradores misturam diferentes campos disciplinares, misturam diferentes tempos e podemos produzir mal-entendidos. Entre as tarefas do cartógrafo, segundo Suely Rolnik (2006, p. 23) é a de “[...] dar língua para os afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo”.

A segunda abordagem, chamada de cartografia da ação, foi elaborada por Ana Clara Torres Ribeiro e Cátia Antônia da Silva para entender as transformações da ação social cotidiana em meio aos conflitos da urbanização metropolitana brasileira. Há, nessa abordagem, uma ênfase orientada aos usos dos praticantes do espaço e de suas artes de fazer, seus modos de resolver a vida, como fala Michel de Certeau (1994). Essa abordagem incorpora um entendimento do cotidiano que é inacabado, que se apreende no ato e que é sempre passível de movimentos inesperados. Na cartografia da ação, é ao seguir as linhas que orientam os movimentos dos coletivos da sociedade que o pensamento se movimenta em outras linhas, em modo dialético¹⁰. Nas palavras das autoras:

A cartografia aqui sugerida é a da denúncia e também aquela que orienta a ação social, desvendando contextos e antecipando atos. Significa, portanto, tanto a contextualização veloz da ação hegemônica, cada vez mais estrategicamente localista, quanto a valorização imaginativa dos lugares vividos, onde a vida escorre

10. Ana Clara Torres Ribeiro pensa com Henri Lefebvre (1993), a partir do entendimento de que a produção do conhecimento geográfico é sempre prática, social e histórica. A ideia dos autores de um “pensamento em movimento” é captada por nós a partir da cartografia de uma totalidade que é aberta e infinita, que é situada na empiria dos encontros cotidianos e emaranhada em narratividades de toda natureza.

ou ganha força reflexiva e transformadora. (RIBEIRO et al., 2001-2002, p. 4)

Além disso, as autoras entendem que a noção de tática, elaborada por Michel de Certeau (1994), é importante para a cartografia da ação porque nos permite atentar aos movimentos que produzem a diferenciação nos tecidos da vida, nas tramas da paisagem. Segundo o autor, elas agrupam infinitas “artes de fazer” em práticas cotidianas entendidas enquanto ordinárias (cozinhar, consumir, cultivar, contar, falar etc.) e só acontecem a partir de um lugar do outro, em cálculos onde não podemos contar com um “próprio”. É como habitar o terreno do inimigo, as regras do capital, as economias da globalização, as políticas de desenvolvimento urbano, os regimes de autorização discursiva etc. Sobre a tática, o autor complementa que elas não têm:

(...) a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. (...) É astúcia. (CERTEAU, 1994, p. 95)

O cartógrafo, então, está sempre se perdendo entre as linguagens do que se ouve e o que se vê (CERTEAU, p. 70). Cartógrafo para reconhecer e participar das batalhas cotidianas enfrentadas por minhas vizinhas e vizinhos, para entender as forças envolvidas nessas relações e ecoar as narrativas e as práticas que me afetam. A ação cotidiana, mesmo em suas insignificâncias, dá espessura e move as disputas por outros modos de desenvolvimento urbano e por outras paisagens porvir. Há muitos movimentos subterrâneos que atuam sob outros regimes de temporalidade, em especial nas paisagens às margens da urbanização metropolitana. A “cartografia da ação” entende que as alternativas aos problemas que enfrentamos já estão por aí, no acúmulo de fragmentos até então silenciosos de práticas e ações libertárias. Ana Clara Torres Ribeiro, eventualmente fazendo ver isso, mobilizou a categoria filosófica dos homens lentos, de Milton Santos (2002), ao produzir sobre o método. A pensadora entende que ao cartografar os homens lentos e apreender as suas trajetórias e seus movimentos de ação ao enfrentarem

uma legalidade estatal impossível, com suas solidariedades cotidianas, podemos ecoar, pelas bordas, racionalidades alternativas aos regimes do capital e da colonialidade do poder (RIBEIRO, 2009; QUIJANO, 2000).

No caminho de uma pesquisa orientada pela ação, Isabelle Stengers, dentro de sua proposição cosmopolítica, contribui com a noção de “ecologia das práticas”, de uma produção de conhecimento ao pensar *au milieu*, em meio a alguma prática, onde as próprias práticas nos forçam a pensar. A autora lembra que abordar uma prática envolve a sensibilidade e a disposição de entender que “nenhuma prática seja definida tal qual ‘como qualquer outra’”, e que:

Aproximar-se de uma prática significa, então, abordá-la conforme ela diverge, ou seja, sentir suas fronteiras, experimentando as questões que os praticantes podem aceitar como relevantes, mesmo que não sejam as suas próprias questões. (STENGERS, 2021, p. 11).

Em resumo, o que me interessa em ambas as abordagens metodológicas de cartografia que trago aqui é a busca de compreender, observar e participar das paisagens que habito, de seguir as linhas de produção, as intrigas, as práticas e os movimentos de ação em meio a paisagem. Logo, ao peregrinar junto a outros modos de habitar as paisagens metropolitanas do Rio Grande do Sul, por outras possibilidades de viver e morrer juntos, o que acontece são correspondências da vida real, e “não há nada particularmente especial ou incomum nisso: é, afinal, o que as pessoas fazem o tempo todo” (INGOLD, 2016). Ainda que a partir de cada pesquisador e de cada contexto, a cartografia pensada enquanto método, inscreve desenhos e escolhas de ferramentas sempre singulares. Aqui, a cartografia corresponde, em resumo: a um método localizado e processual; a uma experimentação de pensamento.

* * *

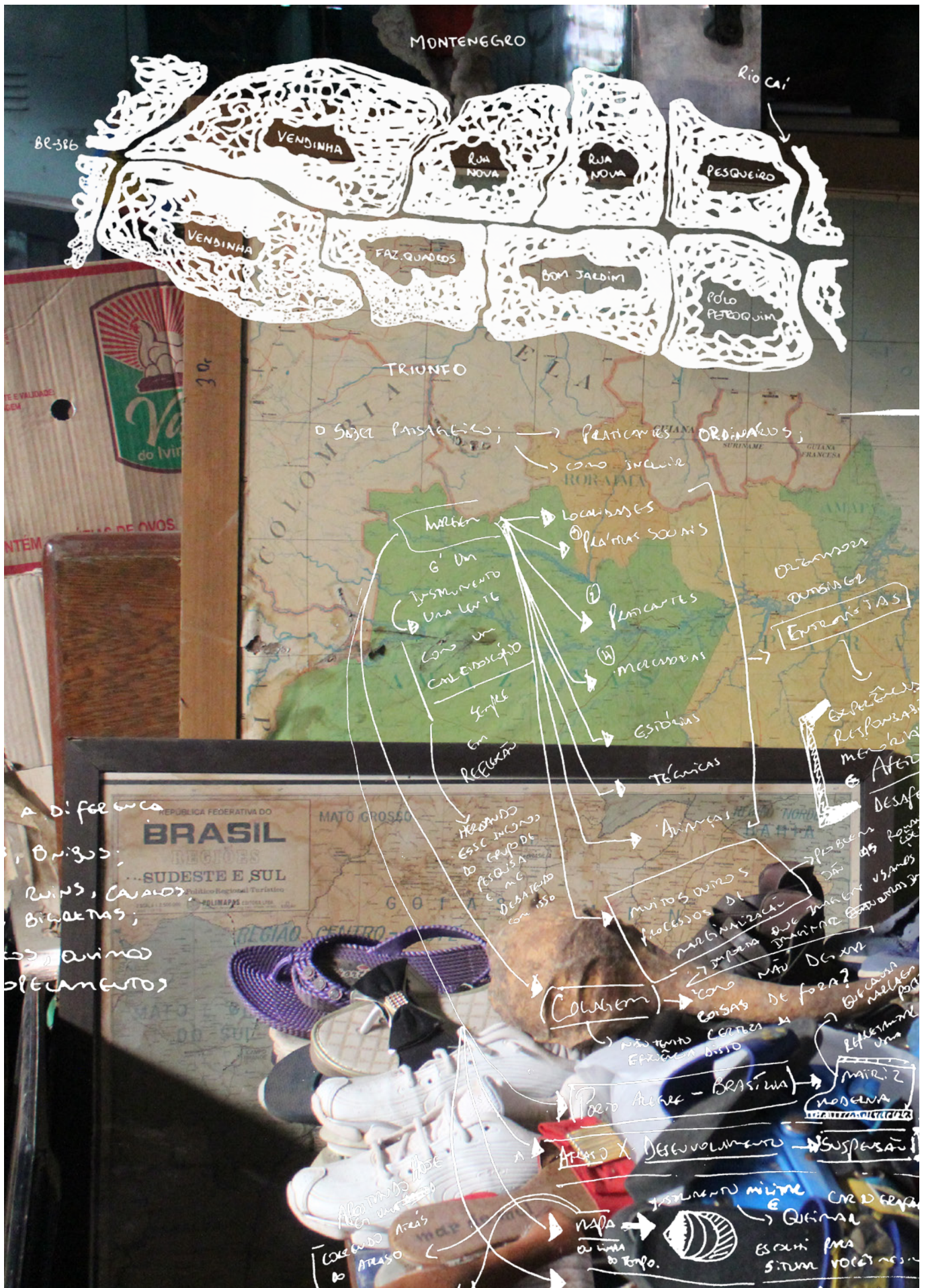


Fig. 06 - Shopping da Sucata, Fazenda Quadros, Montenegro (RS), 2021. Fonte: Autor.

Saber orienta-se em uma cidade não significa muito.
No entanto, perder-se numa cidade,
como alguém se perde numa floresta, requer instrução.
Nesse caso o nome das ruas deve soar para aquele que se perde
como o estalar do graveto seco ao ser pisado.
Walter Benjamin

2.4 OPERANDO OS FRAGMENTOS DA PAISAGEM

Ao retomar as peregrinações de campo com mais intensidade, em junho de 2021, comecei a realizar derivas (DEBORD, 1958) e caminhadas semanais nas paisagens da região, onde registrava notas em diário de campo, desenhos de observação e de memória, mapas psicogeográficos, fotografias e gravações de vídeos ao longo do percurso (Figura 08). Ao perceber que o fazer-pesquisa na cartografia é também um intervir-participar, fui sentindo a necessidade de registrar tanto o que me atentava em pesquisar, como o próprio processo de pesquisar (BARROS; PASSOS, 2013).

Essas caminhadas, na cartografia, se distribuíram por pelo menos quatro linhas de produção diferentes de práticas de campo, que foram ora paralelas, ora misturadas: vivências cotidianas no acompanhamento de processos; encontros narrativos e conversas sobre a paisagem, a partir de conversas informais; participação em atividades comunitárias, como feiras, churrascos e festas; anotações de minhas percepções em caderno de campo, gravações e registros audiovisuais, junto a coleta de documentos, fotos, notícias, folhetos de qualquer natureza que achava interessante sobre o contexto de estudo.

Até esse momento eu estava acumulando esses fragmentos em um "acervo narrativo", como falamos no Margem_lab, para depois dispor e aproximar esses fragmentos e começar a perceber o que poderia

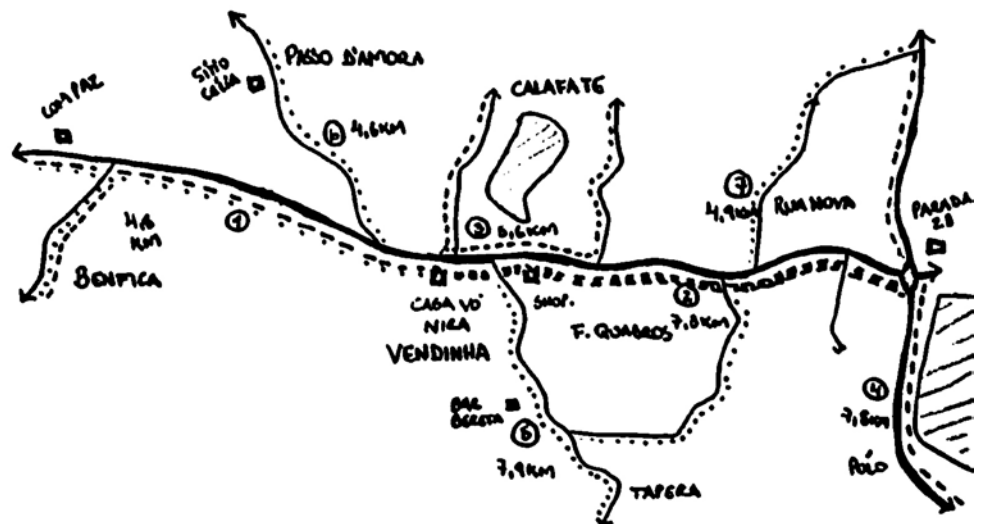


Fig. 07 - Mapa dos percursos de derivas de 2021. Fonte: Autor.

emergir disso, quais composições poderiam me ajudar a narrar essas paisagens, como ensaios cartográficos da paisagem, em processo inspirado pelas montagens de pensadores como Walter Benjamin, Aby Warburg e Georges Didi-Huberman.

Entretanto, a partir de outubro de 2021, em um mutirão no Centro de Referência Indígena-Afro do Rio Grande do Sul (CRIA-RS), fui convidado a compor com as movimentações relacionadas ao projeto de ampliação da BR-386. A Comunidade Kilombola Morada da Paz (CoM-Paz), um território feminino de resistência e de promoção da vida localizado na localidade de Vendinha, mesmo lugar onde cresci e habito, convidou a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Kombit, para elaborar uma cartografia comunitária dos impactos da rodovia na vida do povo da Morada.

Após alguns encontros e a consolidação de uma relação com o povo da Morada, ficamos sabendo de outro grande projeto, de Aterro Industrial, próximo as localidades que cresci e próximo ao território do kilombo. Nesse momento, como narro parcialmente mais a frente, me disponibilizo intensamente para conversar com parentes, vizinhas e vizinhos sobre o projeto que vinha sendo aprovado sem a participação da população afetada. No momento que me deixei levar por essas relações, a cartografia "mais errante" de antes foi se desdobrando em uma "cartografia da ação" (RIBEIRO et al., 2001-2002), embora meus interesses de pesquisa já estivessem relacionados aos impactos da urbanização e de grandes projetos no cotidiano dos habitantes. Minha atenção

cartográfica e o planejamento inicial de certas etapas de pesquisa foi reorganizado pelas linhas envolvidas nos dois projetos.

Nesses ensaios cartográficos, que compõem as Partes 3 e 4 da pesquisa, escolho misturar fragmentos narrativos de diferentes tempos e linguagens, com as narrativas relacionadas às articulações sobre os dois grandes projetos. A arquiteta Paola Jacques (2018) me mostrou as possibilidades das operações de montagem na produção de conhecimento sobre o urbano. Ao combinar, justapor e aproximar fragmentos narrativos da paisagem, a montagem cruza diferentes disciplinas. Segundo a autora, a prática de montagem se movimenta por :

(...) um processo de mistura temporal, mas também de narrativas e narradores, de tempos e narrações heterogêneas, um processo de montagem que formaria também uma série de polifonias” (JACQUES, 2018, p. 217).

Inspirado por uma conversa que tive com Daniele Caron (2022), que disse que “(...) *operar com montagens significa desmontar uma suposta ordem urbana (...)*”, os encontros com os processos da ampliação da BR-386 e do Aterro Industrial, sob a urgência de denunciar o modo como estão sendo implantados e as operações que mobilizam, me atentam a “sintomas” que enquanto me fazem hesitar sobre o desenvolvimento metropolitano em curso e as paisagens que estão acontecendo, também conduz o próprio método da pesquisa. Segundo Georges Didi-Huberman (2015), “(...) um sintoma aparece, um sintoma sobrevém, interrompe o curso normal das coisas segundo uma lei – tão soberana quanto subterrânea – que resiste à observação banal (...)” (Ibidem, p. 44). As relações que farei ao montar e desmontar com o acervo narrativo são uma tentativa de “rasgar” as imagens-síntese da paisagem e trazer à vista imagens outras, parciais, dissensuais (DIDI-HUBERMAN, 2013; REYES, 2018).

Então, a partir da imersão cartográfica em meio aos projetos e a urgência em fazer ver e fazer sentir as políticas de planejamento em curso, vou *desmontando* esses dois projetos e os seus sentidos em maior profundidade, evocando outros enunciados: (a) reconstruindo parte das problemáticas de pesquisa, dispondo os enunciados atuais e históricos que os projetos evocam ou ocultam, (b) percorrendo por suas diferentes arenas de conflito, nas imagens e nas operações que mobilizam, e (c)

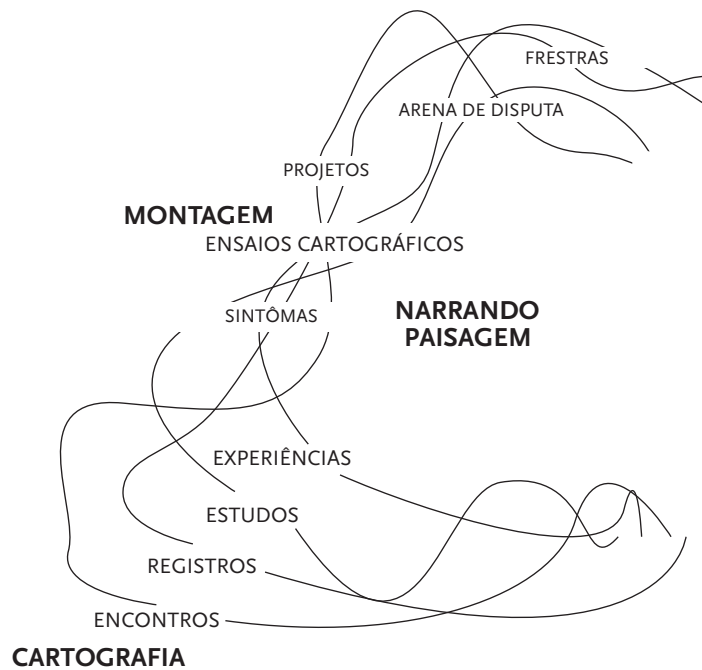


Fig. 08 - Diagrama de organização da pesquisa, 2022. **Fonte:** Autor.

sobrepondo parte das frestas nos modos de habitar das minhas vizinhas e vizinhos.

Dessas operações, então, resulta a produção dos dois ensaios cartográficos sobre a paisagem que dão uma maior espessura a essa dissertação (Partes 3 e 4) e é nesses capítulos que estão as contribuições de pesquisa mais importantes aos estudos urbanos e regionais. É onde organizo os acontecimentos da cartografia, aprofundo as problemáticas de pesquisa e tento produzir sentidos que contribuam para os estudos urbanos e regionais.

O arranjo das experiências vividas e dos registros de todo tipo, através operações com os fragmentos que experimento fazer nos ensaios é como um jogo de cama-de-gato, ou uma *string figure*¹¹ como diz a Donna Haraway (2016), consiste de atar diferentes fragmentos narrativos e fazer combinações de linhas que se cruzam a partir de alguns movimentos cartografados e não outros, ou como Sandra Jatahy Pesavento ensinou: “Montar, combinar, compor, cruzar, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário, eis o segredo” (PESAVENTO, 2005, p. 64). O acúmulo das relações estabelecidas pelas experiências mais “soltas” de antes seguiu compondo com o trabalho por toda a escrita da dissertação, com mais densidade também nos dois ensaios.

11. Donna Haraway (2016) aposta no “SF” como uma forma de organizar a experiência, explorar as conexões parciais e as múltiplas possibilidades de nossa imaginação. O “SF” reúne: speculative fabulations, string figures, science fictions, speculative feminisms, science facts, so far...

Enquanto prática acadêmica, os relatos, as reflexões teóricas e os ensaios que produzi na dissertação misturam reflexões que fiz entre as experiências de vida, em correspondências corporificadas com minhas vizinhas e meus vizinhos, ou mais recentemente, em costuras na escrita e na reescrita deste texto. É difícil dizer quais as experiências dessa caminhada entram com mais densidade entre as linhas daqui, mas é importante situar que os processos mais intensos de envolvimento práticos e demandas de campo aconteceram no recorte temporal dos meses de julho de 2021 e de junho de 2022.

Alguns desdobramentos éticos impactaram as operações e decisões que tomei ao longo do trabalho. Mais recentemente, ao conversar com a Comunidade Kilombola Morada da Paz sobre a pesquisa e sobre a dissertação, e ao perguntar sobre a possibilidade das narrativas que escutei das kilombolas e sobre as experiências que participei nas andanças com o povo do território comporem o trabalho, visto que me ocuparam e me ocupam de maneira existencial, ao criar um outro “território de sentido” para a minha vida, fiquei sabendo que para escrever sobre a comunidade é preciso morrer nela. Isso significa, pelo que escutei de uma das mais velhas da comunidade e pelo que li com mais profundidade no trabalho com o kilombo elaborado pela Yaô Luiza Dias Flores (2021), que para escrever trabalhos acadêmicos sobre ou/e junto a comunidade kilombola, então, é preciso *morrer* e tornar-se um praticante do jeito de ser e de viver da comunidade, é preciso entrar para a Nação Muzunguê e se preparar. Esse processo de iniciação, que exige um longo tempo de *desformação* e uma disponibilidade integral às práticas espirituais cotidianas do território kilombola, não é possível de ser realizado no tempo exigido por essa pesquisa que se iniciou lá em 2020 e precisa ser finalizada em 2022.

A conversa com uma das mais velhas da comunidade, e a conduta ético-política do “*nada sobre nós sem nós*” que ela me explicou, me mostra uma questão cada vez mais importante nas práticas de conhecimento científico, ainda pouco presente nos estudos urbanos e regionais: a cada dia mais, parte dos povos kilombolas, quilombolas e as diversas etnias indígenas não estão querendo que os pesquisadores pesquisem sobre elas e eles, mas que adentrem os seus mundos e modos de ser, que transformem suas vidas, que façam novos parentescos, que pesquisem “com” elas e eles, radicalmente. Emerge disso, talvez,

a necessidade de “ser afetado”, de se encantar em meio às práticas de pesquisa, como fala Favret-Saada (2005). Logo, as narrativas e os relatos das experiências que vivi e sigo vivendo com a comunidade kilombola Morada da Paz não entram nessa dissertação, e isso têm impacto nos escritos apresentados aqui. Além disso, esse relato do porquê que eu não escrevi sobre a comunidade também passou por uma conversa e uma autorização do conselho das mais velhas da comunidade. Acolher, por hora, essas condições como questões de importância e me movimentar a partir das impossibilidades e possibilidades que elas me impõe é parte importante em produzir saberes localizados (HARAWAY, 1995), em sublinhar ainda mais que narro apenas algumas paisagens, e não todas as cartografadas.

Depois de diversas conversas no processo de orientação da pesquisa, e de outras conversas com colegas sobre fazer ou não um documento formalizado de autorização do uso de imagem e de relato, sobre passar ou não a pesquisa pelo conselho de ética, encontrei muita dificuldade de fazer isso entrar nas práticas e nas experiências de campo, em especial fazendo uso do método cartográfico. Acredito que por conhecer grande parte das interlocutoras e interlocutores há muitos anos, inclusive por cultivar diferentes tipos de parentesco e afeto com algumas das vozes que incorporo aqui, e optar por usar “vizinhas e vizinhos”, um documento formal de consentimento logo antes dos nossos encontros produziria uma desconfiança que despotencializaria o encontro e causaria um estranhamento em nossa relação, considerando o modo como me conhecem.

Mais recentemente, conversando com vizinhas e vizinhos que tiveram sua narrativa incorporada na dissertação, e explicando, mais ou menos, o que eu estava narrando junto ao que eles narraram, e a partir do que o nosso encontro suscitou, decidimos que o modo mais cuidadoso seria que suas histórias entrassem fazendo uso de anonimato e de alguns traços ficcionais no texto, como nomes inventados.

Enquanto abordagem narrativa, os desenhos que produzi nos últimos meses também merecem uma reflexão teórica e podem ser um caminho para ajudar a contar histórias ao mesmo tempo acuradas e inconclusivas, buscando uma maneira de narrar o emaranhado de práticas e de experiências que esse percurso me levou. Falar de uma cartografia gráfica parece algo redundante, visto que a própria etimologia da expressão me possibilita também falar de desenho: *CHARTA* (folha de

papel) e *GRAPHEIN* (caminhos, escrita, forma). Além de narração parcial da paisagem, o desenho é um modo que encontrei para traçar e retrazar as linhas do próprio processo da cartografia, e vai, sutilmente, sendo incorporado ao longo dos escritos. A figura do catador de trapos, que vai em busca dos restos da história, em uma experiência com o passado, como evocada por Walter Benjamin (BENJAMIN, [1940], 2012) me serve como inspiração novamente. “Cada história é ensejo de uma nova história, que desencadeia uma outra, que traz uma quarta, etc” (GAGNEBIN, 1987, p. 13). Tim Ingold me conta, como já introduzi na abordagem teórica-metodológica, que a prática do desenho tem a ver com peregrinação,

(...) sempre que andamos ou falamos, gesticulando com nossos corpos, e na medida em que esses gestos deixam vestígios ou pistas, na terra ou em alguma outra superfície, linhas são desenhadas. (2015, p. 259)

Os desenhos influenciam a materialidade do mundo, e segundo o autor, pensar a partir do desenho carrega uma força antitotalizante que “nos permite entender melhor como as vidas são vividas não em mundos sociais fechados, mas no espaço aberto” (ibidem, p. 317). As linhas de uma vida, do mesmo modo que as vidas desenhadas, são entrelaçadas e sempre em andamento. O desenho apela para a abertura incompleta em vez de um encerramento completo (ibidem). O que faço, é traçar o que talvez escape hoje aos estudos urbanos e regionais, mas que contribui para a questão que me moveu em toda a caminhada de pesquisa: como narrar uma paisagem?

* * *



Fig. 09 - Terreno de uso industrial, Vendinha, Triunfo (RS), 2020. Fonte: Autor.

PARTE 3

Talvez nossa época seja conhecida pelos futuros historiadores como a era do trator e do exterminador: e em muitas partes do país a construção de uma rodovia tem sobre a vegetação e as estruturas humanas o mesmo resultado que a passagem de um tornado ou a explosão de uma bomba atômica¹².

Lewis Mumford (1968)

3.1 URBANIZAÇÃO EXTENSIVA E O FEITIÇO PELO ASFALTO

Em 1978, Francisco de Oliveira disse que não existiam mais problemas agrários no Brasil, que “todo e qualquer problema hoje no Brasil é um problema urbano” (OLIVEIRA, 1978). Quatro décadas depois, estou aqui, em meio a uma pandemia global que nos revelou uma malha catastrófica da globalização e da urbanização nas superfícies do mundo. Apesar das evidências de um colapso sistêmico de nossa vida sobre a terra, as transformações e o desenvolvimento das grandes cidades seguem intensas. Estima-se que atualmente cerca da metade da população humana mundial vive em centros urbanos e, nos próximos 30 anos, projeta-se que esse percentual será de dois terços da população mundial¹³.

Não há como negar o fato científico de que nunca fomos tão urbanizados, e minhas vizinhas e vizinhos, que até pouco tempo viviam de práticas relacionadas ao campo, me mostram isso entre conflitos e anseios por uma vida melhor. Ao seguir os rastros do projeto de ampliação da BR-386 que se anuncia no horizonte, escutei histórias de vizinhas e vizinhos ainda aprendendo a viver em uma pedagogia de riscos na vida junto à rodovia, à espera de redutores de velocidade e de passarelas que nunca foram construídos pelos projetos de desenvolvimento metropolitano. A partir desse contexto, de uma vida a cada dia mais implantada de concreto e asfalto, farei um percurso sobre o que há em meio a essa urbanização acelerada do mundo, e sobre os efeitos e im-

12. “Perhaps our age will be known to the future historian as the age of the bulldozer and the exterminator: and in many parts of the country the building of a highway has about the same result upon vegetation and human structures as the passage of a tornado or the blast of an atom bomb.”

13. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em: <<https://shre.ink/mkFX>> . Acesso em: 21 Nov. 2019.

pactos desses processos junto a quem vive onde os outros passam.

* * *

Tentando entender a lógica de expansão das metrópoles brasileiras e dos tecidos urbanos sobre as paisagens do entorno, Roberto Monte-Mór elaborou o entendimento de “urbanização extensiva” (MONTE-MÓR, 1994; 2003). As reflexões que escolho mobilizar para tratar do processo de urbanização, são derivadas, em parte, das reflexões teóricas de Henri Lefebvre ([1970], 2019) reelaboradas por Monte-Mór, mas sobretudo porque percebo uma intimidade dessas reflexões com os fluxos e com as narrativas cartografados em meio a minha paisagem de estudo.

Henri Lefebvre, no clássico texto “A Revolução Urbana”, estava atento às grandes acelerações de produção e de consumo do pós-guerra, e tratou do processo de transição agrária-industrial-urbana que se estabeleceu ao longo do século XX. Na obra, ele apontou, já nas primeiras linhas, a hipótese que a cada dia se confirma uma urbanização completa da sociedade, uma “urbanização planetária”:

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. (LEFEBVRE, [1970], 2019, p. 19).

Em contexto brasileiro, a urbanização, a partir das cidades industriais de grande porte, se estendeu sobre seus entornos, em um processo de expansão do tecido urbano para acomodar as indústrias, os dormitórios dos trabalhadores, os parques de lazer, enfim, todo o provimento das condições gerais de produção necessárias ao desenvolvimento das atividades econômicas (MONTE-MÓR, 2006). Nesse processo, Monte-Mór entende que formas de ocupação do espaço estariam se atualizando, se reorganizando a partir de redes urbanas que penetram, material e virtualmente, todo espaço regional em uma malha urbana mundial (MONTE-MÓR, 1994). Desde então, o que estamos chamando

aqui da lógica de “urbanização extensiva”, se espalhou por todo país,

(...) estendeu-se a partir das regiões metropolitanas, articulando-se aos centros industriais, às fontes de matérias-primas, seguindo a infraestrutura de transportes, energia e comunicações, criando e estendendo as condições de produção e os meios de consumo coletivo necessários ao consumo da produção industrial fordista que se implantava no Brasil com o “milagre brasileiro”. (MONTE-MÓR, 2006, p. 16)

Embora esse processo de urbanização, ainda incompleto, pareça composto por uma diversidade de práticas e modos de vida, com o zoneamento de diferentes usos nas cidades, com a complexificação das classes sociais e das tipologias arquitetônicas, vejo evidências de que o que acontece parece mais um ordenamento impulsionado antes de tudo pelo desenvolvimento econômico. Ao olhar mais atentamente o contexto de Triunfo e Montenegro, vou percebendo que há o predomínio transversal da difusão de técnicas de modernização de acordo com os interesses de produção das classes dominantes, estabelecendo um “meio técnico científico-informacional” (SANTOS, 2002) excludente que pouco a pouco vai substituindo e alterando as práticas tradicionais das vizinhas e vizinhos, afetando seus tempos, seus usos, suas paisagens, enfim, seus modos de resolver a vida. Com o Estado engajado em promover a expansão dessa lógica de urbanização, os dualismos “campo” e “cidade” vão desaparecendo, e pelas margens da metrópole o que atento é a imposição de uma urbanização que opera ao mesmo tempo integrando e fragmentando os modos de vida que ainda sobrevivem com suas práticas de ruralidade, mas agora cada vez mais sujeitos as lógicas urbano-industriais (MONTE-MÓR, 2006).

Murray Bookchin, no seu livro *Urbanization Without Cities* (1992), percebe que nas transformações espaciais das últimas décadas, a urbanização se estende sobre o campo e sobre as zonas rurais, sobre as práticas de seus habitantes, ao mesmo tempo que corrói e devora a própria vida na cidade. O autor, então, distingue o processo de urbanização do processo de “citificação” (*citification*), e, em linha mais pessimista que Henri Lefebvre e Roberto Monte-Mó, que especulam sobre uma “revolução urbana” e sobre uma “utopia urbana”, respectivamente. Enquanto a “citificação” seria mais caracterizada por espaços de intensa

participação política, criação e invenção coletiva, espaços onde se exerce uma cidadania crítica, de certa forma mantendo viva uma tradição de “comunidades de coração”¹⁴, a urbanização seria de

14. O autor define como “communities of the heart” algumas cidades e vilas do passado onde, entre outras características, seus habitantes mantinham vínculos que costumavam ser nutridos por um senso de comprometimento ideológico e interesse público.

15. “vast engines for operating huge corporate enterprises, industrial networks, distribution systems, and administrative mechanisms. Their facilities, like their towering buildings, stretch almost endlessly over the landscape until they begin to lack all definition and centrality”.

16. “paisajes independizados del lugar, que ni traducen sus características sobre el territorio ni son resultado de sus contenidos físicos, sociales o culturales”.

17. “Esta dinámica produce la homogenización formal y funcional entre estos territorios de expansión metropolitana a partir de la localización de usos característicos de la urbanización dispersa: la residencia unifamiliar, las infraestructuras viarias o los contenedores comerciales, de ocio y turísticos. Un paisaje que se puede encontrar de forma secuenciada y repetida en cualquier sección que se haga del territorio metropolitano”.

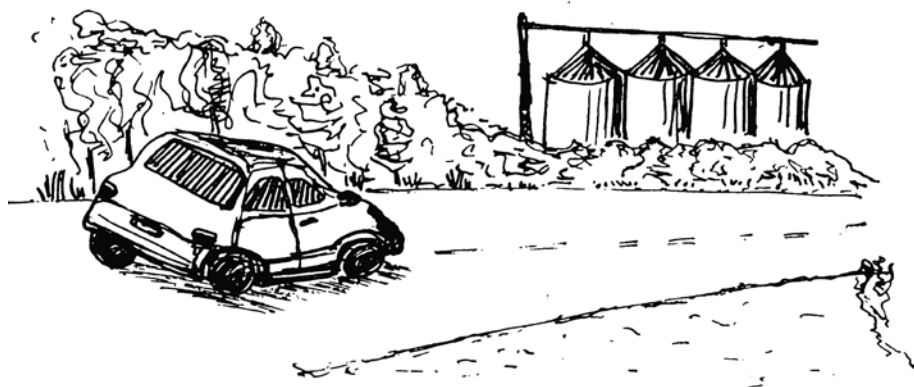
(...) vastos empreendimentos para as operações de grandes corporações, de redes industriais, de sistemas de distribuição e de mecanismos administrativos. As suas instalações, como os seus edifícios imponentes, estendem-se quase infinitamente pela paisagem até começarem a perder qualquer definição e centralidade.¹⁵ (BOOKCHIN, 1992, p. 5 - tradução minha)

Com essas políticas de urbanização, em práticas que atropelam e ameaçam muitas vidas, o estado providencia e projeta novas rodovias, novas zonas industriais, novos pólos de logística e de comércio, concede licença à parques temáticos privados, aterros sanitários e todo tipo de infraestrutura necessária à continuidade ordenada e desordenada da urbanização como a conhecemos. Essas grandes manchas cinzas que se estendem pelos planos regionais, que já são perceptíveis nas capturas de imagens de satélite, para quem transita nas rodovias com um olhar desatento, podem parecer uma “paisagem funcional”, como vem falando o geógrafo Francesc Muñoz sobre os contextos pós-industriais (MUÑOZ, 2016). Segundo o geógrafo, essas paisagens são “independentes do lugar, que nem mesmo traduzem suas características do território nem resultam do seu conteúdo físico, social ou cultural”¹⁶, e frequentemente

Essa dinâmica produz a homogeneização formal e funcional entre esses territórios de expansão metropolitana a partir da localização dos usos característicos da urbanização dispersa: residências unifamiliares, infraestruturas rodoviárias ou setores comerciais, de lazer e turísticos. Uma paisagem que pode ser encontrada de forma sequenciada e repetida em qualquer trecho do território metropolitano¹⁷. (MUÑOZ, 2016, p. 299- tradução minha)

São paisagens que nossos coletivos humanos, vivendo em uma sociedade de consumo, precisam para funcionar, com elementos construídos semelhantes aos que se encontram nas margens das rodovias de qualquer grande centro urbano do planeta. Entretanto, essa funcio-

nalidade de atividades industriais e de logística se estendem em diferentes tipos de impactos para quem está habitando em meio a essas paisagens, como o aumento da poluição atmosférica e sonora, alteração da mobilidade entre as localidades próximas, aumento dos riscos de atropelamento, desapropriação de lugares de memória e subsistência etc. Sinto, então, a urgência de investigar se realmente todos precisam funcionar desse modo. Pode haver diferenças e divergências entre uma paisagem de infraestrutura classificada como funcional e uma paisagem de infraestrutura experienciada, narrada e habitada, e o próprio dualismo entre o funcional e o simbólico talvez não me ajuda. Ao narrar, estamos fazendo ver e fazendo sentir os efeitos do que até então se classifica como funcional, naturalizado nos planos e projetos.



Nesse emaranhado de práticas de planejamento metropolitano descuidadas do Estado, a ideologia desenvolvimentista do “crescer para repartir”, mobilizada na ditadura militar brasileira, com influências de Harry Truman, ainda é impulsionada pelo planejamento urbano e regional e, em alguns casos, é tomada como saber técnico e como fato científico, como a ideia de que a expansão da malha rodoviária é necessária para aumentar a produção, e uma produção forte é capaz de nos tirar da pobreza.

Essa visão de desenvolvimento aderida pelos governos militares, ainda é enunciada em audiências públicas e assinada em estudos e planos que subsidiam novas políticas de planejamento urbano e novas políticas de desenvolvimento metropolitano e regional, que ignoram que essa lógica de desenvolvimento tem o seu preço e vai cada vez mais nos chamar para prestar contas, algo que, como estamos acompanhando com as mudanças climáticas e com a sequência de catástrofes ambien-

18. Encontrei o ranking em estudo da Fundação de Economia e Estatística (FEE), entre os anos de 2002 a 2015. Disponível em: <<https://shre.ink/mkip>> . Acesso em: 03 Fev. 2021.

tais e pandemias, já é fato científico também. Como exemplos bem próximos disso, o município de Triunfo é hoje um dos municípios de maior risco ambiental do Rio Grande do Sul¹⁸, principalmente pela presença do III Pólo Petroquímico do Sul, ficando atrás apenas de Canoas, também na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Diante disso, nossas pesquisas, planos e projetos de desenvolvimento metropolitano não podem seguir em alta velocidade como os fluxos da BR-386, ou vamos seguir atropelando muitas das questões de importância.

* * *

Dentre as novas práticas que começam a narrar a paisagem da região de Triunfo e Montenegro pelo fim da década de 70, a implantação da zona industrial do III Pólo Petroquímico do Sul toma o palco central e em 1972, três anos antes do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) do governo militar decidir que o Rio Grande do Sul sediaria o empreendimento (ZANCHET; SIEDENBERG; 2012), já se constatava que o aumento da urbanização do país “obedece à lei do decréscimo da participação da agricultura no produto total” (OLIVEIRA, [1972] 2015, p. 58-59). Esses gráficos de participação na produção, entre atividades agropecuárias e industriais, não dizem respeito apenas a quantidades de mercadorias produzidas, mas a diferenças de modos de levar a vida e de diferenças de mundos que se cruzam. Tim Ingold (2015, p. 29), em reflexões sobre trabalho e produção, iguala o verbo “produzir” a outros verbos intransitivos, como esperar, crescer e habitar, e difere dos verbos transitivos como planejar, fazer e construir. Essas diferenças nas relações com o trabalho, com as comunidades, com a terra que acontecem em meio a essas transformações, costumam ser narradas nos estudos urbanos com certa naturalidade na forma de “êxodo rural”, quando se tratam de vidas que se encerram e não voltam mais.

As lideranças políticas locais de Triunfo, que até então vinham se revezando para administrar os recursos escassos em uma paisagem traçada por campos, coxilhas, pelas práticas da silvicultura, da pecuária e da agricultura de pequena propriedade, foram surpreendidas pela notícia do novo projeto do governo militar, cujo principal objetivo era a

descentralização da indústria no país. Em 1977, um grupo de políticos de Triunfo, em sua grande parte com baixa escolaridade e oriundos de famílias das elites rurais, fizeram uma viagem ao município de Camaçari, na Bahia, para entender tudo que envolvia a implantação de um Pólo Petroquímico (Figura 14), visto que o empreendimento era semelhante ao que estava sendo implantado no nordeste (SANT'ANA, 2015). Nos mesmos dias da viagem, as terraplanagens devastadoras para o empreendimento do sul, de pelo menos 3.600ha, já estavam aceleradas (Figura 15). Uma paisagem que até então era praticada por habitantes junto a uma ecologia de pequenas propriedades, campos, coxilhas, banhados, capões e amplas matas nativas foi rasgada por grandes pavimentações e fundações concretadas do empreendimento urbano-industrial. Essas novas práticas da urbanização metropolitana foram sendo plantadas e implantadas através de projetos planejados de fora do município, sem a participação das vizinhas e vizinhos das localidades, como era comum na ditadura militar brasileira.

Os habitantes do município, que eram pouco vistos nos gráficos regionais, foram incorporando as narrativas de desenvolvimento do regime militar, tentando participar da nova onda de desenvolvimentismo. Quando uma localidade pouco ou nada aparece nas estatísticas institucionais, o Estado costuma negligenciar suas demandas de serviços e equipamentos públicos. Aderindo as narrativas de desenvolvimento, com o melhoramento das infraestruturas de transporte e com a inserção da região nos fluxos de capitais, as narrativas que apostaram em uma Triunfo pacata e humilde, valorizando suas economias familiares e comunitárias nos poemas e nas canções dos artistas da região, foram sendo sobrepostas por discursos de modernização alinhadas às ideologias do planejamento regional da ditadura militar. Conversando com parentes, encontrei panfletos e propagandas da época com slogans como “estradas, escolas e urbanismo”, “planificar para crescer”, “Triunfo vai firme na rota do progresso” etc¹⁹ (Figura 16). Nesse processo desatento e descuidado de adesão às narrativas de ordem desenvolvimentista, as paisagens para vida passam a se transformar em paisagens para renda (ROLNIK, 2019).

A escala desse processo, ao longo das décadas de 60, 70 e 80 é difícil de delimitar: envolve os interesses geopolíticos internacionais, as políticas de infraestrutura dos governos da ditadura militar, a adesão à essas ideias pelas elites regionais e locais, a propagação dessas narrati-

19. O trabalho historiográfico da minha conterrânea Elma Sant'Ana me colocou em contato com um denso acervo narrativo de histórias, panfletos e fotografias das décadas de 60 e 70.

20. Qualquer habitante de Triunfo reconhece a riqueza do município em impostos de arrecadação, como demonstram os dados do IBGE, e nas falas, isso sempre vem acompanhado de um discurso de vergonha pelas condições de vida precárias no município.

vas pelas escolas, entre as famílias e nos espaços de convívio comunitários. Muito em função disso, desde que nasci, percebo que o município não mais é reconhecido por suas linhas de vida no campo, mas por ser a sede do Pólo Petroquímico; por ter o segundo maior PIB per capita do País²⁰, a partir da arrecadação de ICMS industrial; pelos muitos incidentes de corrupção política e crimes eleitorais; por ser o segundo município do Rio Grande do Sul com o maior risco ambiental, segundo estudos recentes da Fundação de Economia e Estatística (FEE), como já citei. Um ano antes do golpe de 1964, o historiador triunfense José Freitas, em linhas que já revelam uma reação frente ao “burburinho do progresso”, escrevia sobre as paisagens e sobre os habitantes da região, que por

(...) seu amor às coisas do passado (...) como a querer reservar este pedaço amado do solo gaúcho para refúgio seguro quando, nos dias agitados que vivemos, contarmos com um recanto tranquilo, onde as energias se recuperem naturalmente. (FREITAS, 1963, p. 144)

Essa conjuntura de transformações que meu vizinho falava, um conjunto de práticas autoritárias onde o Estado estabelecia falsos consensos nas políticas de produção do espaço e nas relações sociais, pode ser melhor cartografada a partir da noção de “imagem-síntese de desenvolvimento” de Ana Clara Torres Ribeiro. A partir dos movimentos de uma sociedade voltada ao consumo e à espetacularização do cotidiano, a pensadora chama a atenção para a crescente importância da imagem e da informação na ideação da vida urbana, onde o “dato substitui a narrativa, a imagem substitui e/ou recodifica o discurso” (RIBEIRO, 1998, p. 13).

A compreensão da autora desse processo, que já foi cartografado décadas antes por Walter Benjamin ([1940], 2012; 2013) em suas reflexões sobre a modernidade, sua crítica ao progresso e a ideia de transformação progressiva da história, segundo a autora, toma o caminho de estabelecer sínteses culturais homogêneas e homogeneizantes, em composições publicitárias de um mundo cada vez mais confortável para as elites e para seus empreendimentos. Essas “imagens-síntese de desenvolvimento” não são apenas imagens de fotografias, elas se manipulam como um arranjo de enunciados e imagens de pensamento a partir de uma certa ideia de desenvolvimento econômico e social, que

são configurados e propagados pelo Estado, pela mídia e pelos mercados. Ao simplificar a complexidade da experiência cotidiana dos lugares em mitificações, como lembra Daniele Caron (2017), em excesso de design, e em frases de efeito, essas “imagens-síntese” invisibilizam muitas outras práticas e histórias e determinam o que entendemos por uma paisagem com valor e uma paisagem sem valor.

Contudo, essas operações têm também uma implicação na produção de conhecimento: há um reforço da ideia de paisagem como imagem. Essa imagem de uma paisagem desenvolvida é utilizada como referência para os projetos de urbanismo e de planejamento urbano, e resulta na produção de uma sequência de exclusões de outras paisagens: as paisagens habitadas em meio a práticas híbridas urbano-rurais, as paisagens arruinadas por processos de industrialização, e mesmo o entendimento da paisagem como fenômeno de inter-relação entre sujeito e território. Entretanto, a paisagem passa a servir à essa prática de governança autoritária sobre o território.

Isabelle Stengers (2002), ao falar de ciência e de sociedade, me atenta que as ideias de progresso e de desenvolvimento permitem “estruturar a história, separar o essencial do anedótico”, separando o que “merece ser conservado e amplificado e o que pode, com algumas dores passageiras, ser relegado ao passado” (Ibidem, p. 182 – 183). Percebo, na linha do que diz a pensadora, que ainda que a imaginação e a criatividade sejam frequentemente valorizadas nos debates de desenvolvimento urbano, tudo que escapa ao ritmo de produção do desenvolvimento capitalista é logo descartado por esse ideário que é quase sempre moderno e eurocêntrico. Nessa cesta de descarte, os enunciados das classes populares que dão a ver modos de vida rurais, para além do turismo e de “eco experiências” paradisíacas, são apreendidos no campo de planejamento urbano como modos de vida pré-modernas, tradicionais, obsoletos, atrasados, para fora do desenvolvimento. O desenvolvimento urbano e a “urbanização extensiva”, a partir do alcance e da força que esse modelo de razão baseado no triunfo das “imagens-síntese” têm em nossa sociedade, associado aos novos dispositivos técnicos algorítmicos de disseminação e propagação de discursos, faz disso, talvez, uma das linhas mais velozes para se acompanhar no meu estudo sobre a paisagem.

Entrando na arena dessa disputa, em alguns espaços de debate que participei, percebo um discurso meio dominante que simplifica essa

21. “Caranguejo” é uma expressão comum nos espaços de debate sobre desenvolvimento urbano em Porto Alegre. Os cidadãos que não querem o desenvolvimento urbano capitalista tal como o conhecemos, e que não apresentam propostas alternativas ou não sabem de imediato qual projeto seria melhor, querem andar para o lado como a espécie de crustáceo.

23. Como percebo no cotidiano, minhas vizinhas e vizinhos também querem desenvolvimento, querem melhores estradas, querem asfalto, querem facilitar suas vidas, querem viver bem. Resistir ao sentimento de que eu, enquanto pesquisador, saberia o que é melhor para eles do que eles mesmos, ou que eles estariam iludidos pelas promessas do desenvolvimento capitalista e da urbanização, é um trabalho constante que faço e prefiro permanecer com esse problema sempre em aberto.

24. Segundo Jacques Rancière (2017), o fato de que um ignorante sempre pode aprender o que ignora “não significa igual valor de todas as manifestações da inteligência, mas igualdade em si da inteligência em todas as suas manifestações”.

questão do seguinte modo: existem os sujeitos racionais que entendem a necessidade do desenvolvimento capitalista e do desenvolvimento urbano, e existem os grupos identitários (hippies, conservadores, anarquistas, ambientalistas, quilombolas, indígenas, marginais), que ainda não perceberam os benefícios desses desenvolvimentos, que são atrasados ou “caranguejos”²¹. Rapidamente são fixados no lugar de “outros”, que não os esclarecidos.

Em outro pólo dessa disputa, o que também percebo nessa cartografia é que essa composição sobre “a melhor alternativa de desenvolvimento” é conjectural e situada, e em alguns casos os “esclarecidos” são os que recusam as formas repetidas de desenvolvimento capitalista, enquanto os “outros” são todas as pessoas que, com privilégios de classe social ou marginalizadas, estão tentando sobreviver nas entranhas de contradições da “barriga do monstro” do capitalismo (HARAWAY, 2014), com suas tentativas de empreendedorismo, suas apostas de investimentos e seus prejuízos nas estratégias para resolver a vida. Para nós, envolvidos nas práticas de planejamento urbano, a tarefa talvez consiste em resistir às análises apressadas demais, e estarmos disposto escutar antes de fazer qualquer pedagogia ou “conscientização emancipadora”²³. Sigo com a intuição de que o que é melhor para “eles” precisa estar sempre em aberto, e esse “eles” situado e localizado, e enquanto pesquisador de desenvolvimento urbano, prefiro permanecer com o problema da igualdade dessas inteligências a serem dialogadas²⁴.

Ainda assim, percebo que as “imagens-síntese de desenvolvimento” (RIBEIRO, 1998), operando como motriz de manutenção do desenvolvimento capitalista e dos modos de desenvolvimento de uma urbanização que se estende por todo o canto, encontram facilmente a adesão dos técnicos, dos políticos e de parte das vizinhas e vizinhos. Incluindo a mim. E entendo que essa adesão vai emaranhada, mas também vai além do conformismo, da alienação, dos aparelhos ideológicos de estado e do fetichismo da mercadoria nisso: esse encantamento pelas repetidas *receitas* de desenvolvimento capitalista também tem algo de feitiçaria.

É pensando pelo feitiço que Isabelle Stengers e Philippe Pignarre me trazem linhas para entender melhor essa conjuntura política de fabricação consensual da realidade que se tornou (e talvez sempre tenha sido) o capitalismo, um “sistema de feitiçaria sem feiticeiros” (STENGERE e PIGNARRE, 2011, p. 26- tradução minha). É sem feiticeiro por-

que que nenhum *masterplan* ou grupo de pessoas autodenominadas capitalistas seria capaz de reunir toda a inteligência e todos os detalhes que mantém essa locomotiva girando, embora algumas práticas acelerem muitas dessas engrenagens. E a partir do momento que não adianta denunciarmos pessoas específicas pelos danos do capitalismo, segundo as autoras, trata-se de nos tornarmos capazes de pensar e viver juntos de um modo que escapemos das “generalidades que pedem adesão”. Então, “lutar contra tal sistema impõe a necessidade de fazer seus procedimentos visíveis, sensíveis”²⁵ (Ibidem., p. 133-5 - tradução minha), algo próximo ao que praticamos em assembleias, almoços coletivos, rituais de cura, mutirões, rodas de conversa, cartografias etc.

Trazendo para os estudos da paisagem (CARON, 2010; INGOLD, 2012; TSING, 2015), entendo que as “imagens-síntese de desenvolvimento”, partilhadas e compartilhadas por anúncios publicitários, por projetos de planejamento, por notícias dos jornais, pelas diversas mídias que nos cercam e pelas conversas cotidianas influenciam a forma como sentimos e habitamos a paisagem, e desse modo, fazem alguns desses procedimentos da “feitiçaria capitalista” visíveis. O feitiço dessas “imagens-síntese de desenvolvimento” operam em nos fazer aderir a ficções que definem “paisagens desenvolvidas”, “paisagens modelo”, “paisagens harmônicas”, “paisagens tecnológicas”, “paisagens sustentáveis”, “paisagens do futuro” etc. que são continuamente fabricadas e recicladas e que determinam certos modos de fazer, de projetar, de planejar, de consumir mais adequados em relação a outros.

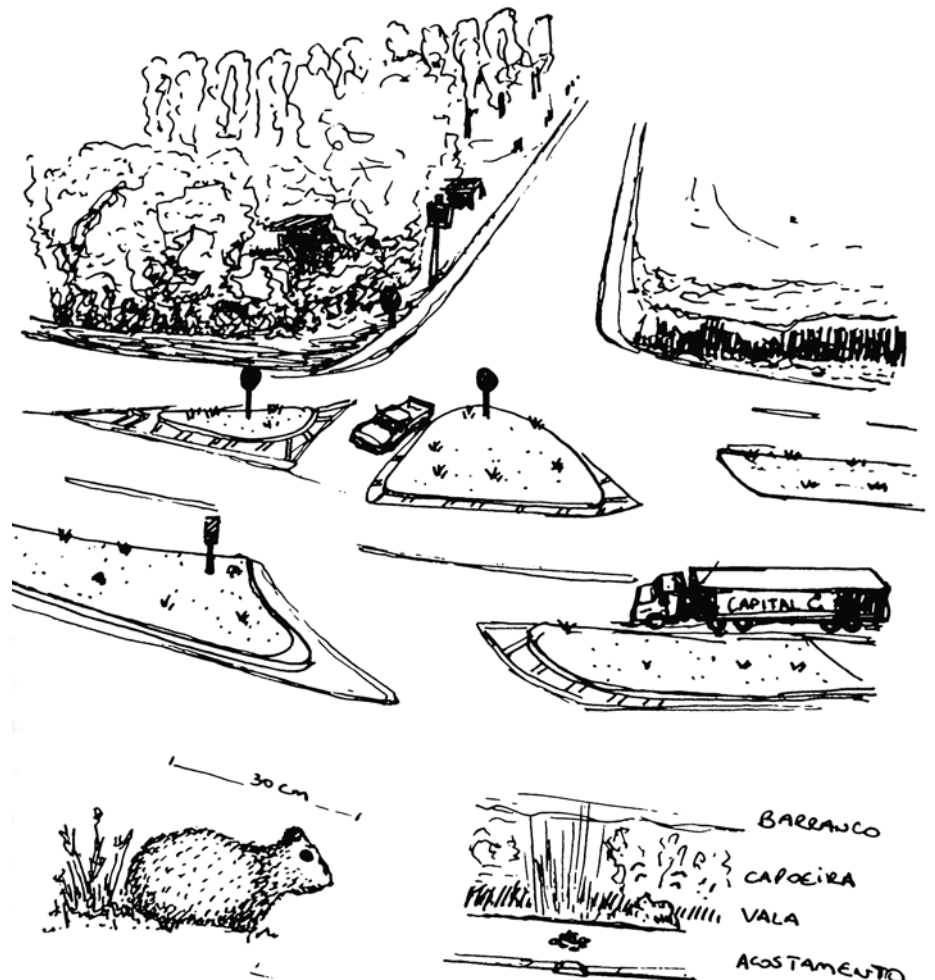
A partir disso, uma das “imagens-síntese de desenvolvimento” que mais tocam e ecoam em meu contexto de estudo, entre vizinhas e vizinhos, são as que operam através do que problematizo aqui, inspirado nas autoras, de “feitiço pelo asfalto”, que seria uma política de valores que reproduzimos em meio à paisagem, em cada prática de nossas vidas, onde a adesão ao uso da pavimentação pelo asfalto e pelo concreto, a ampliação de uma rodovia e o aumento da velocidade do escoamento (de humanos e de mercadorias) se mostram como as únicas alternativas para melhorar nossas vidas.

Paralelo a esse “feitiço pelo asfalto”, algumas perspectivas otimistas de estudo acreditam em um processo de “urbanidade no rural”, onde as práticas na produção do espaço rural se alteram em interação com expansão das atividades e das infraestruturas urbanas, produzindo práticas de um outro rural a partir dessa expansão, resultando em usos

25. “struggling against such a system imposes the need to make its procedures visible, sensible”.

misturados e paisagens “rururbanas” (RUA, 2006), algo muito comum nos interiores (*hinterlands*) do hemisfério norte. Em meu contexto de estudo, em localidades que ainda são parcialmente cobertas por estradas de chão batido, nem todas as vizinhas e vizinhos estão aderindo a essa feitiçaria capitalista do desejo pelas rodovias e pelo asfalto, ou ao menos estão aderindo com medos e ressalvas.

Agora, diante do polêmico projeto de ampliação da BR-386 previsto para iniciar em 2030, que impactará diretamente a vida de milhares de pessoas da região, lembro que os impactos que os antigos projetos como a própria abertura atual da BR-386 (trecho Tabai-Canoas), a implementação do III Pólo Petroquímico do Sul e outros empreendimentos concretizados nas últimas décadas na região foram pouco investigados nas produções científicas e historiográficas. Além disso, a “urbanização extensiva” se estendendo junto, em meio e contra às localidades de Triunfo e Montenegro, a partir de políticas de desenvolvimento urbano capitalista em curso, me parecem muito com as investidas do estado brasileiro contra a floresta amazônica nos anos da ditadura militar (um “inferno verde”, segundo os ditadores da época).



Nesses tempos das catástrofes (STENGERS, 2015b), a materialidade concretada do asfalto me atenta a um modelo de urbanização brutal, que é pouco biodiverso e muito destrutivo em uma perspectiva multiespécies.

* * *

Visita dos Gaúchos

Um grupo de políticos da cidade gaúcha de Triunfo visitou o JORNAL DA BAHIA, sendo recebido pelo assessor da diretoria do JBa, Enádio Moraes. Os gaúchos vieram a Salvador conhecer o Pólo Petroquímico de Camaçari e junto às autoridades baianas querem levar subsídios para a sua cidade, que, como Camaçari, recebeu o III Pólo Petroquímico-Copesul, que deverá ser o maior do Brasil.

“Queremos conhecer os problemas enfrentados por Camaçari quando da implantação do Pólo” — disse o prefeito de Triunfo, Breno Ferreira dos Santos, declarando que em sua cidade já foi iniciada a implantação do III Pólo Petroquímico. Triunfo dista de Porto Alegre 70 quilômetros, tem 15 mil habitantes e uma área de 833 quilômetros quadrados. É a cidade natal do general Bento Gonçalves da Silva, herói da Guerra dos Farrapos, em 1836, e foi fundada em 1754. Os gaúchos prestaram outras informações sobre Triunfo, dizendo que é um grande produtor de mandioca, com produção anual de 600 mil toneladas; grande produtor de madeira e de leite, com uma produção diária de 60 mil litros diários.

Os gaúchos que visitaram o JBa foram os Srs. Breno Ferreira dos Santos (prefeito), os vereadores Manoel Soares da Silva, Carlos Geraldo Borba, Antonio Soares de Sousa, Candido Arnildo Ehlers, o secretário da Prefeitura, Milton Silveira Massena e o diretor do Conselho Municipal de Turismo, Vanus Olegário Machado.

Viajantes

Fig. 10 - Notícia da viagem dos políticos ao Pólo Petroquímico de Camaçari. Fonte: SANT'ANNA (2015).



Fig. 11 - Construção do Pólo Petroquímico, Triunfo (RS), 1975. Fonte: Acervo do autor.

PLANIFICAR	M	Plano de
PARA BEM	D	Governo Para
EXECUTAR	B	Mais Uma
		Administração
		BRENO F. DOS SANTOS

PARA PREFEITO		PARA VICE-PREFEITO
	M D B	
DIRCEU FORNARI COSTA	•	Paulo Gaelzer de Oliveira (PAULINHO CLEMENTE)
Trabalho, Experiência, Dinamismo e Honestidade a serviço de ESTRADAS, ESCOLAS E URBANISMO.		
PARA VEREADORES:		
ADÃO KERSTING MAIA ADÃO TAVARES ARNALDO DE FREITAS ANTÔNIO MATHIAS ALFF ALEXANDRE ÂNGELO MACHADO JALEZ RODRIGUES DE SOUZA JOÃO MARINHO SANT'ANA PEDRO LEVINO NASCIMENTO SELMA ALENCASTRO SCHÄFFER TELMO MOREIRA FERREIRA		
Êstes os Candidatos do Povo de TRIUNFO.		

Fig. 12 - Panfletos eleitorais de Triunfo (RS). Fonte: SANT'ANNA (2015).



Fig. 13 - Pólo Petroquímico do Sul, Triunfo (RS). **Fonte:** Braskem, 2016.



Fig. 14 - BR-386, Triunfo (RS). **Fonte:** Google Earth, 2021.



Fig. 15 - Central de distribuição de energia, Tapera Queimada, Triunfo (RS), 2020. **Fonte:** Autor.



Fig. 16 - Torre de antena telefônica, Fazenda Quadros, Montenegro (RS), 2021. **Fonte:** Autor.



Fig. 17 - Empresa de logística, Pólo Petroquímico, Triunfo (RS), 2020. **Fonte:** Autor.



Fig. 18 - Canteiro de obras na BR-386, Bom Jardim, Montenegro (RS), 2022. **Fonte:** Autor.

3.2 AS ARQUITETURAS BRUTAIS DO PROCESSO DE AMPLIAÇÃO DA BR-386

O projeto de ampliação da rodovia, previsto para ser implantado em 2030, se alinha com as lógicas de urbanização de grande porte que têm sido praticadas em todo o planeta: usinas hidroelétricas e termoelétricas, pólos industriais, aterros industriais etc. Como vem falando o geógrafo Michael Truscello, após 40 anos desde o início da revolução tecnológica que estamos vivendo, o concreto permanece sendo o material mais importante do capitalismo industrial, e como exemplo disso, ele conta que somente entre os anos de 2011 a 2013, “a China usou mais cimento do que os Estados Unidos em todo o século XX” (TRUSCELLO, 2020, p. 31-32).

Essas e outras histórias de materialismo da urbanização são narradas pelo pesquisador, que vem nomeando essas práticas e projetos de “brutalismo infraestrutural”. Em seus estudos recentes, que se aproximam do entendimento que eu já trouxe de “urbanização extensiva”, mas que se aprofundam também no mundo de materiais que sustentam e são envolvidos nessas práticas, o pesquisador vai mostrando como a expansão das infraestruturas, através de arquiteturas brutais e monolíticas patrocinada pelos estados modernos em todo o planeta, vem se instaurando e devastando nossas paisagens e nossos territórios.

Segundo esses estudos de infraestrutura, o que está operando nas política de construções, em muitos casos invisíveis, de megaestru-

26. Conceito do filósofo Achille Mbembe (2018) que vou desenvolver mais a frente.

27. “People commonly envision infrastructure as a system of substrates—railroad lines, pipes and plumbing, electrical power plants, and wires. It is by definition invisible, part of the background for other kinds of work. . . . The image becomes more complicated when one begins to investigate large-scale technical systems in the making, or to examine the situations of those who are not served by a particular infrastructure. . . . One person’s infrastructure is another’s topic, or difficulty.”

turas arquitetônicas a um ritmo acelerado em meio às paisagens, segue uma tendência “necropolítica”²⁶ que também vou buscar entender como vêm acontecendo aqui e certamente compõe o que venho nomeando de “sujeira debaixo do tapete do desenvolvimento metropolitano”. O autor de *Brutalismo Infraestrutural* mobiliza a ideia da antropóloga Susan Leigh Star (2015), de que uma infraestrutura é invisíveis por definição:

As pessoas geralmente imaginam as infraestruturas como um sistema de substratos – linhas ferroviárias, canos e encanamentos, usinas de energia elétrica, fios etc. Elas são por definição, invisíveis e parte de um pano de fundo para outros tipos de trabalho... A imagem torna-se mais complicada quando começamos a investigar os sistemas técnicos de larga escala em construção, ou a examinar as situações daqueles que não são atendidos por uma determinada infraestrutura...A infraestrutura de uma pessoa é o motivo ou dificuldade de outra²⁷. (STAR, 2015 apud TRUSCELLO, 2020: 38- Tradução minha)

A rodovia BR-386, que já foi conhecida como Estrada da Produção (RS-13), como Rodovia Presidente Kennedy e atualmente como Rodovia Leonel de Moura Brizola, corta o estado do Rio Grande do Sul de Norte a Sul, conectando a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) ao município de Iraí e totaliza 445 quilômetros contínuos de estrada (Figura 19). Ainda que eu não tenha encontrado evidências históricas oficiais de suas origens, meus parentes me contam que o projeto original da rodovia estava sendo prometido desde os anos 50, com a confluência de desejos dos governos de Juscelino Kubitschek e de Leonel Brizola. Entretanto, o projeto só foi levado adiante como parte do Plano Rodoviário Nacional dos governos da ditadura militar, que em duas décadas de gestão construiu uma das maiores malhas rodoviárias do mundo. Em meio ao meu contexto de estudo, com aproximadamente 12 km de extensão, a rodovia corta ao meio as localidades que fazem parte dos municípios de Triunfo e Montenegro, e toda a estrada já é duplicada, somando 4 pistas e 1 acostamento de cada lado, na maior parte do trajeto. O que se anuncia no horizonte, na rodovia que é hoje considerada a mais letal do Rio Grande do Sul, e que os vizinhos e vizinhas começam a divulgar, é um projeto de ampliação.

Se para quem está de passagem, uma ampliação de rodovia pode prometer um aumento na mobilidade e na velocidade, gerando mais integração produtiva e conectividade, para quem vive onde os outros passam, uma nova rodovia também pode prometer uma maior inclusão social e econômica da população de beiras-de-estrada e do campo, e inclusive promover a emancipação administrativa das localidades, como é comum no Rio Grande do Sul. Concordando e discordando dessas linhas, o que a minha cartografia também quer dar a ver e sentir é a hipótese, que compartilho com alguns autores, de que uma infraestrutura desse porte também tem o poder de isolar, envenenar, imobilizar e extrair as vidas e os modos de resolver a vida dos habitantes humanos e não-humanos impactados (TRUSCELLO, 2020). E com uma nova rodovia, relembro a fala de Gilles Deleuze (1987): “você não confina as pessoas com uma estrada. Mas ao fazer estradas, você multiplica os meios de controle”²⁸. Logo, uma obra de infraestrutura desse porte é uma prática que transita por várias escalas: é ao mesmo tempo macro e micropolítica, molar e molecular. E uma obra de infraestrutura desse porte, especificamente da rodovia BR-386, envolve uma história de planejamento em várias escalas: um legado construído de um jeito de

28. “You do not confine people with a highway. But by making highways, you multiply the means of control”.

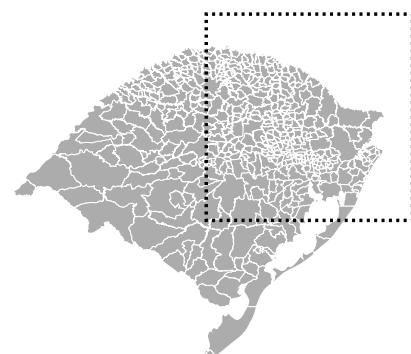
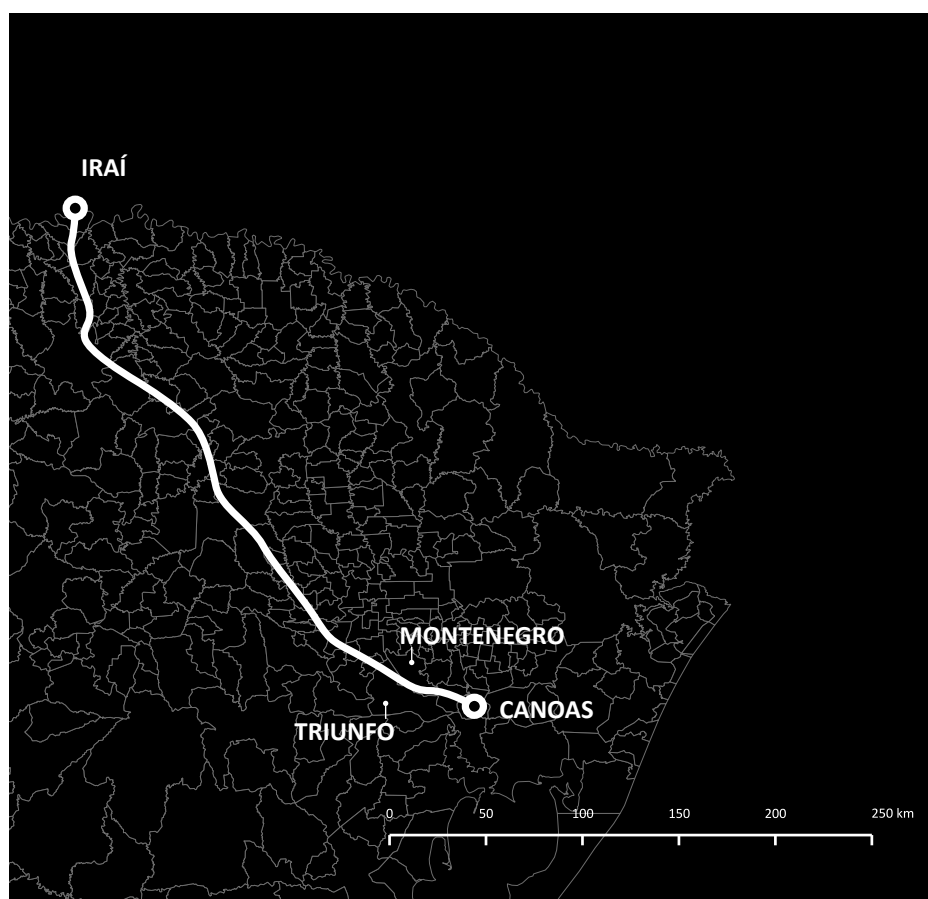


Fig. 19 - Mapa da Rodovia Leonel de Moura Brizola (BR-386), 2022. **Fonte:** Autor.

viver a partir de uma lógica de devastação ambiental dos governos militares; os programas de incentivos econômicos controversos de aceleração do crescimento dos governos progressistas; as exigências de sempre das indústrias de capital internacional; as demandas e pechinchas de elites políticas e econômicas locais e regionais, que competem por esses investimentos. Além disso, como aponta Stefano Harney (2018), essas infraestruturas e as suas logísticas capitalistas sustentam a gestão e a manutenção de velhas formas de colonização. Voltando ao que me atentam os estudos de infraestruturas,

Até recentemente, a maioria das sociedades não cultivava um apreço pela beleza estética das infraestruturas, nem os pesquisadores dedicaram muito espaço aos contornos íntimos da infraestrutura (...) em vez disso, o Estado moderno tem alimentado gradualmente um simbolismo nacionalista no qual os recursos hídricos e as infraestruturas se tornam ícones da identidade nacional. Ao contrário, grande parte das infraestruturas que ligam o mundo industrial e exterminam os ambientes naturais contribuem para a deterioração estética e psicológica²⁹. (TRUSCELLO, 2020, p. 60- Tradução minha)

29. “Until recently, most societies have not cultivated an appreciation for the occasional aesthetic beauty of infrastructure, nor have academics devoted much (...) instead, the modern state has gradually cultivated a nationalist symbolic in which water resources and infrastructure become icons of national identity and little else.²⁵ On the contrary, of course, much of the infrastructure that binds the industrial world and erases natural environments contributes to aesthetic and psychological blight.”

Aqui, o “feitiço pelo asfalto”, como efeito de uma herança autoritária de práticas de desenvolvimentismo ainda da ditadura militar, toma contornos sob um regime de poder de redução da própria vida à matéria bruta como fala Achille Mbembe (2020), em vidas que passam a ser concretadas e expropriadas. Nessa mesma linha, o que Jota Mombaça vem narrando em sua tese, é que esse projeto de Brasil em curso, enquanto uma ficção de poder que organiza e desorganiza nossas possibilidades de vidas, é uma verdadeira ameaça de morte. Penso com a pensadora, que viver em uma paisagem onde a morte é a política mais provável, seja por atropelamentos, pela fome ou pela poluição dos territórios, é como um trauma que se reatualiza incessantemente³⁰.

30. Jota Mombaça, na fala de abertura da 9ª Semana de Saúde Mental e Inclusão Social da UFMG, em 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vFd2aetWccg>> . Acesso em: 03 Mar. 2022.

A partir disso, atento que os estudos de arquitetura precisam se responsabilizar pelos efeitos dessas práticas. Essas “arquiteturas brutais” operam macro e micropoliticamente, seja pela reprodução de “imagens-síntese de desenvolvimento” de grandes obras nacionais, seja pela materialidade quilométrica de concreto e asfalto que expropria e violenta as vidas e os modos de vidas de vizinhas e vizinhos. Comple-

mentando isso pelos estudos da percepção ambiental, Tim Ingold (2015, p. 190-1) nota que a “arquitetura modernista e o planejamento urbano ambiciona encerrar a vida”, onde aparentemente “cada estrada pavimentada e cada alicerce de concreto é um deserto: nada pode crescer aí”. Assim, tornar a superfície da terra cada vez mais rígida pelo concreto e pelo asfalto impossibilita as misturas de materiais e substâncias que possibilitam a própria vida (Ibidem).

Atento agora, a partir de Achille Mbembe (2018, p. 47), que enquanto o poder pela “necropolítica” consiste na “capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”, onde a raça veio funcionando como marcador crucial e o Estado soberano produz e pratica uma paisagem de terra arrasada; o poder de matar e a desumanização operada pelo capitalismo e pela colonialidade, nos dizem de uma era geo-histórica de “brutalismo”: conceito que o filósofo camaronês, assim como Michael Truscello (2020), toma emprestado da arquitetura do pós-guerra para falar desse vasto empreendimento que hoje engendra, por todo planeta, práticas de transformação, regulação e de gestão de tudo que é vivo e vivente. Fazendo visível e tornando material os efeitos da “feitiçaria capitalista”, o “brutalismo”, segundo o pensador, é o próprio domínio geomórfico sobre os corpos e sobre os imaginários, no curso de um projeto de extração, demolição e transformação da humanidade em matéria e energia:

(...) é de ponta a ponta uma técnica de instrumentação e de construção. Ele precisa de cal, concreto, cimento, argamassa, vigas, brita, chumbo, aço – e corpos feitos de osso, carne, sangue, músculos e nervos. Demolir é, de fato, uma tarefa gigantesca. As práticas de demolição, quebra, apedrejamento, pilhagem e esmagamento estão no cerne do brutalismo em sua acepção política. (MBEMBE, 2020, p. 16)

No caso dessas grandes obras de infraestrutura como a da rodovia, o “feitiço pelo asfalto” funciona quando parte dos afetados por essa política de poder do “brutalismo” não as considera mortífera, porque parcialmente necessitam dessas infraestruturas para viver, ou não têm o direito de hesitar sobre essa necessidade. Entender essas duas noções, de “necropolítica” e de “brutalismo”, me parece algo fundamental para cartografar com outra atenção aos modos como o capitalismo, suas

31. Segundo análise que fiz dos setores do Censo Demográfico (IBGE, 2010) cortados pela BR-386.

32. Terra Indígena de 11,6 hectares instituída no ano de 2013, como desdobramento da duplicação do trecho da BR-386 em Estrela, que impactou a comunidade Kaingang Jamã Tỹ Tãnh (BUSOLLI, 2015).

33. No diagnóstico socioeconômico do EIA-RIMA do projeto, a equipe contratada pela empresa narra que em nossa região: “Os primeiros habitantes da zona que hoje constitui o município de Triunfo foram os índios Patos. A região também sofreu incursões de outras tribos indígenas como os Minuanos, Charruas e Tapes. Com a chegada dos Portugueses em 1752, os índios foram abandonando suas terras.”

pedagogias e tecnologias vêm enfeitando, apropriando, modelando e destruindo indistintamente toda matéria humana e tudo que não é humano, ou seja, vem destruindo a vida em si (Ibidem).

As terraplanagens e as concretagens da obra da rodovia vão cortar 37 municípios, afetando indiretamente mais de 900 mil habitantes, e diretamente mais de 102 mil habitantes³¹. Como já narrei, alguns trechos da BR-386, como o do meu contexto de estudo, já passaram por outras obras de duplicação há poucos anos, e alguns moradores e políticos se mobilizaram nos últimos anos pela duplicação dos trechos de outros municípios, até serem contemplados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal em 2007. Para muitos que querem a duplicação, o que fica em segundo plano nesse “feitiço pelo asfalto” são os impactos socioambientais dessa infraestrutura e dos processos de implantação, que envolvem desapropriações, fechamento de postos de trabalho, emissão de gases poluentes, ruído sonoro e visual pelo tráfego intenso, supressão das vegetações existentes, geração de resíduos sólidos, poluição de recursos hídricos, impermeabilização das terras e muitos outros.

Somado a isso tudo, e como em outros processos de “brutalismo infraestrutural”, parte das comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas na área de abrangência não foram consultadas no estudo do projeto. Os povos indígenas da etnia Kaingang, que foram expulsos de seus territórios a partir da colonização da região, são hoje conhecidos pela forte presença nos territórios rurais e urbanos do Rio Grande do Sul, e vêm ocupando e retomando os territórios indígenas dos municípios de Canela, Estrela, Lajeado, Porto Alegre, São Francisco de Paula, São Leopoldo, e mais próximo de meu contexto de estudo, na Terra Indígena Pó Mág em Tabai³². Além de alegarem não ter encontrado povos Kaingang em outros trechos afetados pelo novo projeto, os responsáveis pelo estudo de impacto do projeto também não consultaram a Comunidade Kilombola Morada da Paz (CoMPaz), e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) deixa de identificar outras comunidades quilombolas que existem nos municípios cortados pela obra³³. A comunidade kilombola da Vendinha, segundo mapeamentos que acessei, está situada no limite entre a Área de Influência Direta (AID) e a Área de Influência Indireta (AI) do projeto.

Investigando mais a fundo, começo a escavar mais problemas relacionados a esse desenvolvimento em meio às novas “infraestruturas

brutalistas” e encontro toda uma cadeia de extrativismo necessárias à materialização dessas arquiteturas brutais. Para quem cresceu na beira-de-estrada, o mundo de materiais necessários à produção de rodovias e do asfalto são bem familiares, e conheço vizinhas e vizinhos que já viveram ou ainda vivem dessas economias que incluem petróleo, betume, areia, pó de pedra, brita etc. e muito desses contextos já foram lugares por onde brinquei quando criança. No projeto de ampliação da rodovia, como em qualquer grande projeto de infraestrutura, consta a necessidade de mobilizar uma intensa cadeia de extrativismo, em um planejamento de obras que inclui a demanda por novos pontos de extração de areia e de jazidas minerais³⁴.



Essa demanda por novas jazidas, apesar de acarretarem em processos de licenciamento ambiental próprios, não constam como impactos ambientais ou como passivos ambientais do projeto. Isso me faz atentar que as novas faixas da rodovia, com aproximadamente 1m de espessura divididos entre materiais de base de agregados e concreto betuminoso, necessitam de uma malha de impactos ambientais de difícil delimitação, difíceis de cartografar e as etapas envolvidas na obra envolvem uma política que se estende para muito além das Áreas Diretamente Afetadas (ADA) e das Áreas de Influência Direta (AID). Em minhas paisagens de estudo, pelo menos 4 Área de Preservação Permanente (APP) que estão na faixa de domínio serão suprimidas pelo projeto, com consequências diretas que envolvem assoreamento de corpos hídricos, erosão, impacto na fauna aquática e qualidade da água, segundo o EIA-Rima.

Olhando de perto, essas “paisagens funcionais” (MUÑOZ, 2016) também fazem visível a necropolítica envolvida nessas práticas e proje-

34. O jornal local Grupo A Hora informa que no projeto consta a necessidade de explorar, pelo menos, 17 jazidas. Destas, 14 foram liberadas – a maioria pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). No projeto do EIA-Rima, entretanto, encontrei 8 jazidas e 3 pontos de extração de areia. Disponível em: <<https://shre.ink/mk6d>> . Acesso em: 26 Fev. 2022.

tos de brutalismo infraestrutural. Ao longo de 31 anos que vivo na beira-de-estrada, já escutei histórias e presenciei muitas vidas perdidas por acidentes e atropelamentos, dezenas de vizinhas e vizinhos, humanos e não-humanos mortos ou traumatizados por viver a vida nessas paisagens da “urbanização extensiva”.

Pesquisando dados estatísticos sobre o que experienciei no cotidiano, encontrei que de 2017 a 2020, nos trechos da BR-386 que cortam os municípios de Triunfo e Montenegro, houve 344 acidentes³⁵. Em relação ao número de mortos, encontrei o somatório de 730 vidas humanas em toda rodovia entre os anos de 2007 e 2016. Em 2020, em todo o Rio Grande do Sul foram 43 vidas perdidas só na BR-386³⁶. Os pesquisadores e pesquisadoras que elaboraram o EIA-Rima do projeto relatam que em seis visitas de observação encontraram 94 ocorrências fatais de atropelamentos de animais, principalmente de mamíferos como gambás, guaxinins e cachorros-do-mato³⁷. Não encontrei outros dados institucionais sobre as vidas de animais perdidas na rodovia mais letal do Rio Grande do Sul ao longo de vários anos, mas lembro de ver dezenas de cobras, gambás, lagartos, tatu-bolas, tamanduás, cachorros, gatos, roliços, lebres e uma longa lista de outras espécies achatadas no asfalto, inclusive nas caminhadas que fiz ao longo desses dois anos e meio de pesquisa.

35. No relatório EIA-Rima do projeto consta a somatória de 315, conforme Anexo II, p. 65.

36. Segundo dados do DAER e Polícia Rodoviária Federal. Disponível em: <<https://shre.ink/mkTe>>. Acesso em: 26 Fev. 2022.

37. Disponível no relatório EIA-Rima, Anexo 5.2, p. 425-42.



Para fazer sentir a frequência com a qual a vida é cortada de cena nessas paisagens, nos dias de escrita destas linhas do relato cartográfico aconteceu mais um desses incidentes que entristeceu os dias de vizinhas e vizinhos e afetou as relações comunitárias que participam desta pesquisa. No final da tarde de domingo, no dia 12 de Junho, quando ocorria a festa de Santo Antônio, que é a celebração anual mais esperada pelas vizinhas e vizinhos da Vendinha e das outras localidades da região, mais um corpo entra para as estatísticas de atropelamentos na rodovia BR-386. O vizinho de 72 anos estava indo para casa após participar da celebração, mas foi atropelado por um automóvel Corsa Hatch, com placas de Soledade, ao atravessar a rodovia. A notícia chegou para mim em um dos grupos de *WhatsApp* da região que participo, depois

foi repetida por telefone pelo meu pai com mais informações sobre o vizinho. Penso muito na imagem desses corpos humanos e não-humanos junto ao asfalto, se agrupando como uma textura desenhada por políticas de desenvolvimento urbano e regional. Algo semelhante ao que Davi Kopenawa (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 469) chama de “rastros ruins dos brancos” pelas paisagens.

Operando por uma receita discursiva da “feitiçaria capitalista”, a empresa contratada para o EIA-Rima conclui o documento nos esclarecendo que “mesmo com todos os cuidados tomados durante a implantação de um empreendimento dessa natureza, impactos são inevitáveis” e se o empreendimento não for construído, a empresa fala que perderemos a “oportunidade que o mesmo representa como catalisador de desenvolvimento econômico e social para a região e para o país”. Ao transitar por uma paisagem a cada dia mais ameaçada e desenvolvida por infraestruturas brutalistas, junto a uma rodovia que materializa todo tipo de arquitetura hostil à vida, também começo a me atentar às possibilidades de vida que ocorrem pelas frestas do asfalto e pelas marginais da rodovia, em práticas de humanos e não-humanos que insistem em seguir vivendo em uma paisagem arruinada.



Fig. 20 - Viaduto RS-124 com BR-386, Montenegro (RS), 2022. **Fonte:** Autor.



Fig. 21 - Peça de automóvel na beira da BR-386, Montenegro (RS), 2022. **Fonte:** Autor.



Fig. 22 - Canteiro de obras na RS-124, Calafate, Montenegro (RS), 2021. **Fonte:** Autor.



Fig. 23 - Pedreira Vila Rica, Vendinha, Triunfo (RS). **Fonte:** Google Earth (2020).



Fig. 24 - Cobra atropelada, Tapera Queimada, Triunfo (RS), 2020. **Fonte:** Autor.

A RESPIRAÇÃO

PREPARO: EM UMA BACIA ADICIONE AS FOLHAS DE EUCALITO TRIPLEADAS E LOQUE A ÁGUA QUENTE. FAÇA UMA CASAVA COM UMA TOALHA E ENFIE A CABEÇA EMBAIXO!

OBS: TAMBÉM SE VEZ COMO ESCALDA PÉS...

CALAFATE

RUA NOVA

BR-386

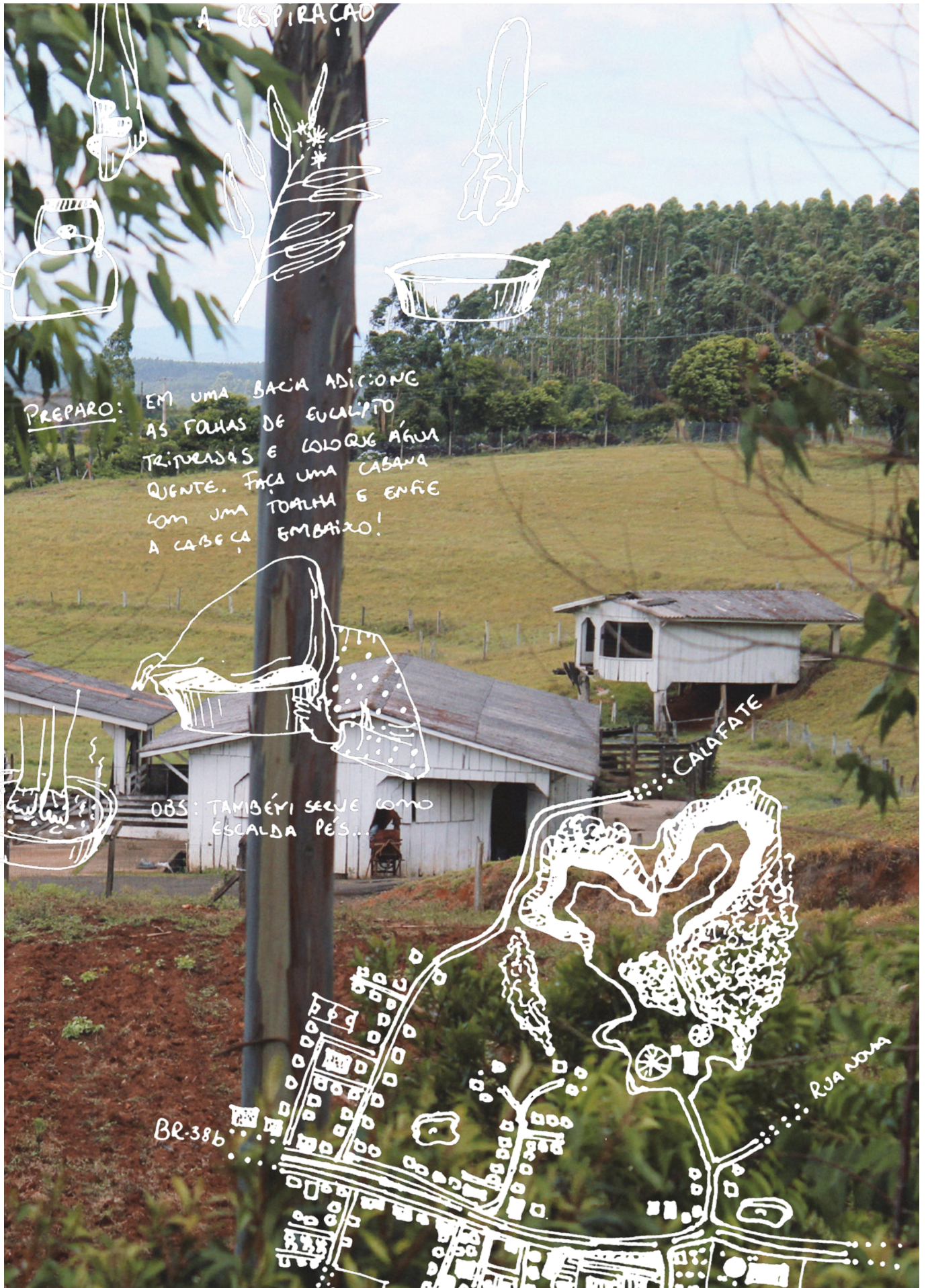


Fig. 25 - Propriedade rural, Vendinha, Montenegro (RS), 2021. Fonte: Autor.

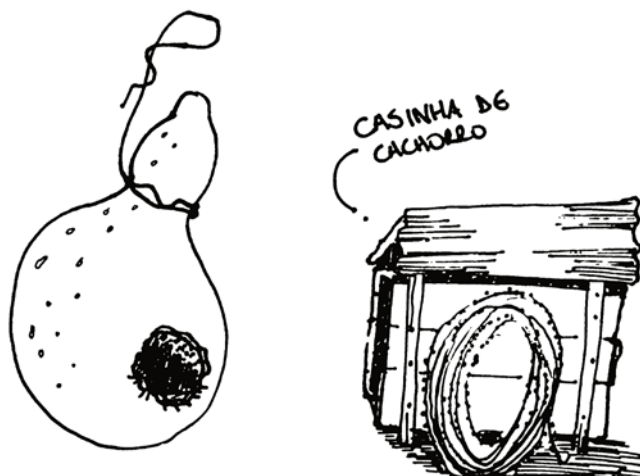
3.3 HABITAR AS RUÍNAS DO DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO

Desde pequeno eu acompanhava a minha mãe até Canoas e Porto Alegre, sempre fomos de ônibus para comprar tecidos, tintas e linhas para os artesanatos que ela faz. A nossa parada de ônibus, no quilômetro 411 da BR-386, não é bem uma parada de ônibus, mas uma estreita faixa de acostamento de 1,5 metros sem sinalização, sem placa, sem mobiliário, só quem mora ali reconhece. Quando comecei a estudar Jornalismo, com 17 anos, a espera pelo ônibus começou a ter outros significados, e enquanto eu esperava o ônibus sozinho, viajava imaginando de onde as pessoas que passavam de carro e de caminhão eram, quais suas histórias de vida, quais os seus planos, pelo que lutavam etc. Também ficava imaginando o que essas pessoas pensavam sobre quem mora ali na beira-da-estrada, sobre como era a nossa vida, se pensavam para onde eu estava indo, sobre qual ônibus eu ia pegar e o que sonhava em viver. Os pensamentos de quem vive onde os outros passam vão longe com cada veículo que passa pela rodovia, estamos o tempo todo cortados por histórias de outros lugares. Para além das conversas com vizinhas na parada de ônibus e dos lugares imaginados possibilitados por esse tempo da espera, eu e minha mãe sentíamos na pele os riscos de uma vida junto à rodovia. Em poucos minutos de espera, sentimos o raspão de caminhões de 9 eixos que andam a toda velocidade, o vento quente com cheiro intenso dos caminhões de combustível e tremor constante

no asfalto.

Essa conjuntura de uma pedagogia de riscos na vida beira-de-estrada nem sempre foi assim. Nas décadas de 70 e 80, o fluxo de veículos na rodovia BR-386 era bem menor, principalmente porque a maioria dos municípios do norte e nordeste do Estado ainda eram cidades de pequeno porte. As vias marginais, que foram sendo abertas espontaneamente conforme as necessidades de uso de cada família, eram de estrada de chão batido e poucas pessoas faziam o uso de veículos. Escutei várias histórias onde percebi que em cada família era comum fazerem uso de pelo menos uma carroça ou carreta, além do uso dos cavalos como meio de transporte. As vizinhas e vizinhos, ao que me parece, se queixavam muito menos dos perigos da vida nas localidades, e tinham seus modos de resolver a vida alheios ao ritmo do asfalto.

Em um final de semana de muito calor em que fui visitar minha família, enquanto eu estava fazendo caminhadas e registros de fotos do cotidiano em duas das localidades, encontro com Dona Nilza caminhando com guarda-sol na avenida marginal da rodovia. Entramos juntos em seu pátio largo e comprido, com cerca de quatro terrenos, que parecem uma chácara que foi sufocada em meio a um bairro de lotes pequenos e densamente construídos.



A nossa conversa demorou para fluir, e enquanto eu fazia perguntas sobre quando ela chegou ali, sobre a sua história naquela paisagem, ela ia me dando respostas curtas e quebradas. *“Na roça, meu pai trabalhava. Plantava mandioca, aipim, feijão, milho. Fazia farinha. (...) Naquela época só tinha estrada. Estrada de chão, terra”*. Depois dessa primeira conversa, fomos caminhar pelo pátio dela, pois estava na hora dela realizar as suas práticas diárias, que incluem a dúzia de galinhas que precisa tratar, dar ração para os gatos, molhar a horta e apanhar

acerolas para dar para uma vizinha. Conforme caminhava pelo pátio, foi me apontando direções com o braço e me contando mais um pouco sobre sua história e sobre a paisagem dali, os seus mundos em transformação:

Nós morava lá embaixo, perto da falecida Morena. Depois nós fizemos, nós ia morar em uma casa de pensão aqui. Depois daquela casa de pensão eles nos arrancaram e nós fizemos uma casa para nós. De madeira. A Dalva tinha um botequinho ali na beira da estrada, vendia cachaça. O velho Tinho tinha uma maloca, uma casa de mulher. Depois começaram a aumentar. Ali pra cima tá uma cidade, uma vila bem grande que tá hoje. Nós trabalhava nos matos, né. Cortando madeira, de machado. Madeira de acácia. Não tinha motoserra, eu e eles ia descascar madeira, empilhar, descascar.

O cerceamento e a privação da vida cortada pela rodovia nas localidades entre os mais novos e os mais velhos também aparecem frequentemente em meio a minha cartografia. Aconteceu de eu reencontrar com Dona Nilza em uma manhã de março, já em contexto de eu estar divulgando e informando as vizinhas e vizinhos do projeto de ampliação da rodovia. Ela, que mora na região há 85 anos, inicialmente na localidade de Rua Nova, depois no povoado de Tapera Queimada e hoje na localidade de Vendinha, me conta que há anos não cruza a rodovia a pé para visitar seus parentes, para fazer compras ou para pegar ônibus para o centro de Montenegro, que costumava ir semanalmente. Desde que tropeçou na beira da rodovia, os filhos e netos a proibem de cruzar a BR-386 sozinha, *“A rodovia trouxe muito acidente, muito trânsito. Dá muito barulho”* ela comenta.

Na esperança das promessas nunca realizadas de redutores de velocidade e de passarelas, ela também lembra de mais de um companheiro não-humano morto na rodovia, conta sobre vizinhas e vizinhos que tiveram a vida tomada por caminhões, por acidentes de moto e sobre toda poluição sonora que precisa aturar, e também me conta que *“teve um caminhão de piche que derreteu o piche em cima de um homem aqui”*. Entretanto, vou percebendo que as histórias de vida que ela conta, onde o “brutalismo infraestrutural”, com as linhas de energia de alta tensão substituindo as plantações de subsistência, vem sempre

acompanhada de memórias de antes, de um outro mundo que já ocorreu “ali (...)”:

(...) ali pro fundo tinha aqueles mato de acácia. Tinha um capoeirão assim, mato de eucalipto ali pra baixo, abaixo da faixa. Agora tem tudo cheio de casa. A gente plantava também lá em cima onde tem o boteco do Arno, a gente plantava feijão e milho lá. Às vezes dava bastante daquele feijão mouro, aí eu peneirava tudo pra vender. A gente tinha uma casinha assim humilde. (...) Nem sei de onde é que meu pai era, a minha mãe era lá praqueles lado depois de Canoas. Hoje tem só eu aqui, só eu.

Quem se soma a essas outras histórias do desenvolvimento regional, fazendo visível os impactos da construção da BR-386 nos municípios da Serra do Botucaraí (RS), são os historiadores Elvis Patrik Katz e Juarez Rodrigues Fuão (2015), que narram em sua pesquisa que:

(...) os pequenos trajetos entre as famílias ficaram mais raros, atravessar ou caminhar às margens de uma estrada na qual veículos grandes e pequenos trafegam a mais de 100 km por hora tornou tudo mais perigoso. Os atropelamentos e os acidentes chegaram aos poucos e foram ficando constantes, a sensação de angústia parece ter abatido os moradores que hoje tem seu próprio automóvel, mas estão muito menos próximos de seus vizinhos do que dos centros comerciais e políticos urbanos.

Dos anos desde a construção da rodovia até hoje, estas paisagens à margem do desenvolvimento metropolitano também foram traçadas por modos de resolver a vida constituídos por narrativas de “empreendedoras” e “batalhadores” que venceram a precariedade da vida rural da região, como a de Maria: nascida e criada em uma pequena fazenda na localidade de Benfica. Ela conta que foi se transformando de professora de uma extinta escola rural (as famosas “brizoletas” que existiam pelo município) à pequena-empresária do setor de transportes e logística, com seu marido, quando então se mudaram para as margens da BR-386 e instalaram a sua transportadora na localidade de Vendinha, dando textura de atividades de logística a uma das localidades mais urbanizadas hoje em dia. O empreendimento do casal, ao se inserir par-

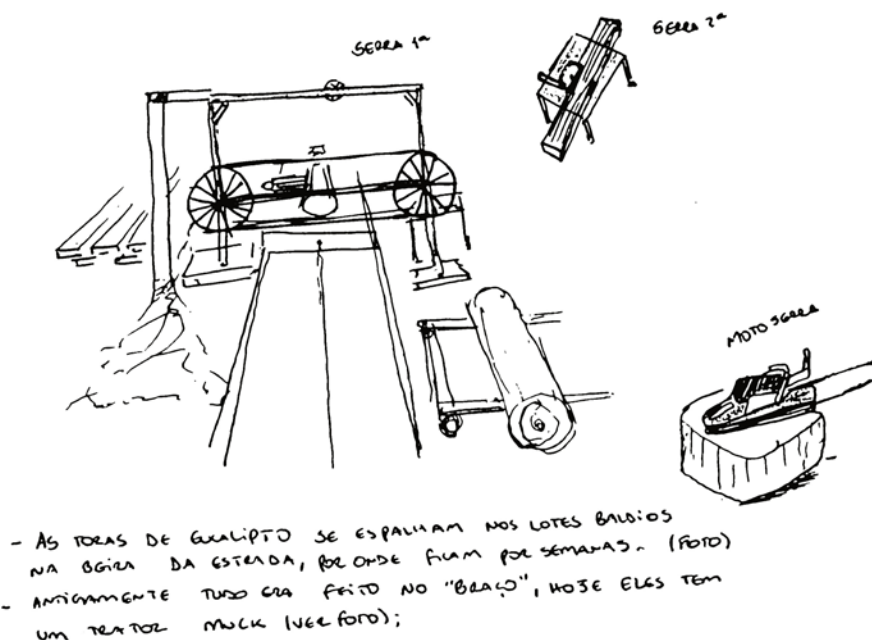
cialmente nos novos arranjos produtivos que se implantam na região, continuou sendo uma empresa de pequeno porte, de economia familiar, reinventando as relações entre urbano e rural em uma conjuntura de modernização da paisagem.



Mas as histórias de inclusão e integração com as “infraestruturas brutalistas” não são tão comuns assim. Embora alguns habitantes das localidades tenham conseguido se incluir com sucesso nas paisagens da urbanização, desenvolvendo táticas em seus modos de resolver a vida inseridos nos novos arranjos capitalistas que passam a desenhar as margens da paisagem metropolitana, outros nos contam sobre uma outra paisagem. O neoliberalismo, segundo Dardot e Laval (2016) produz certas maneiras de viver onde a lógica do mercado e da competição passa a tomar conta de todos os aspectos da vida social, mas esse regime é diverso e tentacular, e está permeado por histórias singulares para cada indivíduo, de planos que deram errado, de tentativas de empreender frustradas e de diversos recomeços por não terem as habilidades necessárias para os novos trabalhos disponíveis na matriz técnica da industrialização ou do setor de serviços que surgem.

Esses muitos outros, resolvendo a vida através de suas práticas desvalorizadas pela urbanização e pela modernização emergentes, se aproximam da categoria filosófica dos “homens lentos” anunciada por Milton Santos (2002). Seu João, vindo da periferia de Montenegro em busca de uma promessa de trabalho em uma nova fábrica de tintas que inaugurou entre a Vendinha e a entrada do Benfica, nas margens da BR-386, me conta sua trajetória até se estabelecer enquanto cortador-de-mato e faz-tudo na localidade de Vendinha, Calafate, Tapera Queimada e arredores. O emprego na fábrica de tintas foi uma opção por poucas semanas e, após a demissão, entrou em contato com as economias da silvicultura, passando a ser chamado, com sua família toda, de mato em mato com sua carroça sempre que “tinha serviço”. Entre o descascar

de toras de acácia e o plantio de novas mudas, ocorreu de conseguir se estabelecer enquanto funcionário fixo em uma serraria que produz e comercializa peças de eucalipto para os habitantes das localidades da região.



Histórias como esta são comuns em minhas caminhadas na região. São relatos de habitantes que vieram das novas periferias urbanas - principalmente das cidades de Canoas, Sapucaia e Porto Alegre - ou de descendentes de "colonos" que vieram de contextos rurais em decadência da região central e da serra do estado, como Encantado, Nova Bréscia, Agudo, Farroupilha, Salvador do Sul, Brochier. Submetidos às pedagogias do neoliberalismo que já se anunciavam nos anos 70, em meio aos diferentes contextos de êxodo rural, quase todos contam que vieram se aventurar por promessas de emprego nas obras de construção do III Pólo Petroquímico e pelas oportunidades emergentes nas economias de beira-de-estrada, a partir da nova rodovia.

Essas trajetórias de vida, após a conclusão da nova rodovia, encararam os desafios da nova paisagem que esses projetos desenharam, entre empregos e desempregos, vivendo entre economias agropecuárias e serviços subalternizados do complexo industrial do Pólo Petroquímico do Sul. São vizinhas e vizinhos que sobrevivem com suas maneiras de fazer nas margens do desenvolvimento metropolitano, entre contradições e complexidades que o neoliberalismo nos impõe, e nessas paisagens de beira-de-estrada não há paraísos para onde ir.

Na vida nas ruínas do desenvolvimento metropolitano, enfren-

tando todo tipo de degradação que se acumulam em meio a urbanização, as atividades industriais e a silvicultura, também começam a surgir vizinhas e vizinhos engajados em movimentos de preservação ambiental. Em uma das visitas à feira de artesanatos da localidade do Porto Batista, próximo ao Pólo Petroquímico do Sul, encontrei Ricardo, que se apresenta enquanto “pedreiro, ambientalista e biólogo autodidata”. O vizinho, que conheceu o comportamento das abelhas nativas através de um curso da Emater, realiza atividades de educação ambiental e sustenta uma rede de preservação das abelhas nativas nas localidades de Triunfo desde 2017.



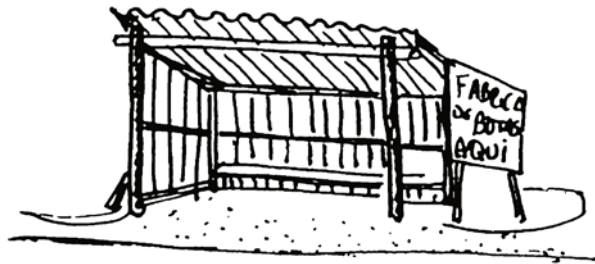
Ao prestar atenção as informações mapeadas por ele sobre como certas espécies de abelha mantêm relações íntimas com os matos de eucalipto e de acácia, que há mais de 60 anos predominam em boa parte da região, lembro da noção de perturbação³⁸ que vem falando Anna Tsing (2019), “seguir histórias de perturbação é uma maneira de fazer da paisagem um protagonista dinâmico e uma prática de coordenações multiespécies” (Ibidem, p. 95).

38. Essa noção parte dos estudos de relações multiespécies que possibilitam o raro cogumelo matsutake prosperar em maior abundância em ambientes que envolvem o manejo dos humanos e de outras espécies, são “florestas perturbadas” para a antropóloga.

* * *

Voltando às origens da BR-386, em 1965, a sede regional da extinta Cia. Construtora Brasileira De Estradas funcionava na localidade de Bom Jardim, na fronteira dos municípios de Triunfo e Montenegro. Ao fim da conclusão do trecho na região, meu tio-avô, que trabalhava como servente e lubrificador de máquinas na empresa responsável pela rodovia, e muitos outros, tiveram o contrato de trabalho rescindido. Histórias como a de minha família, de quem veio atrás das promessas de

desenvolvimento pela nova estrada, mas que tiveram que se adaptar e se arriscar na agropecuária e nas possibilidades de economias de beira-de-estrada são bem comuns. Jânio, já falecido, veio com sua família de descendentes de alemães ainda adolescente para a localidade de Vendinha. Pela infância, ele e seus familiares viveram pela região onde hoje se consolidaram as cidades de Harmonia, Maratá e Salvador do Sul, próximas à Montenegro, até que viram oportunidade de emprego junto a nova rodovia. Antes mesmo do fim do contrato com a empresa, não vendo alternativas de renda na região, foi se aventurar trabalhando em restaurantes e hotéis de Porto Alegre e não voltou mais. Essas muitas pessoas que “vão embora e não voltam mais” não aparecem nos impactos possíveis dos EIA-Rima.



Percebo que muitos habitantes continuam ali afirmando que são “do brejo”, “do mato” e “das grotas”, em falas que me parecem ao mesmo tempo de humor e de empoderamento, ainda que em uma co-reografia de resistência bem diferente das resistências urbanas. Nesse mesmo emaranhado de narrativas de habitantes que negam, ou que vivem apesar do desenvolvimento metropolitano e das “imagens-sínteses” que esse desenvolvimento propaga, meu vizinho Gildo Campos (1980), em uma canção popular que narra a vida de agricultura de subsistência na localidade do Passo Raso, canta os versos “*Meu pai era um gaúcho / Que nunca conheceu luxo / Mas viveu folgado enfim*”. Essas outras imagens do cotidiano nas economias da região são também atualizadas pela vizinha Célia Ávila, poeta, sanfoneira e moradora do Passo da Pimenta, ao escrever sobre o cotidiano dos praticantes “do mato” da região: “Saiu pro trabalho já bem contrariado / Chegou à garagem, o carro enguiçado / Foi pegar o ônibus, tinha passado”. A poeta, filha de agricultores, diz que trabalha em seu “cafundó abençoado” e narra a paisagem em uma poética singular, contando sobre as trabalhadoras e

trabalhadores humildes da zona rural da região.

São histórias que mantêm vivas as trajetórias singulares dos habitantes em meio a paisagem da região e que me forcem a prestar atenção na polifonia existente às margens do desenvolvimento metropolitano, apesar dos apagamentos e das invisibilizações dos grandes projetos de urbanização. Na linha de diversas narrativas saudosistas que escutei, Célia me apresenta o poema *Saudades de Outrora*:

Os olhos seguem na frente
Pensamento logo atrás
Uma saudade ele trás
Quando vislumbro esses campos
De um verde esmorecido
Com o frio grande sofrido
Bem na gema do inverno.
Vou repontando a manhã
Que trás o brilho da geada
Com essa luz prateada
Do sol que a ela sucede.
Sei que nada me impede
De relembrar com carinho
Das memórias do caminho
Que essa visão me concede.
Me vejo dentro do reponte
Numa dessas campereadas
Seguindo o fio da estrada
Acompanhada do pai
Uma saudade que dói
Se atravanca no meu peito
E é assim, desse jeito
Que volto aos tempos pueris
Oigalhê tempo feliz!
Era mais que perfeito.

* * *

O projeto de ampliação da BR-386, em um primeiro momento, pode prometer um aumento na mobilidade e na velocidade, e até mesmo uma melhoria na qualidade de vida das pessoas da região. Entretanto, quando olho para as histórias inscritas às margens da rodovia, tenho receio de que o “feitiço pelo asfalto” mobilizado pelo projeto tem um custo: seja pela concretagem e pelos atropelamentos já recorrentes na rodovia mais letal do Estado, ou pelas desapropriações, pela poluição atmosférica, sonora e visual.

Habitar a era do “brutalismo” que fala Achille Mbembe (2020), talvez seja uma questão de “habitabilidade”. É o que Wellington Cançado, dialogando com Anna Tsing (2019), aponta em diálogo com a “responsabilidade” que Donna Haraway (2016) fala, da habitabilidade enquanto uma habilidade para habitar, das “habilidades cosmológicas e tecnopolíticas (e vice-versa) necessárias para coproduzir vida e partilhar diversidades em coexistência cuidadosa” (CANÇADO, 2022, p. 243). Contudo, isso dificilmente ocorrerá pelos grandes planos e projetos e em meio ao ritmo da urbanização, da vida nas “ruínas florestais” que são nossas cidades como vem dizendo Ailton Krenak (2022).

Nessas narrativas da paisagem, percebo que enquanto os projetos de rodovias, viadutos e grandes empreendimentos industriais são plantados e implantados com brutalidade nas paisagens de estudo, as áreas de preservação, os campos de pasto, os comércios de pequeno porte constituem todo o esforço em produzir uma habitabilidade melhor, e são praticados e construídos cotidianamente pelos habitantes nas suas economias de sobrevivência pela região, ao se engajarem com uma paisagem impregnado de passado (INGOLD, 2000). Meus vizinhos e vizinhas, ao narrarem as memórias que se acumulam entre as paisagens que habitam, passam a compor uma memória coletiva da paisagem (CARON, 2019) e, arrisco dizer, uma “história a contrapelo”, como fala Walter Benjamin, que os projetos de desenvolvimento metropolitano invisibilizam.

* * *



Fig. 26 - Comércio de lenha, Fazenda Izidoro, Triunfo (RS), 2020. **Fonte:** Autor.



Fig. 27 - Propriedade agropecuária, Esquina da Sorte, Triunfo (RS), 2021. **Fonte:** Autor.



Fig. 28 - Acesso na localidade de Vendinha, Triunfo (RS), 2020. **Fonte:** Autor.



VENDE-SE

VENDE-SE

Área de terra com 12,65ha

Fig. 29 - Vendinha, Triunfo (RS), 1994. **Fonte:** Acervo do autor.



Fig. 30 - Banhado, Vendinha, Triunfo (RS), 2016. **Fonte:** Autor.



Fig. 31 - Casal de carroceiros, Esquina da Sorte, Triunfo (RS), 2020. **Fonte:** Autor.



Fig. 32 - Rodovia TF-10 , Equina da Sorte, Triunfo (RS), 2021. **Fonte:** Autor.



Fig. 33 - Reservatório abandonado, Porto Batista, Triunfo (RS), 2017. Fonte: Autor.

PARTE 4

4.1 AS ALTERNATIVAS INFERNAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em certo encontro pela localidade de Tapera Queimada, depois de alguns minutos de conversa, percebi uma fumaça vindo dos fundos do pátio de Catarina e perguntei se ela estava queimando lixo, uma prática que sabia ser comum nas propriedades rurais da região. Ela me diz, sem nenhuma desconfiança de minha pergunta delicada, que tentou por anos descartar o lixo para o caminhão da coleta seletiva, mas me perguntou se *“adianta botar o lixo lá na avenida? (...) o caminhão da prefeitura passa assim de vez em quando, muito difícil aqui, tem os cachorros também que reviram tudo”*, ao que complementei, especulando, que é bem provável que a empresa contratada pela prefeitura não recicle o lixo, mas leve para algum lixão e abandone por lá. Revirando os fragmentos entre as cinzas do quintal de minha vizinha, vejo que o que restou ali, nas cinzas sobre a terra vermelha, em algum momento foram embalagens de produtos industrializados, como latas de sardinha, cartelas de comprimidos e tampas de cerveja.

Essa prática, ainda que pouco expressiva nas estatísticas do IBGE, é muito comum nessa e em outras propriedades rurais das localidades de Triunfo e de Montenegro, e me mostra, de certa forma, que nem toda a poluição está imersa diretamente em tramas de urbanização, e que poluição, gestão pública, arquitetura, animais domésticos e planejamento urbano fazem parte de uma mesma malha que dá vida à

uma paisagem que permanece implicada com os descartes que todos nós produzimos. O processo contra o Aterro Industrial Classe I e II, uma das linhas seguiu nessa cartografia, em uma experiência corporificada de duplo vínculo, enquanto acadêmico e principalmente, enquanto habitante, me possibilitou construir com vizinhas e vizinhos táticas e estratégias para uma caminhada de luta de onde emergiram novas histórias, alianças improváveis e o compartilhamento de saberes situados entre kilombolas, cientistas, agricultores, ativistas e pescadores que parcialmente desestabilizou essa política de planejamento e governança para o desenvolvimento “sustentável”.

Ao cartografar, a partir das narrativas da paisagem, sobre a malha de uma ecologia de descartes que conecta reciclagem, reutilização, conscientização, destinação e responsabilidade (*response-ability*) com os resíduos sólidos, encontrei com minhas vizinhas e vizinhos uma paisagem de desamparo, medos e incertezas, mas também um horizonte de outras composições possíveis.

* * *

Agora que o planejamento urbano e todos nós que atuamos nesse campo estamos cada vez mais sendo chamados a responder combinadamente sobre os desafios das eras do “antropoceno”, do “brutalismo”, do “tempo das catástrofes”, vou percebendo alguns movimentos interessantes de colegas e de coletivos políticos correndo atrás de novos modos de planejar e de novos léxicos para produzir políticas de desenvolvimento urbano. A partir desse contexto, farei um breve percurso sobre essas práticas, e sobre os efeitos e as ausências dessas ações em minhas paisagens de estudo. Ainda que a maioria dos planos diretores que pesquisei incluam diretrizes de “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade ambiental” e de “responsabilidade ambiental”, o que vejo nas práticas que envolvem o planejamento, ao habitar as paisagens de estudo e conversar com vizinhas e vizinhos, está longe disso e me mostra que estamos possivelmente mal preparados ou planejando mal.

Entre as décadas de 70 e 80, na esteira dos debates sobre os efeitos das políticas de desenvolvimento econômico do pós-guerra, surge o debate sobre sustentabilidade e sobre desenvolvimento sustentá-

vel. A então chamada “comunidade internacional” se reuniu em 1972 na Conferência de Estocolmo, que, entre debates de crescimento econômico e meio ambiente, polarizou os desejos dos países do Norte e do Sul global. Na sequência dessas articulações, os então chamados “países desenvolvidos” foram convocados a repensarem o seu estilo de vida consumista, e os países “em desenvolvimento”, a buscarem outros modelos para se desenvolverem. Em 1987, 15 anos depois, foi produzido o primeiro entendimento da expressão “desenvolvimento sustentável” enquanto um processo que satisfaria “as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das próximas gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades”³⁹ (BRUNDTLAND, 1987, p. 16- Tradução minha). A partir disso, a noção se espalhou pelo mundo, indissociada das políticas de planejamento urbano e de desenvolvimento econômico. No emaranhado diverso de enunciados e estratégias sobre a noção, há certo consenso sobre ao menos duas linhas: de que se busca uma gradual diminuição do uso de matérias-primas e o aumento da reutilização e da reciclagem. Entretanto, os projetos que utilizam dessas narrativas de “desenvolvimento sustentável” parecem seguir a fórmula repetida de sempre construir mais: mais construções de arquiteturas sustentáveis, mais implantação de infraestruturas sustentáveis, mais produção de objetos sustentáveis etc. As práticas de cuidado com o mundo costumam estar apenas nos panfletos de “educação ambiental”.

Somado a isso, como já vimos na parte anterior, entendo que fizemos uma passagem rápida demais do “desenvolvimento urbano” ao “desenvolvimento urbano sustentável”, sem hesitar em constatar que o que produzimos enquanto urbanização, além de se estender sobre os espaços de vida agrária que ainda sobrevivem como nos alertou Henri Lefebvre ([1970], 2019), também se constitui como uma malha cada vez mais intensa onde se acumulam produção, consumo e descarte. Ou seja, por mais que varremos as nossas sujeiras para baixo do tapete, é fato que a urbanização como a conhecemos, seja ela denominada de sustentável ou não, é um modo de vida inseparável de todo tipo de produção de poluição. Nesses tempos orientados para a urbanização de todo planeta, vejo um “direito de não ter cuidado”, como diz Isabelle Stengers (2015b), com nossas paisagens, em especial nas paisagens que produzimos longe dos nossos olhos.

Entretanto, agora que o progresso vem, a cada dia mais, perdendo o seu prestígio de outra época, percebo que as narrativas de desen-

39. “the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs”.

volvimento seguem, na maioria dos casos, associadas e sustentadas por processos de novos modos de urbanização. Os pequenos agricultores, os quilombolas, os povos indígenas, os coletivos engajados no desenvolvimento de economias solidárias e de lógicas alternativas de produção e consumo que não se encaixam no modelo de urbanização mobilizadas por essas forças, não viram modelos de grande alcance. A urbanização como a conhecemos, nos moldes do desenvolvimento do sistema capitalista, como me ensina Rosa Luxemburgo, devora todos os modos de vida pré-capitalista ou as formas de capitalismo entendidas enquanto “atrasadas”, e nesse processo são fixadas enquanto paisagens atrasadas.

Depois de anos de governos progressistas na América Latina, como pontuou Ana Clara Torres Ribeiro (2012), de todos os “impulsos globais” que penetraram nos territórios sem resistência dos governantes e gestores, diversos povos e comunidades, entretanto, vem se mobilizando contra esse processo e apresentando uma multiplicidade de alternativas ao desenvolvimento. Essas alternativas estão implicadas com receitas de cuidado com os corpos e com a terra, e envolvem uma verdadeira arte de atenção às cadeias de produção, consumo e descarte de tudo que precisamos para viver. Além disso, esses coletivos, diferente dos relatórios das grandes empresas produtoras de plástico do mundo, como a Braskem de Triunfo, nem sempre apostam no discurso do desenvolvimento sustentável, ou no capitalismo verde.



Indo ao encontro desses movimentos coletivos, o geógrafo Max Liboiron (2021), em sua trajetória de pesquisas nos Estudos do Descarte

(*Discard Studies*), nos leva a refletir sobre as relações que estamos estabelecendo com o lixo em diversas escalas e contextos situados de luta, construindo conhecimentos em uma perspectiva anticolonial e alinhada com povos indígenas da América do Norte. O autor, aprofundando as relações de descarte e poluição, entende que essas práticas, em relação com a terra, estão atualizando as formas de colonialismo.

Em uma análise sobre as práticas de poluição, ele defende que as narrativas que sustentam os nossos modos de descartar e de viver com o lixo hoje, foram construídas sob o argumento de evolução civilizacional. Segundo o autor, os outros povos, os habitantes que permanecem mais próximos dos seus próprios descartes e dos seus resíduos, são considerados “menos civilizados”, inclusive classificados como “coprofílicos”⁴⁰, e precisam, em uma conjuntura de políticas de globalização para o desenvolvimento sustentável, adotar padrões externos de gestão dos seus descartes (Ibidem, p. 75). É a partir do momento que acontecem esses intercâmbios desiguais de soluções para problemas que parecem semelhantes, que temos que lidar cada vez mais com as “alternativas infernais” que sustentam parte da “feitiçaria capitalista”.

Por “alternativas infernais”, Isabelle Stengers e Philippe Pignarre (2011) pontuam os modos de operação do capitalismo que aprofundi no capítulo anterior. Entendo essa noção, com os autores, como um conjunto de discursos e de fabricações que “se organiza e se monta com todas as peças, materialmente” para que o nosso horizonte de possíveis seja o de fazer escolhas indesejáveis. Geralmente irresponsáveis (no sentido de “irresponsividade”), essas alternativas se naturalizam enquanto uma verdade universal sustentada pelos Estados modernos, como o funcionamento do mercado, do progresso, do desenvolvimento etc. que fazem as pessoas escolherem localmente sem ter muitas escolhas, visto que estão já submetidas às “receitas” das organizações globais. Essas “alternativas infernais”, incorporam um “conjunto de situações formuladas e agenciadas de modo que elas não deixam outra escolha senão a resignação”⁴¹ (Ibidem, p. 24 - Tradução minha) elaboradas por um exército “que nem precisa fingir que serve ao progresso” (STENGERS, 2015a, s/p). Aceitar as alternativas infernais se torna uma obrigação, além de que o “ritmo das lutas é decidido pelo adversário, em um terreno de sua escolha”⁴² (STENGERS e PIGNARRE, 2011, p. 25 - Tradução minha). Entendo que essas fabricações, por exemplo, sustentam a hegemonia de uso do plástico, mobilizadas por uma relação ínti-

40. Coprofilia diz respeito a pessoas com interesse psicopatológico por fezes, de um modo geral.

41. “set of situations that seem to leave no other choice than resignation”.

42. “the tempo of struggles is decided by the adversary, on a terrain of its choosing”.

ma entre Estado, ciência e mercados ignoram a possibilidade de fazer cada vez mais da nossa vida o que Vilém Flusser chamou, nas décadas de 60 e 70 de uma “antropologia coprológica” ou de uma filosofia do lixo.

O pensador, naturalizado no Brasil, ensaiou um conjunto pioneiro de reflexões sobre consumo, durabilidade, patriarcado, tecnologia e ecologia que convergiam para a centralidade do lixo em nossas vidas. E não apenas o lixo material, mas o lixo cultural, simbólico e todo o mundo do tornado não-coisa, dos restos inconsumíveis, em sentido amplo, que seriam “partes determinantes da condição humana” (Flusser, 1972, p. 36). Nas reflexões do pensador sobre paisagem e lixo, ele entende que não existe realmente um fora para descartar e sacrificar, sobretudo porque nessa ficção da modernidade que objetiva um dualismo entre natureza e cultura, se produz um terceiro mundo, o do lixo, que já nos assombra e que vai cada vez mais nos fazer prestar contas, como já começamos a sentir no “Antropoceno”, onde “ruínas agora são nossos jardins” (TSING, 2018).

Distante disso, a noção de “governança” mobiliza e se apoia em um regime de conhecimento onde os dados informam as decisões, e as decisões têm impacto irreversível em nossas paisagens. Hoje, no momento em que o Estado governa operando através de uma racionalidade que se estrutura em dados, vejo a produção de indicadores e horizontes de desenvolvimento que são rapidamente tratados como consenso nas relações de poder que a ciência estabelece com o Estado, e que o Estado sujeita às pessoas; produzidos em redes de pesquisadores, políticos e empresários que pensam muito semelhante.

No contexto do projeto do aterro industrial na localidade do Pesqueiro, essas atividades de governança, repletas de “alternativas infernais”, são idealizadas em cima de padrões internacionais, como os da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), e os saberes populares das vizinhas e vizinhos que estão cotidianamente habitando junto a esses locais dos planos e projetos tem pouco valor, ou são escutados em um clima de condescendência e tolerância pelos governantes. As vizinhas e vizinhos não encontram um amparo de escuta na construção de outros cenários, acabam escutando o já clássico “sejamos razoáveis”. Esse problema fica evidente não só com os Planos Diretores Municipais, mas também com os processos de Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU), com os Estudos de Impactos

Ambientais (EIA/Rima) e outros estudos onde o que está em jogo é uma verdadeira disputa de saberes (e de mundos), embora mascaradas por um manto de “especialidade técnica” sobre a paisagem. Essas políticas de governança têm se mostrado, para mim, a partir da cartografia da paisagem, como uma trama de ações descuidadas, desatentas e irresponsáveis, no sentido de que não respondem com habilidade e atenção necessárias a esses problemas.

Ainda assim, no tempo das catástrofes, com a expansão das atividades urbanas-industriais-capitalistas por toda a superfície da terra, a legislação brasileira, considerada uma das melhores do mundo, nas palavras de Luís Alberto Basso e Roberto Verdum (2006), estabeleceu alguns parâmetros de licenciamento ambiental para atividades potencialmente poluidoras. Entre essas normativas, uma diretamente relacionada à paisagem, é o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo relatório de impacto ambiental, que já percorri no caso da ampliação da BR-386. Entretanto, quando nós, vizinhas e vizinhos envolvidos no processo contra o Aterro Industrial, entramos em contato com os estudos, não encontramos muito amparo nesse documento. A partir do momento que todo estudo e toda ciência produz a sua própria história, e no caso do Aterro, essa história envolve a suposição, como consta no EIA/Rima, de que nenhum habitante será diretamente impactado, buscamos rapidamente contrapor essa narrativa da empresa Proamb⁴⁹, responsável pelo empreendimento. Enquanto pesquisador, a indicação que encontrei de que nenhuma pessoa seria impactada diretamente por esse projeto de destinação final de resíduos sólidos Classe I e II me pareceu suspeita e nebulosa e, enquanto habitante da região, a exigência de mais participação política, responsabilidade ambiental e um diálogo transparente me pareceu o mínimo a exigir. As vizinhas e vizinhos, junto a ambientalistas e ativistas, reivindicou e criticou isso e muitos outros pontos desse estudo contratado pela empresa, como vou narrar no próximo subcapítulo.

Contudo, há algo mais amplo nessa problemática a explorar, que tem se tornado um *modus operandi* no Brasil e que se repete em muitos dos estudos de impacto e licenciamento ambiental: o fato de que as comunidades tradicionais, quilombolas, quilombolas e os diversos povos indígenas são frequentemente invisibilizados e excluídos dos estudos de licenciamento. Isso aconteceu com a Comunidade Kilombola Morada da Paz e com os povos kaingang que transitam pelo território de Triunfo e Montenegro, que, enquanto um povo com modos de vida nômade, não

49. A empresa tem sede em Bento Gonçalves- RS, e segundo o site: “Em 30 anos de atuação e pioneirismo, a Fundação Proamb desenvolveu tecnologia, estrutura e equipe técnica para hoje fornecer, por meio de suas unidades de negócios, ampla gama de serviços em soluções ambientais completas, eficazes e seguras”. Disponível em: <<https://shre.ink/mHKc>> . Acesso em: 15 Mar. 2022.

50. Recebi a notícia, através de uma parenta dos kaingang, que confirmava a permanência do povo no território, mas naquele momento estavam em uma temporada de trabalho pela região da serra do Rio Grande do Sul.

foram consultado⁵⁰. Antônio Bispo dos Santos, em crítica aos processos de licenciamento ambiental, me ajuda a pensar sobre isso ao falar que:

A Carta de Pero Vaz de Caminha é hoje traduzida para a linguagem dos EIA/RIMAS que, ao invés de analisar os reais impactos socioculturais e ambientais que esses projetos causarão ao meio ambiente e às populações locais, é utilizada como instrumento ideológico de promoção da recolonização – e é exatamente por isso que prefiro chamá-los de projetos de expropriação. (SANTOS, 2016)

Esse projeto, ao tramitar e ser aprovado pelo executivo municipal de Montenegro em 2020, não levou em consideração o artigo da Lei de Zoneamento n.º 5.883/2014 do Plano Diretor do município, que fala do “uso compatível com as condições de preservação da qualidade do meio ambiente, da paisagem e do patrimônio cultural, histórico e arqueológico”, visto que o empreendimento, como analisei e mapeei, se localiza em uma Macrozona Rural do PDDUA então vigente no município, o que impossibilita esse tipo de empreendimento e de outros empreendimentos que apenas seriam compatíveis, ainda que com limitações, em uma Zona Industrial do município. Junto com minhas vizinhas e vizinhos, fomos descobrindo outros projetos potencialmente irregulares pelas localidades da região que não cabem nesse relato. As justificativas sobre a aprovação em 2020, durante a antiga gestão da prefeitura, não foram expostas para os grupos que participo até o momento da escrita desse texto.

A caminhada de luta contra o Aterro Industrial me fez imergir em uma malha relacional de narrativas que mostram a disposição para a luta e os conhecimentos populares para pensar projetos e alternativas junto à gestão estatal que frequentemente os ignora. Percebo que as vizinhas e vizinhos estão dispostos a desenvolver outras formas de pensar e de se fazerem importar para os estudos e projetos dessas políticas. “Tratar” dos resíduos sólidos e dos descartes que resultam do desenvolvimento urbano, mais do que uma política pública normativa, envolve uma arte de ter cuidado com o mundo de coisas que materializa as nossas histórias de vida em meio a paisagem.

* * *



Fig. 34 - Ferro-velho, Fazenda Quadros, Montenegro (RS), 2021. **Fonte:** Autor.



Fig. 35 - Acostamento, Vendinha, Montenegro (RS), 2021. **Fonte:** Autor.



Fig. 36 - Shopping da Sucata, Fazenda Quadros, Montenegro (RS), 2021. **Fonte:** Autor.



Fig. 37 - Pedreira, Calafate, Montenegro (RS), 2022. Fonte: Autor.

4.2 O ATERRO INDUSTRIAL COMO UMA CAMINHADA DE LUTA PELA PAISAGEM

Na semana seguinte à notícia de que o projeto estava sendo aprovado e de que haveria uma assembleia pública agendada, fui com duas amigas, ambas pesquisadoras e aliadas, conversar com as vizinhas e vizinhos da localidade do Pesqueiro para ver o que estava acontecendo e como estavam se organizando em relação ao projeto do aterro industrial que se anunciava nos próximos meses. O que vimos, nessa visita, foi um desconhecimento geral dos habitantes sobre o projeto e o espanto com a notícia que estávamos trazendo.

Explorando a temática dos descartes sob um outro ponto de partida, mas relacionado à nossa cartografia, Caroline Barrueco (2015) no texto “Nada de valor está aqui” parte de uma notícia da primeira obra de engenharia para armazenagem de lixo radiativo na Finlândia, projetada para durar por cem mil anos, e nos convida a especular sobre as possibilidades e habilidades para responder a uma pergunta também feita por minhas vizinhas e vizinhos de Triunfo e Montenegro: “como poderemos garantir que civilizações futuras não entrem nos depósitos geológicos e conseqüentemente liberem todo esse material radioativo?”, ou nas palavras de meu vizinho Carlos, “*imagina uma criança daqui algumas décadas entrando ali no aterro desativado e abrindo as torneiras?*”.

No percurso de chegada pela localidade do Pesqueiro, já me atentei a uma intensa ecologia industrial materializada em indústrias

de plástico, pavilhões abandonados, redes de alta tensão e uma penitenciária estadual, e percebi uma paisagem muito diferente da que eu lembrava da última vez que eu tinha caminhado por ali, em uma festa no pavilhão comunitário da localidade. Ao conversar com as vizinhas e vizinhos, passando de casa em casa para dar a notícia do futuro empreendimento e da assembleia que estava agendada, fiquei sabendo que a empresa havia recentemente reservado o salão paroquial para transmitir a audiência. A empresa, como é comum nesses processos, estava mais interessada em ter espectadores para legitimar o processo do que de fato escutar a comunidade, visto que não orientou sobre como os moradores poderiam participar da audiência, como poderiam ser escutados e fazer a inscrição na assembleia online. Nesse contexto nebuloso de informações, fui entendendo, com as amigas que estavam comigo, que nosso objetivo ali, enquanto pesquisadoras e habitantes, com as credibilidades que carregamos desses lugares, era principalmente divulgar o projeto e orientar as vizinhas e vizinhos para se inscreverem e terem um tempo de fala na assembleia.

Nesse e em outros percursos pelas localidades, após conversar sobre o projeto, uma das preocupações que mais escutei, e que também compartilho com vizinhas e vizinhos, diz respeito às responsabilidades sobre algo que começo a cartografar enquanto “arquiteturas do descarte”, como a construção do Aterro Industrial, em uma perspectiva de longo prazo. Compondo em certa linha entre os estudos do descarte e da arquitetura, o professor Fernando Freitas Fuão, em sua pesquisa-intervenção de longa data, vem refletindo sobre as economias do lixo e sobre o “feitiço das embalagens” (em amplo sentido) que incorporamos nas nossas vidas. O arquiteto, fazendo uma crítica dos modos de vida da modernidade, vem produzindo uma filosofia do “(i)mundo”, e parte do entendimento de que:

Ao se afastar o lixo e ao colocá-lo para fora das relações de uma sociedade asséptica e hierarquizada, ele foi necessariamente se aproximando dos excluídos, dos não cidadãos, daqueles que vivem às margens das cidades, fora dos muros, nas vilas, na periferia da periferia, nos limites das cidades, no espaço cinza entre uma cidade e outra. (FUÃO, 2015, p. 63)

A partir do momento que o processo do Aterro Industrial da lo-



Fig. 38 - Localização do terreno do Aterro Industrial. Fonte: Autor.

calidade do Pesqueiro, nas divisas dos municípios de Triunfo e Montenegro, me fez mergulhar nessas problemáticas que se acumulam na sujeira debaixo do tapete da região metropolitana, fui instigado a pesquisar mais sobre o tema e realizar uma imersão na literatura sobre o tema. Depois dessa pesquisa, percebo que as teorias de arquitetura e do urbanismo, em geral, não dão conta de uma categoria ou agrupamento tipológico-conceitual mais amplo que se aproxime do que estou cartografando, embora essas construções estejam cada vez mais por toda a parte: aterros sanitários, armazéns de lixo radioativo e hospitalar, cemitérios, fossas sanitárias etc. Essas “arquiteturas do descarte”, seriam arquiteturas que instauram uma “alternativa infernal” de destinação final para toda a sujeira e desordem de resíduos que produzimos. Elas sustentam, no momento em que nos permite tapar nossos olhos para a sua destinação e não nos responsabilizar por nossos descartes, que o estilo de vida consumista da urbanidade e da modernidade que critica Fernando Freitas Fuão (2015) continue.

Em pesquisas dos estudos ambientais voltadas para conflitos socioambientais, encontro a noção de “zonas de sacrifício” de Henri Acsel-

rad (2004), muito próxima ao que venho percebendo. Segundo o autor,

(...) nestes locais, além da presença de fontes de risco ambiental, verifica-se também uma tendência a sua escolha como sede da implantação de novos empreendimentos de alto potencial poluidor. (Ibidem, p. 12)

Na audiência pública sobre o projeto, as preocupações das vizinhas e vizinhos sobre o passivo ambiental do empreendimento eram constantes. Na localidade de Pesqueiro mesmo as pessoas já sofrem diariamente com os descartes do esgoto a céu aberto da Penitenciária Modulada Estadual, que segundo um vizinho, criador de gado, teve “grande condenação de animais, quando vão para abate, em função de doenças contraídas quando eles tomam essa água”⁵¹. A FEPAM e a equipe técnica da empresa nos trouxeram poucas respostas. Para além da invisibilização dos habitantes do entorno, das mulheres quilombolas e do povo indígena, o descuido e a indiferença com os animais e com as áreas de preservação ambiental do terreno do empreendimento que carrega a marca de “sustentável” me espantou e foi uma narrativa frequente entre vizinhas e vizinhos. Maria Rita, uma vizinha que é ativista pelos animais na região, comenta que

Eu vi alguém falar que ali não existe nenhum animal em extinção. São 46 mil metros quadrados (...) existem várias espécies vivendo ali, um ecossistema formado, então quer dizer que se não está em extinção pode ser exterminado? (...) E o que vai ser feito daqui a 100 anos quando essa usina estiver desativada, é capaz de ninguém saber o que é lixo tóxico ou sei lá o que.

Caroline, a cientista cidadã do texto especulativo que evoquei, me leva a uma retrospectiva material-semiótica de transformações e permanências que o nosso planeta já enfrentou nos últimos cem mil anos, incluindo “uma era glacial e um vulcão que quase extinguiu a humanidade” e ousa trazer, a partir de uma pesquisa historiográfica, a hipótese semelhante a de Maria Rita, de que é muito provável “que a linguagem será diferente, os idiomas que conhecemos não vão mais existir” e que o próprio entendimento conceitual do que é uma coisa “radioativa” e “contaminada” vai desaparecer, embora fazendo ver o

51. Notícia sobre a situação de contaminação na localidade do Pesqueiro. Disponível em: <<https://shre.ink/mH4Z>> . Acesso em: 21 Mar. 2022.

fato científico de que lixo radioativo descartado, tal como o conhecemos, continuará sendo altamente perigoso.

Roberta, uma parente que já trabalhou em outra sujeira debaixo do tapete, no Pólo Petroquímico, hoje vive da agropecuária na localidade de Rua Nova, onde está construindo um empreendimento rural com seus filhos. A aposentada conta que tem uma propriedade rural há 2km do terreno do projeto, e demonstra insatisfação com fato de não ter sido consultada pelo estudo, além de vários receios em relação aos impactos do Aterro para as mais de mil famílias e parentes que vivem das economias rurais na região:

Eu tenho um pomar de produtos orgânicos, eu tenho horta, eu tenho toda uma estrutura para meu bem viver e para vender para as pessoas um produto diferenciado, e isso não vai acontecer. Porque o Arroio Calafate passa dentro da nossa propriedade, divide a nossa propriedade, e isso vai dar vários danos no futuro.

A relação dos habitantes com a água, encontra nas práticas de planejamento e gestão propostas pelo Estado, uma produção de ilegalidade e de informalidade. Isso ficou evidente para mim no momento que as vizinhas e vizinhos descobriram que seus poços artesianos, que poderiam ser afetados pelas contaminações do novo projeto, não estavam cadastrados e não foram levados em conta nos estudos de impacto ambiental do empreendimento. Logo, se não estão cadastrados, não participam do rito de pesquisa que dá vida ao estudo. A gestão municipal e estadual, apesar do trabalho sério da Corsan, que também conheci melhor nesse processo, no que diz respeito ao saneamento básico das localidades de estudo, apenas trata da questão nos termos de controle e de burocracia, e não em sentido de cuidado, de atenção, de tratamento mesmo da água. Se não há abastecimento de rede pública de água nas propriedades da região, de que forma as famílias sobreviveriam ali por tantas décadas?

Essas caminhadas de luta pela paisagem me mostram que, diante desse tempo das catástrofes, como diria Isabelle Stengers (2015b), “trata-se de abandonar o sonho de um Estado protetor do interesse de todos” (Ibidem, p. 67), visto que na união entre o Estado, os mercados e a ciência, frequentemente nos resta a sujeição a regras e normas padronizadoras e universalizantes, em muitos casos cegas aos anseios

do vivido e produtoras de ilegalidade para as vizinhas e vizinhos das localidades. A pesquisadora Deborah Bronz (2020) vem apontando que nas assembleias públicas, o que o estado providencia é uma espécie de “cena participativa do licenciamento ambiental” que serve como uma oportunidade para os atores responsáveis pelos empreendimentos e para certos atores políticos darem visibilidade a seus projetos e suas ideologias. Isso vai na linha de algo que uma vizinha conhece bem, ao comentar, já cansada de esperar, que *“a prefeitura não nos escuta, não resolve os nossos problemas, só aparece em época de eleição ou quando a mídia tá metida”* ao que outro vizinho complementa que eles (a prefeitura, a empresa) *“vem sempre já com a solução pronta”*. O prefeito, vestindo a camiseta de um de nossos “responsáveis” por toda gestão e proteção dos bens comuns, respondeu algo mais ou menos assim: *“eu sou só um (...) não dou conta de tudo”*, e insiste que os habitantes deveriam se engajar e se organizar mais, participar mais das atividades da prefeitura, para depois não reclamarem.

O que o processo do aterro industrial, com as mobilizações e os encontros na composição de vizinhas e vizinhos do entorno do empreendimento, acadêmicas, kilombolas e ambientalistas me mostra são pistas para uma noção de ecologia bem mais ampla que a atrelada aos modelos de sustentabilidade, e mais próxima do que Félix Guattari chamou de “ecosofia”. Para o autor, a conotação de ecologia “deveria deixar de ser vinculada à imagem de uma pequena minoria de amantes da natureza ou de especialistas diplomados” (GUATTARI, 1997, p. 37). A ecologia política mobilizada pelas narrativas de desenvolvimento sustentável, no meu entendimento, acaba frequentemente reproduzindo um modelo de planejamento urbano elitista e excludente, um planejamento urbano *green* e *smart*. Agora, quando vejo os planos diretores e os *masterplans* fazendo uso desses enunciados relacionados ao desenvolvimento sustentável, percebo se atualizarem, nas entrelinhas, formas de colonização da terra e dos territórios com novas “imagens-síntese de desenvolvimento”, imagens que mobilizam um léxico de políticas onde não tem lugar para as “ecologias de práticas” das minhas vizinhas e vizinhos e as paisagens que habitam.

Para fazer ver a urgência das operações de “arquiteturas do descarte” que se espalham pelas paisagens à margem do desenvolvimento metropolitano, próximo ao meu contexto de estudo, está acontecendo um processo muito semelhante ao que estamos enfrentando. No mu-

nicípio de Taquari, que já foi parte do município de Triunfo e que fica aproximadamente a 30 km da localidade de Vendinha, os habitantes também estão se organizando para enfrentar um Aterro Sanitário, em um processo muito semelhante ao projeto do Pesqueiro, onde também foram pegos de surpresa. O empreendimento da empresa *Sustentare Saneamento* quer se implantar na localidade rural de Linhas Amoras, e segundo as histórias que ouvi, além da falta de transparência e do uso das “alternativas infernais” que já me são familiares, também apresenta risco de contaminação das nascentes e dos poços artesianos que são utilizados diariamente para o consumo das famílias de suas agriculturas. Segundo o que fala o vizinho Regis Amaral, o município “*é uma grande potência em produção de mel orgânico, a apicultura é muito forte na nossa região, se abelhas forem expostas a uma ‘lagoa de chorume’, elas vão morrer, e nós vamos perder a produção de mel*”⁵². Além dos projetos de Montenegro e Taquari, também fico sabendo de uma proposta na zona rural de Viamão, muito próxima a aldeia indígena Guarani do Cantagalo.

Nessa caminhada de luta que me une a vizinhas e vizinhos, Donna Haraway (2016) me ajuda ao elaborar a noção de “presente espesso” (*thick present*) como uma composição de práticas-encontros-enlaces onde nos permitimos evocar e fazer visível as relações em que estamos implicados e de que maneiras nos afetamos uns aos outros em nossos contextos situados de vida, em nossas paisagens. A partir da composição de uma nova diferença a partir do encontro de nossas diferenças, “todo processo de luta desfaz um território existencial e instaura outros simultaneamente” (GUATTARI, 1987). Tenho certeza que as políticas de desenvolvimento sustentável, suas técnicas e seus técnicos de sustentabilidade estão sempre convidados a descer de seus escritórios, escutar, aprender e fazer diferente com as histórias de meus vizinhos e vizinhas.

Voltando ao que narra a notícia sobre o depósito para lixo nuclear que inicia este subcapítulo, as pesquisadoras e pesquisadores envolvidos para buscar uma resposta ao problema de cem mil anos chegam a uma alternativa possível que é quase de ficção científica, ou uma cama-de-gato (*cat’s cradle*) nos termos de Donna Haraway, que envolve impacto ambiental, psicologia cognitiva, biotecnologia, antropologia, arquitetura e principalmente, a arte de contar histórias. A proposição seria a seguinte: a fabricação laboratorial de uma espécie de gato radioativo, que ao se aproximar do depósito de lixo nuclear muda de cor. Mas

52. Relato disponível na notícia sobre as mobilizações dos moradores contra o Aterro Sanitário de Taquari. Disponível em: <<https://shre.ink/m7st>> . Acesso em: 21 Mar. 2022.

isso não garantiria segurança o suficiente, visto que, pensando também que nos próximos cem mil anos, o conceito de radioatividade poderá se perder, seria necessário propagar, como folclore, canção, lenda ou *meme*, “a ideia de que quando um gato radioativo muda de cor, algo ruim aconteceu”. Como tento mostrar no próximo subcapítulo, é permanecendo junto a esse tipo de produção de conhecimento, em narrativas e práticas cotidianas que envolvem uma multiplicidade de saberes que essa cartografia tem encontrado vida nas paisagens.

* * *

4.3 LIDANDO COM AS NOSSAS PRÓPRIAS SUJEIRAS

Seu Zé chegou à região de Triunfo depois de algum tempo tentando trabalhar nas indústrias dos bairros Floresta e São Geraldo, em Porto Alegre. Sua esposa e viúva, Dona Carine, me conta que o casal, que já havia migrado nos anos 50 da zona rural de Santo Antônio da Patrulha para uma vila da periferia da zona norte de Porto Alegre, costumava passar os dias de verão acampando próximo ao Rio Jacuí. Ela me conta que começou a sentir que os dias de férias no rio não estavam sendo o suficiente para descansar da vida na cidade grande. Certo dia, então, ela decidiu que não voltaria mais para Porto Alegre, iria vender o pouco que tinham e *“ficar ali acampada esperando o Nego buscar a mudança”*. Para ela, não tinha negociação. A partir da mudança, o casal começa a experimentar os desafios de habitar uma nova paisagem, vivendo da pesca, da agricultura de subsistência e de bicos de todo tipo: *“foi tudo muito difícil. anos sem luz, comendo lambari, traíra, pirão dia e noite e ainda tinha as enchente (...) fomos ter nossa primeira geladeira lá no fim dos anos 80”*.

Na mesma conversa, entre relatos de comparação entre os modos de vida da cidade e do campo, o que me chamou atenção foi o fato de que Seu Zé e Dona Carine, após alguns meses de trabalho nas obras de construção do III Pólo Petroquímico e nas cozinhas industriais do empreendimento, respectivamente, viveram boa parte de suas vidas

sustentando seus 6 filhos “*sem patrão*”, e Dona Carine me pontua isso com frequência em nossa conversa, que ao longo dos anos, o casal “*se virava*”, “*tentamo de tudo*”, “*sem ninguém mais pra mandar*”, “*sem dever satisfação pra ninguém*”. Essas histórias de quem abandona a vida nas grandes cidades para “se virar” na região, com bicos e trabalhos de todo tipo, enquanto experimentam uma nova liberdade ao experimentar outras práticas com a agricultura são mais comuns do que eu imaginava. No final dos anos 80, na mesma época em que o casal comprou a primeira geladeira, Seu Zé começou a trabalhar como catador de lixo, todo dia com a carroça e seu companheiro Tostado nas estradas da região. Dona Carine me conta que:

(...) ele trabalhou uns 10 anos com a carroça, tirando lixo, mas foi porque o pessoal começou a reclamar que não tinha lixeiro, aí ele começou a carregar com a carroça pra ajudar e fazer um troco (...) ele vendia prum cara lá de Eldorado do Sul que buscava de vez em quando, buscava papel, plástico, ferro, vidro e alumínio. Tudo que tinha valor ele vendia, aí ele tinha um depósito também aqui no pátio e ele guardava o que achava que ainda ia usar.

A frente do pátio e o quintal da Chácara Santo Antônio, como me conta Dona Carine, foi se transformando em um galpão de triagem a céu aberto, e por todo canto que ela olhava havia sacos com latas de alumínio e garrafas PET, além de resto de móveis, tocos de madeira, peças descartadas e cacarecos de toda natureza que seu falecido marido pretendia utilizar em alguma coisa. Além de catador, ele também era observador de pássaros, pescador, jardineiro e poeta, e nas árvores da chácara sempre se via placas com frases de humor, de motivação e de críticas sociais. Na hora que escuto essas histórias, penso na imagem de um quintal maior do que o mundo, como disse Manoel de Barros em “O apanhador de desperdícios” e a paisagem, a partir dessa linha de reprodução da vida com os trabalhos com os descartes, me leva a pensar, retomando Tim Ingold (2015), nos termos de um mundo de materiais, que incluem a terra, as pedras, as árvores, os restos de móveis, alumínio, os rios, os animais etc. Num mundo de materiais, lembra o pensador, “onde quer que a vida esteja acontecendo, eles estão incansavelmente em movimento – fluindo, se deteriorando, se misturando e se transformando” (Ibidem, p. 61). Para o autor, “em um mundo onde há vida, a

relação essencial se dá não entre matéria e forma, substância e atributo, mas entre materiais e forças” (INGOLD, 2012, p. 26).

Hoje, a indústria petroquímica, incluindo o complexo do III Pólo Petroquímico do Sul, que Seu Zé ajudou a construir, é responsável por grande parte dos insumos disponíveis no comércio de todo mundo, responsável pelo desenvolvimento produtivo e tecnológico de economias cotidianas de consumo e descarte de energia fóssil, em especial com o predomínio massivo das embalagens de plástico, material produzido no III Pólo Petroquímico⁵³. Seu Carlos e Dona Neusa, habitando entre as localidades de Vendinha e Fazenda Quadros, têm muito a compartilhar sobre um outro lado desse mundo do lixo. O casal de idosos, que até pouco tempo fabricavam produtos de limpeza caseiros, reaproveitando as garrafas de refrigerante como embalagem e vendendo nas estradas da região em sua Kombi, hoje envolvem toda a vida no Shopping da Sucata, empreendimento onde fazem a coleta de diversos materiais descartados, desde ferragens industriais, lixo reciclável, eletrodomésticos estragados, restos de obras, cacarecos etc. O local de 3.000m², em contraste com as “arquiteturas brutais” que narram parte da região, foi construído a partir do uso de lixo e objetos reciclados. Por todo lugar que olho, há mensagens e palavras de fé compartilhadas com Deus, como conta Carlos, que diz frequentemente que “*uma coisa me dizia*” para construir em tal e tal forma, revelando táticas e maneiras de fazer (CERTEAU, 1994) para além das práticas de construção modernas e das pré-fabricações que modelam os pavilhões industriais da região.

Nessa prática do casal, que já conta com vários colaboradores, tudo é reutilizado, e o contraste dos modos de resolver a vida com as outras economias do desenvolvimento metropolitano se estendem pela presença forte das linhas de religiosidade, articulada em saberes arquitetônicos situados, em sabedorias da sucata. Ao habitar em meio à sujeira debaixo do tapete da Região Metropolitana de Porto Alegre, o lixo e os restos são materiais de subsistência vernaculares, se tornando quase um bem comum entre vizinhas e vizinhos. Entrando alguns metros ao centro do empreendimento do casal, um “Globo da Terra” em estrutura esférica de 3 pavimentos construídos cuidadosamente com 4 mil garrafas, onde dizem que estão “*os segredos de tudo que existe na Terra*”, e pode ser acessado por um passaporte de 5 reais. Essas bricolagens espetacularizadas competem com os *outdoors* de grandes marcas presentes em frente, ao longo da rodovia, criando outras paisagens metro-

53. A Braskem, empresa com sede em Triunfo, é uma das 10 maiores produtoras de plástico do mundo, segundo o Plastic Waste Makers Index de 2020. Disponível em: <<https://shre.ink/m70Q>> . Acesso em: 13 Abr. 2022.

politanas, e nos obrigando a perceber, ao passar pela rodovia, os restos e descartes envolvidos nas ecologias de consumo de plástico que compartilhamos em comum. O Shopping da Sucata, de fato, inscreve uma paisagem singular que “nenhum engenheiro” conseguiria fazer, como narra Carlos com orgulho.



Para além das arquiteturas, os artesanatos com sucata e com os resíduos descartados também aparecem em minha cartografia. Eliseu tem um brique rural de todo tipo de coisa, que também é seu atelier e é onde modela manualmente peças singulares em pedaços descartados de eucalipto, tudo em estilo “campeiro” e “rústico”. A loja-atelier, toda decorada com peças antigas de carro e velharias industriais, vende sob encomenda placas de madeira de identificação e de humor, placas de sítios, porta-espeto, bancos de jardim, mesas, tábuas de cortar, rodas de carreta reformadas etc. Foi algo próximo disso, suponho, que Michel de Certeau (1994) estava pensando quando apontou a “sucata” enquanto uma prática de dissimulação, que a partir dos restos da ordem dominante efetiva das coisas, se mobiliza “pelo prazer de inventar produtos gratuitos destinados somente a significar por sua obra um saber-fazer pessoal” (Ibidem, p. 87-8). Segundo o autor, é nos golpes dessas artes dissimuladas da sucata onde se encontra uma tenacidade de uma cultura popular que não se deixa capturar, uma cultura que se pratica de modo relacional, desviante e tentacular.

A partir do momento que a caminhada contra o Aterro Industrial me fez prestar a atenção aos modos que a gestão pública lida com as sujeiras e os descartes do desenvolvimento metropolitano na paisagem, vou percebendo que esse conjunto de práticas de experimentação e invenção narradas até aqui envolve, sobretudo, uma arte de ter cuidado com o mundo, como fala Isabelle Stengers (2015b). De fato, o que as vizinhas e vizinhos que participaram das articulações contra o aterro mais reclamam é o fato de estarem recebendo o lixo industrial de outros municípios, de estarem cada vez mais virando local de descartes, de lixo vindo de outros habitantes, *“pra cá vêm os restos que eles não conseguem lidar”* como disse Lúcia dias antes da assembleia do projeto. Hoje, lembro das diversas campanhas de reciclagem promovidas pela Braskem em minha escola que participei quando criança, e começo a especular se a própria narrativa de sustentabilidade a partir da reciclagem que a empresa utiliza não é mais uma forma de manter uma sobrevivência para sua própria produção, sua vida. A reciclagem, por essas grandes empresas, parece uma estratégia de marketing que vende a ideia de que *“o nosso plástico pelo menos é reciclável”*.

Agora, atento às possíveis maneiras de meus vizinhos e vizinhas lidarem com as suas próprias sujeiras, uma das práticas que envolve o mundo dos resíduos e que com o tempo fui conhecendo é a prática da compostagem. Neiva, uma das filhas de Seu Zé e de Dona Carine que apresentei no início deste subcapítulo, além de artesã, é uma amiga sensível e atenta aos problemas ecológicos em sua paisagem. Em uma das visitas, ela me mostra, no fundo da chácara, as valas de compostagem construídas por seu pai que ainda tenta usar: são valas parecidas com grandes floreiras de concreto, com perfurações de onde saem canos que levam o acúmulo de água para um açude. Nessa *“arquitetura de descarte”*, que é comum, embora sempre diferente, em algumas propriedades rurais da região, todos os restos orgânicos do dia a dia são incorporados e misturados. Além disso, alguns vizinhos de Neiva e de sua mãe aparecem no portão quase todo dia com restos de alimentos, baldes de grama cortada e hortalças amareladas para alimentar as galinhas ou para depositaram na composteira, compondo uma malha de vizinhos composteiros/compositores que tratam seus resíduos orgânicos.

Donna Haraway (2016) entende que em nosso tempo os humanos também são agentes geológicos, e nos convida a pensar em formas de permanecer implicados com os nossos problemas e com os nossos

54. Mais sobre o projeto Crochet Coral Reef pode ser encontrado no site: <https://crochetcoralreef.org/>

55. “We are humus, not Homo, not anthropos; we are compost, not posthuman”.

57. “human beings are not in a separate compost pile”.

58. “Critters- human and not - become-with each other, compose and decompose each other, in every scale and register of time and stuff in sympoietic tangling, in ecological evolutionary developmental earthly worlding and unworlding.”

próprios incômodos, ruídos, barulhos e sujeiras. Além de nos apresentar o Crochet Coral Reef⁵⁴, que consiste de um projeto feminista de arte, artesanato e ciência colaborativa com o objetivo de reunir mulheres para crocheter corais junto a peças de lixo, a bióloga nos convida a pensar alternativas ao "Antropoceno", ao humanismo vigente e ao pós-humanismo que alguns insistem em defender, afirmando que “somos húmus, não Homo, nem antropos; somos composto, não pós-humano”⁵⁶ (Ibidem, p. 55 - Tradução minha). Afinal, de um ponto de vista da problemática da decomposição e da reutilização de resíduos, nossos corpos são resíduos como todos os outros, “os seres humanos não estão em uma pilha de compostagem separada”⁵⁷ (Ibidem). A autora, em sua filosofia do húmus, defende que:

Criaturas- humanas e não-humanas - tornam-se umas com as outras, compõem e decompõem umas às outras, em todas as escalas e registros de tempo e de coisas em emaranhados simpoiéticos, na mundanização e desmundanização do desenvolvimento evolutivo ecológico⁵⁸. (HARAWAY, 2016, p. 97)

A prática de compostagem de minhas vizinhas se torna uma malha comunitária de vínculos multiespécies que envolve bactérias, plantas, legumes, galinhas, minhocas, peixes e vizinhas idosas da qual Neiva conta com orgulho, ainda que nessas histórias da paisagem de vez em quando sobre algum sofrimento para as minhocas, que nos finais de semana são coletadas por amigos e parentes para a pesca no rio Jacuí. Neiva me conta que, há quatro décadas atrás, as minhocas inclusive eram comercializadas por ela e pelas irmãs para as pescadoras e pescadores de fora que passavam, e o dinheiro era utilizado para a compra de materiais escolares das irmãs. “Vende-se minhocas”, tinha até uma plaquinha na chácara.

A partir dessa pequena malha de histórias diversas de responsabilidade com os resíduos nas paisagens de estudo, diante do “tempos das catástrofes” que fala Isabelle Stengers (2015b), arrisco brincar com um trava línguas sobre as práticas de compostagem: composteiras compõem composições. A compostagem, enquanto uma “ecologia de práticas”, é uma maneira de “lançar nossa sorte a algumas maneiras de viver e morrer e não outras” (STENGERS, 2014). Habitar o mundo, sobretudo, “é se juntar ao processo de formação” como diz Tim Ingold (2012, p.

31). Esses conhecimentos populares experimentados e experienciados nas objetividades situadas das vizinhas e vizinhos da região são conhecimentos produzidos e reproduzidos porque houve, nesses processos, a criação de um vínculo que antecede a busca por respostas demandadas por lacunas de conhecimento.

* * *

Essas narrativas da paisagem me mostram que, se por um lado vejo uma governança de limpeza urbana alicerçada em indicadores padronizados de um planejamento urbano e regional que nega, deposita ou “afasta tudo aquilo que não se quer ver” (FUÃO, 2015, p. 63), com seus aterros industriais, ferros-velhos, lixões, espaços de destinação final e todo o aparato disciplinar de “alternativas infernais” do capitalismo, por outro lado vejo o lixo nas paisagens de estudo transformado de objeto a coisa viva que atenta a seus efeitos sobre um mundo em comum. Enquanto o estado organiza e arquiteta projetos para lidar com os descartes de indivíduos cada vez mais usuários e consumidores, parte das vizinhas e vizinhos da região se organizam e se misturam com as suas próprias sujeiras. Para quem vive em relação de pertencimento com a terra, para quem cuida e cultiva os seus próprios alimentos, não há o “direito de não ter cuidado” dos modernos que fala Isabelle Stengers (2015b).

O trabalho com os restos e descartes da sociedade, nas histórias de Seu Zé, Dona Carine, Neiva, Eliseu, Carlos e Dona Neusa carregam uma dimensão ética e estética inventiva, uma objetividade parcial de quem prefere, ainda que sem ter muita escolha, não fechar os olhos ou dar as costas as ruínas do mundo como o conhecemos e experimentar maneiras de permanecer implicados com esses problemas e com as respostas possíveis, como uma boa ciência pode ser (HARAWAY, 1995). Assim, ao instaurar novos regimes de uso e de valoração para os resíduos a partir de práticas de cuidado, cultivo e de atenção, meus vizinhos recriam e se organizam contra uma política estatal onde uma “alternativa infernal” é repetidamente proposta. Nessas linhas de vida, meus vizinhos e vizinhas lançam novas perguntas sobre a paisagem, se arriscam em novas economias, se compõem e decompõem em novas “ecologias de práticas” e alternativas ao desenvolvimento sustentável capitalista.



Fig. 39 - Shopping da Sucata, Fazenda Quadros, Montenegro (RS), 2015. **Fonte:** Autor.



Fig. 40 - Shopping da Sucata, Fazenda Quadros, Montenegro (RS), 2022. **Fonte:** Autor.



Fig. 41 - Cortando restos de alimento, Vendinha, Triunfo (RS), 2020. **Fonte:** Autor.



Fig. 42 - Composteira, Porto Batista, Triunfo (RS), 2020. **Fonte:** Autor.



Fig. 43 - Horta, Vendinha, Triunfo (RS), 2015. **Fonte:** Autor.



Fig. 44 - Horta de quintal, Triunfo (RS), 2020. **Fonte:** Autor.

5. DOIS DIZERES-PAISAGEM METROPOLITANOS

Em uma visita ao Instituto Estadual do Livro, localizado na Rua André Puentes, em Porto Alegre, fui em direção às prateleiras de livros “pegue e leve” procurar se havia algum que me interessasse, como costumo fazer quando passo pelo bairro Independência. Eis que de início me chama a atenção uma capa que ilustra uma “arca de noé”, do livro Manual de Emergência para Desastres Ambientais no Rio Grande do Sul (1994). A publicação, produzida como cartilha para orientar a população e as autoridades políticas sobre os modos de lidar com eventos catastróficos específicos, reúne uma lista de 10 possíveis desastres que podem acontecer no estado do Rio Grande do Sul. Como primeiro acontecimento catastrófico do livro, não me espanto ao encontrar o Pólo Petroquímico do Sul de Triunfo. Entre as orientações do livro, há a explicação de que “na verdade, o principal risco que os petroquímicos oferecem à sociedade não está dentro do Pólo, mas nos trens, navios e caminhões de transporte” (1994, p. 10). Nas páginas seguintes, a publicação segue apresentando outros diversos riscos, como o

(...) belíssimo Parque de Proteção Ambiental da Companhia Petroquímica do Sul (Copesul) foi montado ao redor da principal bacia de contenção. Se acontecer um vazamento interno, será grande a possibilidade de contaminação das centenas de espécies vegetais

e animais que ali vivem. (Ibidem, p. 9)

O que de fato me espantou, ao folhear o livro, é perceber que em quase todos os outros nove capítulos, como em “Refinaria Alberto Pasqualini”, “Vazamento de Material Perigoso na Água”, “Cargas Perigosas em Rodovia”, “Cargas Perigosas em Ferrovias”, os desastres também tinham uma relação íntima e situada com o empreendimento petroquímico da minha região. É como se o Pólo Petroquímico do Sul e toda sua cadeia de fluxos produtivos-logísticos fossem construídos como uma paisagem experimental de possíveis e prováveis desastres ambientais. Esse e outros capítulos sobre os riscos inimagináveis de desastres envolvendo o complexo petroquímico me faz pensar, expandindo os efeitos dessas infraestruturas, para refletir sobre nosso modo de vida industrial e sobre a conjuntura de incertezas planetárias, que a intrusão de Gaia sobre a qual nos fala Isabelle Stengers, de certa forma, se coloca como um fenômeno democrático e “cega aos danos que provoca” (STENGERS, 2015, p. 37). Os desastres ambientais do livro, assim como a intrusão de Gaia, afetam toda a população em suas áreas de impacto. Contudo, é muito provável que em contexto de desastre ambiental, as populações das classes mais altas serão as primeiras a subir nas arcas de sobrevivência, ou as primeiras a buscar modos de abandonar esse barco que chamamos de planeta.



A "intrusão de Gaia", as mudanças climáticas que estamos enfrentando, segundo Isabelle Stengers (2015b), deixou de ser uma previsão alarmista. Por todos os cantos do planeta, povos em diferentes

contextos, incluindo os e as habitantes das localidades de Triunfo e Montenegro, vão constatando a certeza de que a época mudou, que estamos vivendo em constante Emergência Climática. Para a autora, é importante nomear Gaia como um ser, como um conjunto impensável e imprevisível de relações e efeitos que possibilitam incontáveis espécies coexistirem como um “planeta vivo”. Gaia, essa forma inédita de transcendência, uma “mãe temível”, instaura sobre nossas vidas e nossas práticas um regime de imprevisibilidade sem precedentes. Ela não nos pede nenhuma resposta; ela se mobiliza por um agenciamento de forças e processos materiais “indiferentes aos nossos pensamentos e aos nossos projetos”. Pensando nesse duplo devir planetário, que conjuga Gaia e capitalismo,

(...) a brutalidade de Gaia corresponde à brutalidade daquilo que a provocou, a de um “desenvolvimento” cego às suas consequências, ou, mais precisamente, que só leva em conta suas consequências do ponto de vista das novas fontes de lucro que elas podem acarretar. (...) Lutar contra Gaia não tem sentido, trata-se de aprender a compor com ela. (STENGERS, 2015b, p. 47)

Nesta cartografia, nos caminhos de entender uma pequena parcela dessa conjuntura planetária a qual todos e todas as viventes estão imersas, sinto a necessidade de nomear dois dizeres-paisagem. Dizeres-paisagem são enunciados que me levaram a refletir, a partir da produção de um conhecimento narrativo sobre a paisagem, sobre as práticas das minhas vizinhas e vizinhos, as práticas das técnicas e técnicos de planejamento urbano, as práticas de políticas e políticos e de economistas em meu contexto de estudo, nas ruínas do desenvolvimento metropolitano. Narrando a paisagem, tento fazer ver as ruínas e os fragmentos que não cabem dentro de sínteses, mas que sustentam uma discussão. Neste capítulo, então, retomo alguns das autoras e dos autores dos estudos da paisagem e, após a caminhada de pesquisa e as reflexões das montagens anteriores, tento contribuir com algo a mais, com uma discussão.

As paisagens que mostrei até aqui são narrativas, conjugam misturadamente os até então chamados aspectos “naturais” e “construídos”, e narrar as experiências mais intensas que vivi na cartografia, como fiz nos ensaios cartográficos que compõem as partes 3 e 4, me fez

perceber que essas operações de produção de paisagem, incorporadas nos processos de urbanização em curso, produzem desordens ecológicas históricas e transescalares íntimas à intrusão de Gaia, e delas emergem dizeres-paisagens.

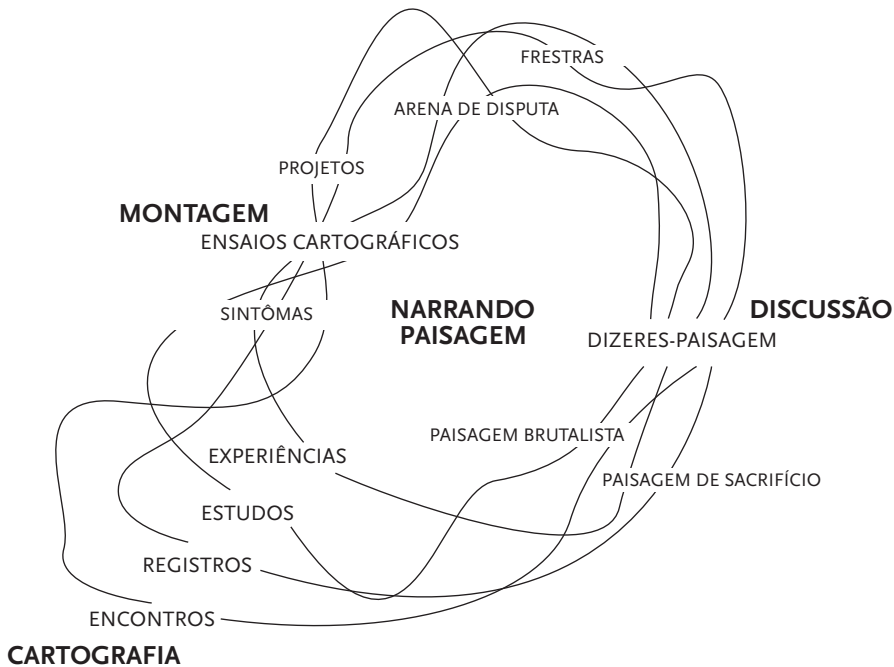


Fig. 45 - Percurso da cartografia aos dizeres-paisagem, 2022. Fonte: Autor.

Bartalini (2018) critica a adjetivação indiscriminada do uso da paisagem enquanto parte dos processos de objetificação da paisagem, “paisagem urbana, paisagem rural, paisagem industrial” (Ibidem, p. 22), concordo com ele, mas também entendo que em determinadas conjunturas precisamos arriscar nomear. Entendo hoje que narrar, do mesmo modo que nomear, não é necessariamente fixar, “não é dizer a verdade, e sim atribuir àquilo que se nomeia o poder de nos fazer sentir e pensar no que o nome suscita” (STENGERS, 2015b, p. 37). A narração, ao trazer para o debate um dizer-paisagem, depende da abertura para um escutar-paisagem, e certamente impacta um fazer-paisagem, com todo tipo de efeito, obrigação, cuidado e responsabilidade que isso implica, afinal, “a paisagem nos faz pensar de certa maneira, e algumas ideias nos vem exatamente da paisagem” (BERQUE, 2016, p. 7).

A partir disso, os dizeres-paisagem são como pistas da paisagem. É um modo de sistematizar essas experiências e me ajudam a pensar sobre as questões de pesquisa que eu carrego: como a produção de narrativas da paisagem em meu contexto de estudo, às margens da urbanização metropolitana, podem tensionar os estudos e as práticas do

planejamento? Como olhar para as práticas cotidianas que perfazem as paisagens e constituem a sujeira que vai para debaixo do tapete metropolitano? Como narrar essas paisagens?

Nesse sentido, muitas das histórias que escutei e muitos dos movimentos que percebi na caminhada diziam respeito a modos de habitar uma paisagem em meio aos processos emergentes de urbanização metropolitana em curso, algo que chamo agora, muito inspirado por Achille Mbembe, Michael Truscello e por minhas vizinhas e vizinhos, enquanto um dizer-paisagem de uma “**paisagem brutalista**”. Minhas vizinhas frequentemente me contavam sobre alguma nova empresa que estava abrindo, ou uma fábrica que estavam com medo que fosse ir embora e demitir vários conhecidos. O modo como as empresas e os investidores “*de fora*” conseguem adquirir grandes propriedades de terra, investir em todo tipo de economia e de infraestrutura, em oposição ao que foi adquirido com dificuldade, com o trabalho de uma vida toda, “*pela gente daqui*”, é uma história que se repete em diversas variações, compõe uma “experiência de paisagem” (BARTALINI, 2018).

Pela distância que as localidades do contexto de estudo ficam das sedes municipais de Triunfo e de Montenegro, as administrações municipais e os técnicos da prefeitura frequentemente participam das histórias na categoria dos “*de fora*” também, visto que há, segundo os habitantes, uma invisibilização política e institucional em habitar essas paisagens de um estágio confuso de urbanização, com a mistura de padrões rurais e urbanos, como as marginais de rodovia e beira-de-estrada, como Daniele Caron (2010) fala. Nessa experiência de paisagem brutalista permanece certa confusão, sentida na dificuldade de se fazer ver e de se fazer entender para as instituições, e, ao mesmo tempo, uma banalização, pelas arquiteturas de produção industrial sequenciadas e repetidas por todo planeta (MUÑOZ, 2016).

Anna Tsing (2019) argumenta que paisagens são “biografias comunitariamente entrecruzadas”, ou seja, são palimpsestos de movimentos humanos e não-humanos. As paisagens brutalistas que narro, nesse sentido, são um acúmulo de diversas histórias: os projetos desenvolvimentistas da ditadura militar e os modos como as elites locais se juntaram a essas linhas, com ou sem escolhas, sem imaginar os impactos que esses ideais trariam; os projetos neodesenvolvimentistas dos anos 90, continuado com os governos progressistas, que possibilitou histórias de inclusão e integração, de empreendedoras e empreendedores, mas

também frustrações de pessoas que foram percebendo suas lidas campeiras pouco valorizadas pelas novas atividades urbanas. A experiência vivida nas paisagens brutalistas é a de sentir na pele o descompasso entre as políticas e projetos decididos em escala macro, em planos regionais/nacionais voltados para o desenvolvimento urbano, e os anseios cotidianos para resolver a vida de outros modos, “do brejo”, “do mato” e “das grotas”.

Quando Augustin Berque (2016; 2013) fala de certo “pensamento paisageiro”, ele fala sobre um sentido intersubjetivo de nossa relação com a extensão terrestre, mas também de objetos concretos que existem ao nosso redor, sendo isso parte do emaranhado material-semiótico que ele entende por marca-matriz. Nessa linha, o sentimento em uma paisagem brutalista envolve habitar, ainda que sem ser informado, Áreas Diretamente Afetadas (ADA) e Áreas de Influência Direta (AID) de grandes projetos, esses concebidos através das exigências de produção urbano-industrial que atende muito pouco aos que compõem o grupo diverso de “gente daqui”. É constante o risco de minhas vizinhas e vizinhos serem cortados de cena, e não só porque ficam de fora das vagas de emprego de parte dos empreendimentos industriais e logísticos, com as suas terraplanagens e concretagens, mas pelos atropelamentos, pela expropriação e pelo apagamento de histórias de vida.

Henri Lefebvre ([1970], 2019) disse que “em breve, somente ilhas de produção agrícola e desertos de concreto vão restar na superfície da Terra” (Ibidem, p. 566), um poema diário de “cal, concreto, cimento, argamassa, vigas, brita, chumbo, aço (...)” arranjado de maneira brutal, como fala Achille Mbembe (2020, p. 16), mas olhando de perto também percebo que é pinga, charque, aipim frito, batata assada no chão, cabo de enxada, macela aferventada, como escreve a poeta Célia Ávila em “É rural”, que li no Jornal Farrapo recentemente.

Outras histórias que cartografei dizem sobre os sentidos de habitar junto a muitas práticas, empreendimentos e arquiteturas que produzem o que venho apreendendo enquanto uma sujeira debaixo do tapete do desenvolvimento metropolitano, e que chamo agora de uma **"paisagem de sacrifício"**. A partir do momento que ficamos sabendo do projeto do Aterro Industrial, a experiência de paisagem não foi a mesma. Em cada encontro que eu tinha, o lixo e os descartes da sociedade passaram a se tornar visíveis em meio à paisagem, e a experiência da paisagem (BARTALINI, 2018) se complexificou. Os rastros deixados pe-

los modos de vida urbano-industriais, desde extração, produção e consumo, quando damos atenção ao descarte do lixo e às suas trajetórias nas bordas da urbanização metropolitana, alteram o entendimento de paisagem. Para o planejamento urbano e regional, que frequentemente pensa a paisagem de modo romântico e espetacularizado (CARON, 2017), as narrativas da paisagem que envolvem o lixo produzem uma lacuna, e suas imagens dificilmente podem ser usadas como modelo estético. As “zonas de sacrifício”, que fala Henri Acselrad (2004) e inspiram esse dizer-paisagem, dizem respeito à concentração de práticas ambientalmente danosas em localidades “com concentração de moradores de menor renda e menos capazes de se fazerem ouvir nos meios de comunicação e nas esferas de decisão” (Ibidem, p. 13), em meu contexto de pesquisa operando a partir de “alternativas infernais” para os habitantes (STENGERS e PIGNARRE, 2011).

Quando Anna Tsing (2019) critica o entendimento da paisagem enquanto um “pano de fundo para a ação humana”, penso que as práticas envolvendo as arquiteturas e os artesanatos com sucata, mas principalmente as práticas de compostagem, animam e se agitam em meio a paisagem e envolvem todo um conjunto de organismos que precisamos para sobreviver (Ibidem, p. 94). Apesar dos grandes projetos de alto risco ambiental implantados nos municípios de Triunfo e Montenegro, o que se passa nas paisagens de sacrifício, entretanto, não são apenas as histórias das arquiteturas de descarte, com seus aterros industriais, ferros-velhos, lixões e espaços de destinação final.

Quando varremos a sujeira necessária ao desenvolvimento metropolitano para baixo do tapete, para as margens, espaços periféricos e de ruralidade, é provável que nesse tapete, em suas franjas e tranças, se institua um mundo de outras relações com essa sujeira, que envolve comunidades locais, produz outras economias e dá vida à paisagem. Anna Tsing (2018) já escreveu que as paisagens arruinadas são tudo que temos, são nossos jardins. Em seus jardins, meus vizinhos lidam com as suas próprias sujeiras se juntando aos processos de formação (INGOLD, 2012) e, em alguns casos, encontram modos de trazer esses materiais para o primeiro plano das relações, instaurando uma paisagem singular.

Então, a partir dos dizeres-paisagem que relato aqui, atravessados pelas infraestruturas da BR-386, do Pólo Petroquímico do Sul e pela ameaça do Aterro Industrial, entre outros grandes projetos, tento fazer ver parte da ruína que esses empreendimentos já são e fazer sentir a

ruína que seguem produzindo. Mas essas forças de produção, embora as sentindo por vezes totalitárias e com efeitos totalizantes sobre nossa vida, não são tudo que nos resta. Para além das autoridades políticas e técnicas, às quais também me incluo contraditoriamente na posição de pesquisador de uma instituição do Estado, há habitantes e coletivos pensando e tentando fazer diferente em meio às suas múltiplas paisagens de vida. E esses habitantes, aos quais incluo diversos vizinhos e vizinhos que encontrei, não querem depender, como um rebanho, de respostas como as do “Manual de Emergência para Desastres Ambientais no Rio Grande do Sul”, de cálculos de riscos de desastres traçados por elites que estabeleceram nos seus próprios termos os limites do desenvolvimento metropolitano e do crescimento econômico (STENGERS, 2015b).

Pensar no potencial da minha experiência cartográfica para mobilizar outras narrativas, noções ou mesmo adjetivações me fez sentir um desconforto que demorei a entender. Em cada relação e em cada narração que fiz ao longo deste texto, em cada referência mobilizada, nas alianças teóricas em meio aos diversos caminhos que a academia nos possibilita, meus vizinhos passavam pelos meus pensamentos de maneira fugidia, como que querendo escapar. Entretanto, habitar o tempo das catástrofes envolve entender que as paisagens que todos nós habitamos, estejamos onde estivermos, são também paisagens da catástrofe, paisagens arruinadas, paisagens brutalistas, paisagens de sacrifício, mas podem ser muitas outras, podem carregar outros nomes.

Quando chego, a partir da cartografia, nos dizeres-paisagens de “paisagem brutalista” e “paisagem de sacrifício”, penso, em ressalva, que qualquer paisagem, seja ela de costa litorânea, seja serrana ou seja nos centros das metrópoles, é constituída por infinitas práticas e histórias entrelaçadas, que estão se modificando e mundificando a todo momento, e poderiam ter emergido com mais intensidade outras linhas que indagassem sobre outros dizeres. Isso é um desdobramento dos saberes localizados (HARAWAY, 1995). Logo, ao apresentar esses dizeres, importa quais histórias e quais mundos queremos que acabem logo. É um convite de um pesquisador-habitante que está aprendendo a pesquisar, a formular questões, a compor com as divergências e a hesitar diante de um problema que demanda solução imediata, como todos os problemas do planejamento urbano e regional parecem demandar.

* * *

REFLEXÕES FINAIS

Parar e olhar para trás depois de tudo que vivi e narrei entre 2019 e 2022 envolve uma alegria orgulhosa e agridoce. Os objetivos que me conduziram pelo trabalho, de problematizar as paisagens às margens da urbanização metropolitana, nas localidades de Triunfo (RS) e Montenegro (RS), ao cartografar as linhas de produção, os enunciados narrativos e os movimentos táticos de ação cotidiana que tensionam a lógica de desenvolvimento metropolitano vigente, e de visibilizar essas paisagens nos espaços de saberes científicos seguiu desde o início, mas foi tomando o caminho de seguir os rastros de dois grandes projetos, ou duas histórias, que se atravessaram, em 2021, nas práticas da pesquisa, a ampliação da BR-366 e o Aterro Industrial na localidade de Pesqueiro. No decorrer do trabalho, tentei dar espessura conceitual e teórica ao entendimento que se tem da “paisagem” e aos usos dessa categoria-conceito em alguns estudos urbanos e práticas de planejamento “mais duras”. Percorri, de modo não-linear, uma malha de autoras e autores que me ajudam a fundamentar a noção de paisagem e os estudos de paisagem a partir de perspectivas mais contemporâneas, que entendem, em sua maioria, que as paisagens são um “acontecer” de vários aconteceres, visíveis e invisíveis, entrelaçados ao longo do tempo e do espaço (INGOLD, 2000; 2012), e que há nessa relação um “pensamento paisageiro” (BERQUE, 2016), que se exerce através das nossas artes de

habitar a Terra, em práticas da vida cotidiana.

Algumas das linhas de estudo que persegui ao longo da pesquisa estão relacionadas às teorias da urbanização, mais densamento no contexto do brasileiro nas últimas décadas. Através disso, chego à noção de “urbanização extensiva” (MONTE-MÓR, 1994; 2006), e à crítica sobre as “paisagens funcionais” (MUÑOZ, 2016), ambos intimamente relacionados a meu contexto de estudo. Essas teorias sobre o desenvolvimento metropolitano e sobre a urbanização, atravessadas pelas “imagens-síntese de desenvolvimento” (RIBEIRO, 1994) que sustentam esses processos, me levaram a dois sintomas, que arrisquei nomear como “feitiço pelo asfalto” e “arquiteturas brutais”, ambos implícitos e explícitos nas histórias e nos processos em curso na região, como a ampliação da rodovia e outros grandes projetos.

Ao escutar de uma vizinha uma frase que me marcou muito, “*prá cá vêm os restos que eles não conseguem lidar*”, me lancei em mais uma linha, cartografando as “alternativas infernais” (STENGERS e PIGNARRE, 2011) para o desenvolvimento metropolitano e problematizando o entendimento de “desenvolvimento sustentável” presentificado nos Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) e nos Estudos de Impactos Ambientais (EIA/Rima) de grandes projetos. Olhando mais a fundo o projeto do Aterro Industrial de Classe I e II, arrisco elaborar o que percebo enquanto um sintoma e que nomeio de “arquiteturas do descarte” que se replicam nas margens das grandes cidades, na sujeira que jogamos para baixo do tapete, no “(i)mundo” (FUÃO, 2015). O que resta, para meus vizinhos, é habitar essas ruínas e lançar novas perguntas sobre a paisagem, se arriscar em novas economias, fazer frestas no asfalto e sobreviver, com suas táticas e maneiras de fazer (CERTEAU, 1994) nas entranhas da “barriga do monstro” do desenvolvimento metropolitano, como fala Donna Haraway (2014) e como tentei dar a ver no trabalho.

Nesse percurso, pelas demandas por seguir e entender o que estava acontecendo em meio às paisagens de estudo, entendo que o trabalho contribuiu para ampliar as fronteiras disciplinares que costumam ocupar as pesquisas no campo do Planejamento Urbano e Regional, que já é um campo relativamente amplo e diverso. Aqui, ao utilizar a abordagem narrativa e os ensaios a partir das experiências cartografadas, se somaram conhecimentos dos assim denominados campos da Arquitetura, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Ecologia, entre outros. Enquanto um colega que acompanha a maioria dos trabalhos produzi-

dos em meu Programa de Pós-Graduação, receio que a produção escrita aqui possa parecer não usual, e isso foi um dos riscos de encarar uma pesquisa cartográfica, porosa e aberta às correspondências da vida e as linhas pelas quais elas me conduzem, isto é, “levar a vida e de ser por ela levado” como fala Tim Ingold (2016). Em paisagens pouco narradas e estudadas nos espaços de conhecimento científico, as pontas soltas que ficaram também são uma contribuição, podendo produzir curiosidade em outras pessoas e ser disparadoras de novas cartografias.

Até certo momento da jornada, pela metade de 2021, as principais linhas que "saltavam" das experiências que eu vinha tendo em campo me faziam atentar aos processos de urbanização, suas implicações junto às práticas econômicas na beira-de-estrada, às culturas de silvicultura e agropecuária, e as diversas movimentações cotidianas ao habitar a pandemia. Nesses meses iniciais de pesquisa de campo, ainda não tinha muito delineados meus interesses de pesquisa, nem estava visualizando os desdobramentos futuros possíveis para o que eu estava cartografando. Olhando para a pesquisa como um todo, contudo, noto que o contexto do cotidiano na pandemia de Covid-19, as culturas de silvicultura e de agropecuária e os impactos socioambientais do III Pólo Petroquímico na vida das e dos habitantes talvez tenham se tornado algumas das ausências mais notáveis dessa dissertação, e são possíveis lacunas para estudos por vir.

Seguindo as pistas de Daniele Caron (2017), então, tento contribuir para pensar outros modos de incluir a paisagem nos instrumentos de planejamento, apoiado pela abordagem narrativa e apostando no potencial das histórias e dos encontros para produzir um planejamento urbano e regional com mais vozes. A partir do cruzamento dos métodos da "cartografia da ação" e da "cartografia sentimental", descobri que os caminhos para uma pesquisa-intervenção da paisagem como esta estão sempre por ser inventados (ROLNIK, 2006; KASTRUP, 2013). Assim, no final de 2020, comecei a fazer derivas e percursos pelo contexto de estudo, conversando com vizinhas e parentes, desenhando o que notava, catando fragmentos que poderiam dar a ver sobre os seus modos de habitar a paisagem e os meus modos de fazer a pesquisa.

O desejo de contar outras histórias da paisagem, a partir de um conhecimento narrativo, me fez seguir em meio aos dois grandes projetos, perceber seus sintomas, estudar suas diretrizes e as operações que mobilizam, seus possíveis impactos e cartografar os seus sentidos em

maior profundidade. Chego, portanto, aos dizeres-paisagem "paisagem brutalista" e "paisagem de sacrifício" como um modo de sistematizar essas experiências, retomar parte das teorias dos estudos da paisagem e de propor uma discussão para o campo dos estudos urbanos e regionais. Vejo, hoje, que o método qualitativo que construí pode contribuir para outras pesquisas nos estudos da paisagem, ainda que sempre adaptado a partir de cada trajetória e de cada pesquisador, mas em especial para pesquisadoras e pesquisadores implicados em relações afetivas com os seus contextos de estudo.

Fui percebendo, a partir da cartografia, que narrar uma porção de terra específica em uma pesquisa - que envolve expor a leitores estranhos aspectos das relações cotidianas que se traçam, algumas práticas de sobrevivência, as tensões político-econômicas e socioambientais - é uma prática de produção de conhecimento muito delicada. Enquanto também habitante do contexto de estudo isso fique, talvez, mais delicado, ainda mais em uma pesquisa onde uma das principais questões se coloca próxima do campo da teoria crítica e envolve uma atenção a práticas de planejamento urbano e organização do território, a dualismos de dominação e resistência, hegemônias e contra-hegemonias, que nem sempre me ajudaram.

Pensando bem, as lacunas de pesquisa do campo dos estudos urbanos e do planejamento urbano e regional, indiferente da abordagem e dos métodos utilizados, são muito delicadas. Nós - eu e meus colegas do Margem_lab- acreditamos que pensar a paisagem a partir da abordagem narrativa pode nos ajudar a trazer as pessoas, suas complexidades e suas diferenças, para dentro dos estudos urbanos e regionais, e talvez configure a cidade a partir de outros pressupostos (CARON; ISO-PPO; OLIVEIRA; PERSEU, 2020). Sinto que contribuí um pouco com esse objetivo, mas ainda há muito para se experimentar a partir disso nos próximos anos.

Em algumas situações, ao narrar inquietações a respeito de como abordar a experiência de campo e as questões éticas que acompanharam as práticas de pesquisa, escutei de colegas e amigas que meus relatos sobre a pesquisa eram densos e pesados, e que talvez eu não estivesse preparado para fazer mestrado por agora, ou pelo menos não na área de planejamento urbano e regional. As universidades e as relações que ocorrem dentro e fora dela, como os dois grandes projetos que cartografei, estão repletas de situações pesadas, indigestas e con-

traditórias, e entendo que trazer um pouco disso para os escritos faz parte também de uma cartografia da paisagem incorporada em "saberes localizados" (HARAWAY, 1995).

A cada dia mais, vejo amigas e colegas se lançando de "corpo inteiro" em experimentações metodológicas que ecoam as "escrevivências" que Conceição Evaristo fala, e isso indica pistas de novas histórias que precisam ser contadas, e contadas de outros modos e por outras vozes, e como diz bell hooks (2017): "não existe um nicho fabricado a espera delas". As coreografias que tive que fazer em uma pesquisa que tomou o caminho de ser pessoal demais, envolvem dar passagem a uma voz que também está parcialmente machucada. E, em boa parte do tempo, engajada com outras também parcialmente machucadas, que se encontram e trabalham juntas para tentar dar um fim a este mundo como o conhecemos, como fala Denise Ferreira da Silva, instaurando outros modos de ser pesquisadoras e pesquisadores atentos às injustiças que precisamos enfrentar, ao mesmo tempo em que produzimos uma universidade e uma ciência a cada dia mais alegres, mas que também acolham nossas vozes feridas.

Antes de iniciar a pesquisa, não imaginava que o método cartográfico, e tudo que envolve se lançar em uma pesquisa-intervenção, para uma pessoa como eu, fosse tão trabalhoso. Para quem até então só tinha realizado pesquisas com dados secundários, mapas e análises de políticas públicas, os encontros e desencontros que vivi pelo caminho nessa cartografia se demonstraram um desafio. Lembrei várias vezes de uma frase que escutei de uma colega que disse, mais ou menos assim, sobre a sua própria cartografia: "tu tem que saber se tu estás preparado para fazer uma cartografia". Ainda não sei se eu estava preparado, ou a que se referia este "estar preparado" que a colega quis dizer, mas que a pesquisa aconteceu, aconteceu! Seguimos na luta!

* * *

BIBLIOGRAFIA

- ACSELRAD, Henri. Apresentação: De “bota foras” e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: _____. (org.). *Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- AZEVEDO, Ana Francisca. *A experiência de paisagem*. Porto: Figueirinhas, 2012.
- BARTALINI, Vladimir. *Paisagens surgentes*. Tese de Livre-docência. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2018.
- BASSO, Luis Alberto; VERDUM, Ricardo. Avaliação de Impacto Ambiental: EIA e RIMA como instrumentos técnicos e de gestão ambiental. In: *Relatório de impacto ambiental: legislação, elaboração e resultados*, Editora da Universidade UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- BARRUECO, Caroline. *Nada de Valor está Aqui*. Noosfera, 2015.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- _____. *Rua de mão única-Infância berlinense: 1900*. Autêntica, 2013.
- _____. *Passagens*. Trad. Irene Aron. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- _____. *Origem do drama barroco alemão*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BERQUE, Augustin. *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Seyssel: Champ Vallon, 1994.
- _____. Paisagem-marca, Paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.84-91.
- _____. A ecúmena: medida terrestre do Homem, medida humana da Terra. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo. *Filosofia da paisagem. Uma antologia*. Lisboa, Portugal: Universitas, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011, p.187-199.
- _____. *La pensée paysagère*. Paris: Aux éditions Éoliennes, 2016.

- BESSE, Jean-Marc. *Le goût du monde. Exercices de paysage*. Arles: Actes Sud/ENSP, 2009.
- BOOKCHIN, Murray. *Urbanization without cities: The rise and decline of citizenship*. Black Rose Books Limited, 1992.
- BRONZ, Deborah. *Do campo etnográfico ao campo político: uma análise dos bastidores do licenciamento ambiental*. GUARIMÃ—REVISTA DE ANTROPOLOGIA & POLÍTICA, v. 1, n. 1, 2020.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem. *Our Common Future*. United Nations, 1987.
- BUTLER, Judith. *Precarious life: The powers of mourning and violence*. 2004.
- CARON, Daniele et al. *Visibilizar as Narrativas de Rua: a dimensão pública da paisagem de Porto Alegre em questão*. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal. Anais XVIII ENANPUR 2019. Natal: EDUFRN, 2019.
- CARON, Daniele; ISOPPO, Rodrigo; OLIVEIRA, Katia; PERSEU, Gianluca. *Narrativas à margem: deslocar epistemes para uma metodologia do comum*. V!RUS, São Carlos, n. 20, 2020.
- CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. Martins, 2007
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer*. 22a ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014. (1a edição: 1994).
- COLETIVO DE PESQUISADORAS KILOMBOLAS OKARAN (org). *Um jeito de ser e viver no kilombo de Mãe Preta*. Casa Leiria, São Leopoldo, RS, 2020.
- COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. São Paulo: n-1 edições, 2016.
- DARDEL, Eric. *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva. 2011.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016
- DA SILVA, Denise Ferreira. *An end to "this" world: Denise Ferreira da Silva interviewed by Susanne Leeb and Kerstin Stakemeier*. Texte zur Kunst, 2019.
- DEBORD, Guy. *Teoría de la deriva*. Internacional situacionista, v. 1, 1958.
- DELEUZE, Gilles. *Gilles Deleuze on Cinema: What is the creative act?*. Lecture, FEMIS. 1987. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a_hifamdI5s> . Acesso em: 26 Fev. 2022.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante da imagem*. São Paulo: Editora, v. 34, 2013.
- _____. *Diante do tempo : história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

- FABRÍCIO, José de Araújo. *A freguesia de Nosso S. Bom Jesus do Triunfo*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS, vol. 27. Porto Alegre, 1947.
- FLORES, Luiza Dias. *Ocupar: resistências kilombolas*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2021.
- FLUSSER, Vilém. *A consumidora consumida*. Revista Comentário, Ano XIII, 13(51), 3º Trimestre, 1972.
- FREITAS, Jose L. *Triunfo na História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Meridional, 1963.
- FUÃO, Fernando. *Lixivia (i) mundi. Inscritos no lixo*. 2015.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 7-19.
- GLISSANT, Édouard. *Pela opacidade*. Revista Criação & Crítica, n. 1, p. 53-55, 2008.
- GUATTARI, Félix; DELEUZE, Gilles. *Mil platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro, v. 34, 1995.
- GUATTARI, Félix.; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- HARAWAY, Donna. Entrevista. [21 de agosto, 2014]. *Entrevista concedida a Juliana Fausto, Eduardo Viveiros de Castro e Déborah Danowski*. Exibida no Colóquio Internacional Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra, 18 de Setembro, 2014.
- _____. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos pagu, n. 5, p. 7-41, 1995.
- _____. *Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene*. Duke University Press, 2016.
- HARNEY, Stephen Matthias; FRAPORTTI, Mattia; CUPINI, Niccolo. *Logistics genealogies: A dialogue with Stefano Harney*. Social text, p. 1, 2018.
- INGOLD, Tim. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. Psychology Press, 2000.
- _____. *Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais*. Horizontes antropológicos, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.
- _____. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Editora Vozes Limitada, 2015.
- _____. *Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia*. Educação, v. 39, n. 3, p. 404-411, 2016.
- JACQUES, Paola Berenstein. Pensar por montagens. In: *Nebulosas do pensamento urbanístico*. Salvador: Edufba, v. 1, p. 206-234, 2018.

KATZ, Elvis Patrik; FUÃO, Juarez Rodrigues. *Trabalho, espaço e mudança social: Impactos da construção da RS-13 na Serra Do Botucarái – RS (Anos 50 e 60)*. Resumo apresentado na 14ª Mostra da Produção Universitária da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2015.

KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. Saíam desse pesadelo de concreto! In: *Habitar o Antropoceno*, BDMG Cultural, 2022.

LABREA, Valéria da Cruz Viana; KIEKOW, Pedro Eduardo; DORNELLES, Denise Freitas. *Cartografia subjetiva em território feminino kilombola: em busca da utopia do bem viver*. Cadernos do LEPAARQ. Vol. 16, n. 31 (jan./jun. 2019), p. 107-120, 2019.

LABREA, Valéria da Cruz Viana. *Pedagogia do encantamento e economia do afeto: cartografia subjetiva em território feminino kilombola*. 2020.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Editora 34, 1994.

_____. *Why has critique run out of steam? From matters of fact to matters of concern*. Critical inquiry, v. 30, n. 2, p. 225-248, 2004.

LE GUIN, Ursula K. *The carrier bag theory of fiction*. In: *The ecocriticism reader: Landmarks in literary ecology*, p. 149-154, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2019.

_____. *Lógica formal, lógica dialéctica*. Siglo xxi, 1993.

LIBOIRON, Max. *Pollution is colonialism*. Duke University Press, 2021.

MARTINI, Douglas Silveira. *Estudo de sobrevivência de centralidades rurais de Triunfo - RS*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2019.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. n-1 edições, 2018.

_____. *Brutalismo*. n-1 edições, 2020.

MIZOGUCHI, Danichi Hausen. *Experiência e narrativa: artefatos políticos de pesquisa*. ECOS- Estudos Contemporâneos da Subjetividade, v. 5, n. 2, p. 200-208, 2015.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. *Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, v. 1994, p. 169-181, 1994.

_____. *O que é o urbano, no mundo contemporâneo?* Cadernos De Saúde Pública, v. 21, n. 3, p. 942-948, 2005.

MUÑOZ, Francesc. Paisajes ateritoriales, paisajes en huelga. In: *La construcción social del paisaje*. Biblioteca Nueva, 2016. p. 293-323.

_____. *UrBANALización: en el Zoco Global de las Imágenes Urbanas*. Ciudades-Comunida-

des e Territórios, p. 27-38, 2004.

NOGUÉ, Joan. La producción social y cultural del paisaje. In: *El paisaje y la gestión del territorio: criterios paisajísticos en la ordenación del territorio y el urbanismo*. Diputación Provincial de Barcelona, 2006. p. 135-142.

OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. in: *Contradições urbanas e movimentos sociais*, v. 2, p. 65-76, 1978.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEREIRA, Danilo Celso. *A chancela da Paisagem Cultural Brasileira: 10 anos de caminhos e descaminhos de uma política de cultura com compromisso social*. Revista Memória em Rede, v. 12, n. 22, p. 173-197, 2020.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. 2000.

REYES, Paulo; CARON, Daniele; CIDADE, Daniela. Narrar por projetos. In: *Nebulosas do Pensamento Urbanístico: tomo III - Modos de Narrar*. UFBA, 2021.

REYES, Paulo. *A imagem fraturada a favor de um projeto como processo*. Salvador: V Enanparq, 2018.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Presentificação, impulsos globais e espaço urbano: o novo economismo*. POGLIESE, H. e EGLER, TTC (comp.). Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires, Clacso, 2009.

_____. *Territórios da sociedade, impulsos globais e pensamento analítico: Por uma Cartografia da Ação*. Revista Tamoios, v. 8, n. 1, 2012.

_____. *Tecnologias de informação e comunicação, saúde e vida metropolitana*. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 2, n. 2, p. 7-22, 1998.

_____. *Imaginação e metrópole: as ofertas paradigmáticas do Rio de Janeiro e de São Paulo*. Cidade e Imaginação, Prourb/UF RJ, 1994.

_____. *Dança de Sentidos: na busca de alguns gestos*. In: *Corpocidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, p. 24-41, 2010.

RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. *Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método*. Cadernos IPPUR. v. 15, n. 2 e Ano XVI, N.1, 2001-02.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

ROCCA, Luisa Durán; MARZULO, Eber Pires. *Paisagem como construção coletiva: Um projeto inconcluso*. Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Porto Alegre. 2016.

ROLNIK, Raquel. *Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano*. Indisciplinar, v. 5, n. 1, p. 18-43, 2019.

- ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- RUA, João. *Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades*. Campo-território: Revista de geografia agrária, v. 1, n. 1, 2006.
- SAADA, Jeanne Favret. *Ser afetado*. Cad. Campo, v. 13, p. 155-61, 2005.
- SANT'ANA, Elma. *Os Triunfos de Breno*. Porto Alegre: Alcance, 2015.
- SANTOS, Antônio Bispo. *Modos quilombolas*. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, 2016.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Edusp, 2002.
- SIMMEL, Georg. *La tragédie de la culture et autres essais*. Trad. Sabine Cornille e Philippe Ivernel. Paris: Editions Rivages, 1988.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Ambientes e territórios: Uma introdução à Ecologia Política*. Editora Bertrand Brasil, 2019.
- STAR, Susan Leigh. *The Ethnography of Infrastructure*. In: *Boundary Objects and Beyond: Working with Leigh Star*, ed. Geoffrey C. Bowker, Stefan Timmermans, Adele E. Clarke, and Ellen Balka, 473–488. Cambridge, MA: MIT Press, 2015.
- STENGERS, Isabelle; PIGNARRE, Philippe. *Capitalist sorcery: breaking the spell*. Palgrave, 2011.
- STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo, 2002.
- _____. *Gaia, the urgency to think (and feel)*. Os Mil Nomes de Gaia, 2014.
- _____. *O preço do progresso. Conversa com Isabelle Stengers sobre as feiticeiras neopagãs e a ciência moderna*. Revista DR, n. 4, 2015a
- _____. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015b.
- _____. *Notas introdutórias sobre uma ecologia de práticas*. Sebastian Wiedemann (trad.). Revista ARTECOMPOSTAGEM'21. 2021.
- TRUSCELLO, Michael. *Infrastructural Brutalism: art and the necropolitics of infrastructure*. MIT Press, 2020.
- TSING, Anna. *Friction: an ethnography of global connection*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- _____. *Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras*. Ilha Revista de Antropologia, v. 17, n. 1, p. 177-201, 2015.
- _____. *Paisagens arruinadas (e a delicada arte de coletar cogumelos)*. Cadernos do LEPA-ARQ (UFPeL), v. 15, n. 30, p. 366-382, 2018.
- _____. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES

- BENEVIDES, Ricardo. *Caminhos de Mia Couto: estratégias narrativas em torno da paisagem moçambicana*. 2010. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- BIER, Lucile Lopes. *Estudo da paisagem: percepções sobre o Complexo Eólico de Osório/RS*. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BIGNETTI, Luiz Paulo. *A gestão da Tecnologia nas Empresas do Pólo petroquímico do Sul*. 1992. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BUSOLLI, Jonathan. *A Terra Indígena Pó Mag, Tabai/RS no contexto da reterritorialidade Kaingang em áreas da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas*. 2015. 121 f. Monografia (Graduação em História)–Centro Universitário Univates, Lajeado, RS, 2015.
- CAMARGO, Laura Ribeiro de Toledo. *Paisagem e imaginário: configurações da avenida W3 Sul em Brasília*. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.
- CANÇADO, Wellington. *Sob o pavimento, a floresta: cidade e cosmopolítica*. 2019. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais.
- CARON, Daniele. *Interpretación del paisaje a través de la lógica narrativa: La Garrotxa como caso de estudio*. 2010. Dissertação de Mestrado. Universitat Politècnica de Catalunya.
- _____. *El estudio del paisaje como clave interpretativa del territorio a través de las narrativas para la planificación urbana y territorial: Paraty, Río de Janeiro/Brasil como caso de estudio*. 2017. Tese de Doutorado. Universitat Politècnica de Catalunya.
- COELHO, Letícia Castilhos. *Revelando a paisagem através da fotografia: construção e aplicação de um método: Porto Alegre vista do Guaíba*. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- DINATO, Monique Revillion. *O meio ambiente e o setor petroquímico do Rio Grande do Sul: um estudo exploratório*. 1998. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- JÚNIOR, Nelson Beuter. *Análise exploratória dos parâmetros de qualidade das águas pluviais do polo petroquímico do sul*. 2013. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- LINCK, João Luís Maciel. *Dinâmica espacial entre paisagem rural e urbana, no entorno da BR 448–Rodo- via do Parque–RMPA/Canoas-RS*. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MACEDO, Lennon Pereira. *O intervalo expresso na paisagem: descrição e narração no cinema de fluxo*. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MARANHÃO, Francisco Horta de Albuquerque. *Visões da travessia: imersões na paisagem*. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

- MARTINS, Marina Cañas. *Paisagem em circulação: o imaginário e o patrimônio paisagístico de São Francisco do Sul em cartões-postais (1900-1930)*. 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- NASCIMENTO, Renato Alves do. *A paisagem narrativa do nordeste e dos nordestinos nos filmes de Vladimir Carvalho*. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- OLIVEIRA, Fernando Lacerda Silva. *Luigi Ghirri: a paisagem como assombro do lugar comum*. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- PASTORE, Julio Barêa. *O cerrado enquanto paisagem: a dinâmica da apropriação paisagística do território*. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 50
- PIMENTEL, Maurício Ragagnin. *Cataratas do Iguaçu experiências e registros de uma paisagem turística*. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- RANGEL, Mario Luiz. *A Percepção sobre a água na paisagem urbana: bacia hidrográfica da Barragem Mãe D'Água-Região Metropolitana de Porto Alegre/RS*. 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ROCHA FILHO, Marco Antonio Santos da. *Cimo da Serra: uma narrativa fotográfica da paisagem*. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SANTOS, Sara Jane Escouto dos. *Comunidades sustentáveis: autoridade e autonomia em questão*. 2011. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- SCHUCK, Hardi Luiz. *Alianças estratégicas para o suprimento de matérias-primas na indústria petroquímica de primeira geração do Brasil*. 2002. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- VELLARDI, Ana Cristina Valcarcel. *Uma narrativa histórica e geográfica de paisagem da porção noroeste da metrópole de São Paulo: uma contribuição à educação*. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- VOLKWEIS, Roberta Silveira. *A presença portuguesa no processo de formação das cidades do Brasil Meridional: a questão da origem açoriana de Triunfo-RS*. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- WOLFFENBÜTTEL, Rodrigo Foresta. *Desenvolvimento e governança local: estudo sobre o Polo Petro- químico do Sul*. 2012. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ZANCHET, Mateus João. *A importância da BR386 para o desenvolvimento do Vale do Taquari*. 2013. Monografia de conclusão de curso. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.
- ZECHINATTO, C. L. *O que pode a Paisagem? Escalas intensivas e linhas afetivas e narrativas poéticas cinematográficas*. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo.